



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**26ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de  
Qualidade  
Ambiental e Gestão de Resíduos – CTQAGR.**

Brasília/DF.  
26 de Outubro de 2017.

*(Transcrição ip[s]is verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotípia*

1 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Bom  
2 dia a todos e a todas. Bom, das nossas discussões finais de ontem, eu fiquei  
3 ainda com algumas dúvidas em relação... Eu fiquei com algumas dúvidas, eu sei  
4 que o André ainda não está aí, mas eu fiquei com algumas dúvidas, com relação à  
5 apresentação da ABEMA, de como vai ser esse novo relatório proposto e as  
6 questões de... O relatório da qualidade do ar, como é que vai ser isso. Eu queria...  
7 E aí a gente tem algumas idéias em relação a isso e como esse relatório se  
8 enquadra no planejamento que vocês estão tentando propor. Então, eu pediria  
9 que a CETESB explicasse um pouquinho isso para gente poder entender melhor.

10  
11  
12 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Alfredo, Cetesb e o  
13 Cláudio Alonso vai explicar relatórios e planos, né?

14  
15  
16 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – São duas coisas que compõem a  
17 mesma coisa, uma é o plano que a gente acha absolutamente fundamental que  
18 exista. Então, a autonomia do Estado fazer o plano de acordo com suas  
19 características, suas culturas, seus estágios de desenvolvimento econômico que,  
20 aliás, é o que a própria OMS sugere, né? São Paulo tem o plano, mas a gente  
21 entende que vários estados estão propondo isso, que esse plano é fundamental  
22 que exista na resolução esse é um pedaço. O segundo pedaço é: o que acontece  
23 com este relatório? O que acontece com este relatório? Eu não sei se está escrito  
24 assim, eu acho que está, é lamentável, mas tudo bem. O relatório... Não é isso,  
25 onde fala do relatório? A idéia do relatório não é falar assim para Zilda: “Olha,  
26 Zilda, toma esse monte de relatório e se vira”, não, a idéia não é essa. A idéia é  
27 marcar um prazo, sei lá, dia 28 de fevereiro, os Estados até esse prazo têm que  
28 apresentar o relatório, quem não apresentou azar dele, vai ter que assumir o que  
29 os outros... Os Estados junto ao Ministério do Meio Ambiente vão tentar estruturar  
30 uma proposta, porque senão fica tudo muito... Se alguém não pára para pensar, a  
31 proposta fica uma coisa muito jogada... É difícil você fazer uma proposta com  
32 conjunto de interesses diferenciado, eu posso distanciar uma proposta, o conjunto  
33 de interesses, que são diversificados, podem trabalhar em cima dessa proposta. O  
34 que significa isso? Significa refletir o próprio CONAMA, o CONAMA quando fez a  
35 sua revisão que, aliás eu participei, mas quando ele fez a sua revisão o que ele  
36 exige numa proposição? Ele exige que a proposição seja feita, a criação do grupo  
37 de trabalho e etc., ela seja feita junto com uma proposição, exatamente para não  
38 ser o samba de crioulo doido o texto inicial de discussão. Com isso, o que a gente  
39 quer fazer? Os Estados junto com o Ministério do Meio Ambiente analisam a  
40 situação e fazem uma proposta, esta proposta sim vai ser analisada por todo  
41 mundo de forma aberta e tal, entendeu? Foi... O que faz com relatório? O relatório  
42 faz isso. O relatório deve gerar uma proposta, através de uma análise do  
43 Ministério do Meio Ambiente junto com os Estados, vai gerar uma proposta que vai  
44 ao CONAMA. É isso.

45 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** O  
46 relatório que vocês colocaram lá, se não me falha a memória, Relatórios de  
47 Emissões de Poluentes Atmosféricos, isso não está diz que é a proposta de não  
48 sei o que. É o que estava lá ontem que foi apresentado para vocês... Relatório de  
49 Emissões de Poluentes Atmosféricos, não é isso que está me falando não. Isso  
50 seria o Relatório de Qualidade do Ar que está no texto original de resolução.

51

52

53 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Está aqui ó: “Que tem como  
54 Anexo o conteúdo mínimo para relatório estadual de monitoramento da qualidade  
55 do ar...”

56

57

58 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não,  
59 isso é outra coisa. O que vocês propuseram ontem... Ali ó: “Planos Estaduais de  
60 Controle das Emissões Atmosféricas e Relatório de Avaliação de Qualidade do Ar  
61 apresentar”... Isso está no texto...

62

63

64 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Inclusive, como anexo. Deixa eu  
65 rapidamente falar alguns itens só para não ficar tão chato. Descrição das  
66 características da região, as condições meteorológicas, uso e ocupação do solo,  
67 características relevantes e não, descrição da rede de monitoramento, poluentes  
68 monitorados, rede de monitoramento, resultados obtidos e etc. e etc. Ou seja,  
69 basicamente, ele situa a qualidade do ar, conforme os Estados que medem  
70 observam. Isso é o fundamental. E paralelamente, algumas ações que foram  
71 tomadas, porque é só a partir daí que se consegue falar para onde eu vou. Não  
72 tem jeito, a gente só consegue saber para onde vai na hora que você racionaliza o  
73 conhecimento que tem. Esse relatório é isso, que não é dá pra Zilda, dá para o  
74 Ministério do Meio Ambiente um monte de relatório não. A proposta é junto com os  
75 Estados, os Estados vão propor junto com o Ministério, que vai exercer esse  
76 papel, digamos assim, mais neutro entre os estados, de estruturar a informação  
77 para que uma proposta nova seja feita com consistência, nós não temos  
78 consistência em propostas hoje. São Paulo tem, mas São Paulo é um caso meio  
79 diferente. A gente não pode pegar a riqueza de dados de São Paulo e extrapolar  
80 para o país, é meio sacana, para falar o português claro. Não pode usar São  
81 Paulo, tem que pegar a média de conhecimento do País. São Paulo entra junto,  
82 mas os outros também. Então, é uma proposta que deve sair de um relatório que  
83 ele tem que ser coordenado, só pode ser pelo Ministério e que os Estados  
84 participam e faz mais fácil do que se pensa. Faz mais fácil do que se pensa. E aí,  
85 faz a proposta e aparece a Sociedade Civil, o setor produtivo e tal, mas tem que  
86 ter uma coisa básica, um sistema de informação básico para as pessoas poderem  
87 opinar em cima sobre a qualidade do ar. Outros assuntos para a proposta podem  
88 existir, é claro que podem. Esse é um relatório, ele é uma base sólida de  
89 informação para você fazer depois um monte de proposta em cima que área de  
90 saúde pode se manifestar e etc. Não é isso. O que a gente pede é o seguinte: qual

91 é a qualidade do ar, qual é a situação da qualidade do ar no País hoje? Ninguém  
92 sabe, a gente sabe de forma isolada. Desculpe acho que falei muito. Acho que  
93 expliquei mais ou menos.

94

95

96 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
97 Alfredo.

98

99

100 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Na verdade, da  
101 nossa visão, esse relatório não é simplesmente pegar dados qualidade de ar  
102 soltos e falar: “olha, isso está excedendo um padrão e sei lá o que”. O relatório  
103 objetivo tem um conhecimento. De onde está vindo as emissões, como que  
104 geograficamente elas estão posicionadas, alguma idéia de como seria a dispersão  
105 de tudo isso e aonde a qualidade está ruim, porque o objetivo desse relatório é  
106 subsidiar o plano, olha, essa bacia está super saturada e eu não vou poder  
107 licenciar essas coisas com esse poluentes aqui, essa outra tem uma folga. Então,  
108 é nessa linha um pouco, porque eu acho que não é todo mundo que tem esse  
109 conhecimento. Olha, a qualidade do ar aqui está ruim, mas está ruim por quê?  
110 Quem está influenciando mais para o poluente ‘X’, quem está para o poluente ‘Y’. A  
111 idéia é essa, os Estados começarem a ter efetivamente esse conhecimento para  
112 engatilhar um plano de realmente na prática conseguir evoluir e a qualidade  
113 atender o padrão. Eu acho que é um pouco nessa linha.

114

115

116 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Tá,  
117 me deu uma explicação, mas eu acho que também está faltando ainda alguma  
118 coisa no texto. Quer ver uma coisa? Olha só. Na proposta de vocês, “o relatório de  
119 avaliação da qualidade do ar deverá conter os dados e monitoramento e a  
120 evolução da qualidade do ar, os Estados”... Assim, não tem um link claro no texto.  
121 Eu entendi a explicação de vocês, não tem o link de o que entra aonde. Tem dois  
122 artigos distintos: uma fala do plano de qualidade do ar e outro fala do plano de  
123 emissões. E não diz qual o casamento deles vai ser aonde, isso assim, para mim,  
124 ficou um vazio... Eu entendi vocês falando, mas no texto isso não está claro.

125

126

127 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Faltou dizer o  
128 seguinte, em nenhum lugar dessa redação cita anexo e é aí que ele tem que ser  
129 citado.

130

131

132 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Ah  
133 bom, a minha bola de cristal aqui está opaca.

134

135 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Se citar anexo, eu acho que fica  
136 claro.

137

138

139 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – O  
140 anexo está aí junto ao texto? Mostra já o anexo que não é aquele anexo original  
141 da resolução, é outro. É aquele que a gente fez que é um resumo do conteúdo... É  
142 o conteúdo mínimo. É o que está na nossa própria resolução, Henrique. Esse aí.  
143 Isso.

144

145

146 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Alfredo, CETESB. Na  
147 hora que a gente foi se debruçar para discutir o Anexo, a gente acerta o nome e  
148 faz isso compatível com o texto da resolução, mas é interessante ver que aí já têm  
149 itens que permitem isso que eu falei, esse quadro, característica da região, as  
150 condições meteorológicas, dados de dispersão atmosférica, característica de uso  
151 e ocupação do solo pra ver quem são as pessoas receptoras, características  
152 relevantes da rede, dos poluentes monitorados, tipo de redes, parâmetros, olha,  
153 metodologia que foi usada no monitoramento, tratamento dos dados, daí, tem,  
154 olha, descrição das fontes de poluição, ou seja, seria o inventario das fontes  
155 geograficamente identificadas, ou seja, as medidas implementadas, não é só  
156 como eu falei, é esse relatório que é o relatório, depois a gente vê qual é o melhor  
157 jeito de chamar ele, junto disso vire um plano, olha, essa região saturada, eu  
158 quero fazer isso aqui, eu quero...

159

160

161 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas  
162 isso a gente chamou de relatório estadual de monitoramento da qualidade do ar, o  
163 que está faltando é esse link. O que é o de emissões, na proposta de vocês, o que  
164 é o relatório de emissões e o que um tem a ver com outro, para poder entender a  
165 defesa de um e de outro. Porque vocês têm a experiência de realizar esse  
166 relatório, vocês já fizeram, essa experiência é extremamente importante para que  
167 a gente possa tentar incorporar ao texto da nova resolução. Isso já é um passado  
168 adiante.

169

170

171 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – A gente está insistindo muito  
172 nisso pelo seguinte, um monte de coisa não vai sair perfeito, por exemplo, está  
173 muito difícil a gente falar que o País tem um sistema de... Como é que chama  
174 levantamento industrial, como é... De inventário industrial, industrial não, de  
175 inventário de fontes, não é só industrial, é de tudo. A gente não tem isso, ou seja,  
176 e vai ter falhas, mas por isso que eu gosto dessa resolução do jeito que ela está,  
177 porque ela não fala: “Olha, em dois mil e não sei quanto, você vai ter que cumprir  
178 isso” Não, ela obriga que periodicamente todo mundo reúna e fale: “Olha, eu estou  
179 com falha aqui”, “aquele Estado não se manifestou, por que não se manifestou?”,  
180 “esse Estado está tendo dificuldade de fazer o levantamento melhor das fontes”. É  
181 muito mais dinâmico hoje, quando eu falei ontem de comando de controle, você  
182 tem uma dinâmica de evolução da qualidade, da evolução da qualidade ambiental

183 que é muito melhor, você periodicamente, se num período de tempo, junta todo  
184 mundo que opera e faz um exame de consciência do que está fazendo. Não  
185 adianta chegar aqui e falar: “Olha, São Paulo tem 215 estações de  
186 monitoramento”, não tem, tem 45, 50, 60, sei lá. Não adianta eu falar, o Estado de  
187 São Paulo inteiro que é o mais bem aparelhado para isso, gerencia o seu  
188 licenciamento através da qualidade do ar, é mentira, não temos monitoramento em  
189 todas as cidades e nem queremos ter, porque não precisa, você gerencia com  
190 outros instrumentos. Isso enriquece e faz evoluir, se não a gente fica: “eu quero  
191 valor 12”, “ah, eu não atendi”, “está bom”. Eu vou prender o governador? Não vou.  
192 Então, está bom, fica assim, sabe? A gente está mudando esse discurso, eu acho  
193 que essa resolução é um grande passo para gente mudar o discurso. A gente está  
194 no discurso do “nhéhnhéhé” ainda, então, o relatório é super importante, é a parte  
195 mais importante do plano.

196

197

198 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
199 **Envangelina.**

200

201

202 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**  
203 **(Apromac) –** Por que São Paulo ou outros Estados, como o senhor disse, estão  
204 em “nhéhnhéhé”?

205

206

207 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Não, os Estados não estão no  
208 “nhéhnhéhé”, o “nhéhnhéhé” vem de outros setores.

209

210

211 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**  
212 **(Apromac) –** Então, o senhor poderia esclarecer o que é “nhéhnhéhé”?

213

214

215 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** É fazer um padrão que não é  
216 cumprido e que ninguém consegue fazer cumprir. Ontem foi falado pela Zilda,  
217 você não prende o governador, você não prende ninguém, porque o que é difuso é  
218 a responsabilidade objetiva e não dá para não ser. Então, a gente fica indo para a  
219 imprensa falar: “Olha, não cumpriu”, o outro fala assim: “ah, não deu”. Não, a  
220 gente está querendo melhorar a qualidade do ar e para isso a gente precisa criar  
221 uma dinâmica efetiva dentro de uma postura moderna de gerenciamento que a  
222 gente não é da década de 70 que é que a gente está tentando reproduzir.

223

224

225 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**  
226 **(Apromac) –** Então, eu vou dizer para o senhor qual a minha opinião do  
227 “nhéhnhéhé”. É não ter um instrumento de gestão para que você cumpra,  
228 enquanto isso fica o “nhéhnhéhé” que ninguém faz nada, ninguém faz relatório,

229 ninguém faz monitoramento, ninguém faz nada, porque não se tem o objetivo a  
230 cumprir. Isso é um “nhéhéhéhé”. Então, vamos colocar o padrão de qualidade do  
231 ar, pode ser nos próximo dez anos. Hoje, 120 microgramas, M1, para São Paulo é  
232 ridículo. 120, isso faz muito mal para a saúde. O padrão que o senhor está falando  
233 de 12 é para acontecer daqui tantos anos que se pode alcançar, agora, o que não  
234 se pode é manter os 120, o que não se pode é admitir que Cubatão tenha 360  
235 dias do ano com uma média anual de 100. Isso é “nhéhéhéhé” que não se faz  
236 nada.

237

238

239 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Só  
240 um minutinho. Não estamos aqui discutindo o padrão de São Paulo, estamos  
241 tentando chegar ao arranjo de texto...

242

243

244 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
245 **(Apromac)** – Eu só estou dando um exemplo do “nhéhéhéhé”. Posso fazer um  
246 pedido?

247

248

249 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não  
250 é para evoluir para esse tipo de bipolaridade.

251

252

253 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
254 **(Apromac)** – Concordo com você, então, vamos manter a... Se pode se falar  
255 desse jeito do outro lado, eu me considero no direito de falar o “nhéhéhéhé” da  
256 mesma forma de outro lado, só que a minha visão é diferente. Eu trouxe o relatório  
257 do trabalho que foi feito, você me permite que eu passe para a pessoas  
258 folhearem?

259

260

261 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Já foi  
262 disponibilizado no GT, não foi?

263

264

265 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
266 **(Apromac)** – Só para vocês, muitas pessoas aqui que não tiveram acesso.

267

268

269 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Posso falar uma  
270 coisa? Viu, Evangelina, olha, eu acho assim, um pouco o “nhéhéhéhé” é um coisa,  
271 falando num termo que pode ter vários significados, é assim agora, o que ele está  
272 querendo dizer é que a partir do momento que todos os Estados comecem a ter o  
273 conhecimento da dinâmica da qualidade do ar no Estado e associar isso a um  
274 plano para começar a melhorar, daí, vai acabar eu acho um pouco do

275 “nhénhénhé” e todo mundo vai começar a saber em cima do que se está  
276 trabalhando, porque quando não tem nada fica uma coisa que ninguém sabe bem  
277 o que está sendo feito. Então, é isso uma grande evolução que a gente entende  
278 que está propondo. De alguma maneira, obrigar os Estados a terem esse  
279 conhecimento da dinâmica da qualidade do não ar, senão em todo o Estado, pelo  
280 menos nas regiões críticas. É nessa linha que a gente acha que nós vamos  
281 também estar avançando com alguma coisa que não é só fixar o padrão. Eu  
282 concordo, como a Zilda falou, essa resolução é eminentemente de padrões, só  
283 que tem uma coisa, não dá só para fixar o padrão, principalmente de qualidade do  
284 ar, sem fixar alguma coisa. A exemplo do que tem em São Paulo, nós temos uma  
285 lei que revisou os padrões de São Paulo e temos o decreto, mas ela não veio só  
286 fixando padrão, ela veio fixando uma série de estratégias junto para chegar nisso.  
287 Então, é nessa linha que a gente está tentando mostrar isso. Então, a história do  
288 “nhénhénhé” é isso, quando ninguém sabe o que está acontecendo fica falando  
289 um monte de coisas que não se sabe...

290

291

292 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Fica**  
293 **enrolando. Pronto.**

294

295

296 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) – Eu nem quero falar**  
297 **enrolando, eu to dizendo...**

298

299

300 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Eu**  
301 **estou falando enrolando. Eu fiz essa pergunta logo no início dos trabalhos, porque**  
302 **o que incomoda muito mais, eu externei isso ontem no final de tarde ao Ministério**  
303 **do Meio Ambiente, é a gente ter... Nós temos... Nós estamos desenhando aqui na**  
304 **resolução padrões e como chegar a esses padrões, mas as propostas divergem**  
305 **no prazo basicamente. Não no padrão propriamente dito, a divergência é muito**  
306 **pequena de um para outro, algumas divergências da CNI em relação a alguns**  
307 **poluentes ou a prazos, mas a proposta do Governo, ela antecipa alguns padrões**  
308 **intermediários, a proposta do Governo Federal, perdão, Ministério do Meio**  
309 **Ambiente, IBAMA e Ministério da Saúde, mas basicamente a nossa divergência é**  
310 **no prazo de como chegar até lá. Ontem foi posta uma solução na mesa e a gente**  
311 **ficou aqui antes da reunião começar, a gente tinha marcado a reunião para as**  
312 **nove horas, os Conselheiros atrasaram, aí, nós ficamos trocando idéias aqui antes**  
313 **da reunião começar, a respeito do seguinte: eu fiz uma provocação ontem no final,**  
314 **eu digo o seguinte, bom, então, vamos colocar um gatilho de que se os Estados**  
315 **não mandaram o relatório ou chega o relatório, o CONAMA por algum**  
316 **impedimento não consegue avaliar no prazo de cinco anos, então, vale**  
317 **automaticamente o padrão previsto para a próxima etapa, depois do término**  
318 **desses cinco anos. Porque tem que ter um gatilho automático, qualquer resolução**  
319 **que trata de padrão ou permanece o padrão de etapa anterior ou automaticamente**  
320 **vai o padrão da etapa seguinte. Eu tenho que ter esse gatilho, eu não posso**



321 deixar o limbo ou então a proposta que o IBAMA fez no final de tarde: eu faço  
322 essa resolução para o padrão durar por cinco anos e depois vou ter que fazer  
323 outra resolução para ter novo padrão de qualidade do ar daqui a cinco anos com  
324 todos os ônus que isso possa ter ou uma proposta intermediara, somando uma  
325 com a outra, que seria eu tenho o padrão inicial que entra em vigor a partir da  
326 publicação de resolução... Vitor, espera um pouquinho, senão o pessoal não  
327 presta atenção no que estou explicando, eu acho que é importante todo mundo  
328 prestar atenção na idéia que trocamos aqui no início. Ou então eu tenho o padrão  
329 inicial, que ele entra em vigor a partir da publicação dessa resolução com os  
330 mesmos gatilhos de três anos depois os estados apresentaram um relatório e em  
331 até cinco anos, eu dizer que passa a vigorar o novo padrão de qualidade do ar. O  
332 que o Ministério do Meio Ambiente como coordenador da política de resíduos  
333 sólidos não se sente confortável é estar ao lado de uma resolução onde eu tenho  
334 o padrão inicial, eu não tenho prazo para atingir o padrão seguinte determinado e  
335 se eu tiver qualquer problema temporário, qual é o padrão que vai ser aplicado?  
336 Isso não passa na Câmara de Assuntos Jurídicos. Nós fizemos uma avaliação  
337 ontem, uma avaliação nossa, minha, da Adriana que já temos um tempo de  
338 CONAMA, isso não passa na Câmara de Assuntos Jurídicos, vai criar uma  
339 insegurança jurídica, se em cinco anos não tenho... E eu não posso ficar levando  
340 para a Câmara de Assuntos Jurídicos: "Olha, eu tenho aqui um probleminha", eu  
341 tenho que levar um texto fechado, porque senão quem é punido lá não são vocês,  
342 é a coordenadora do grupo. Como é que você coordena isso e me traz uma  
343 proposta sem pé nem cabeça? Eu não posso fazer isso. Quem defende lá  
344 normalmente é o presidente da Câmara Técnica, então, eu tenho que ter alguns  
345 indícios para que isso chegue a algum lugar, tem que ter perna. Então, eu tenho  
346 que ter ou uma regra que diga que é usado o padrão inicial, ele permanece ou  
347 automaticamente é usado o padrão seguinte, a menos que os Estados se  
348 manifestem a favor disso. Então, qual seria a idéia? A idéia seria um texto similar  
349 a esse, eu não pensei em texto, eu só pensei a idéia, nós só discutimos a idéia.  
350 Você colocaria o padrão inicial vigorando por cinco anos, já colocaria o padrão  
351 UP1, UP2, sei lá, a gente chamou de padrão inicial, mas o P1 começa a funcionar  
352 a partir da resolução. O P2 começa a funcionar no sexto ano, ou seja, cinco anos  
353 depois da resolução e continua com gatilho do relatório, a avaliação do CONAMA  
354 para que o P3, ele possa fazer valer no décimo ano de publicação de resolução e  
355 você avalia. Agora, volto a dizer o que eu falei o tempo todo no grupo de trabalho,  
356 qualquer resolução pode ser modificada desde que um Conselheiro sinta  
357 necessidade ou que ele tenha dificuldade de cumprimento, isso pode ser cumprido  
358 a qualquer momento, eu entendo toda preocupação... O que o Alfredo colocou na  
359 fala anterior foi o que nós conversamos. Nós tomamos uma decisão lá atrás, em  
360 2013, de não discutir a revisão da 05 junto com a 03 e nós estamos discutindo  
361 sim, porque quando os Estados propõem esse monitoramento dentro de um  
362 planejamento, isso está na 05 de 1999 e não na 03, mas vamos continuar  
363 tentando lidar com isso de uma maneira que a gente consiga ter um texto...  
364 Levanta a plaquinha, acho melhor a idéia do André da plaquinha, o André levantou  
365 a plaquinha, eu já estou aqui com minha conta, eu acho melhor. Só para finalizar  
366 então, qual seria a idéia? A idéia é colocar, então, só lembrando: o padrão um

367 começa a vigorar a partir da publicação de resolução, o dois a partir do sexto ano,  
368 ou seja, tem cinco anos e mais o sexto, com um relatório no terceiro ano a ser  
369 enviado ao Ministério e de qualquer forma, o Ministério envia ao CONAMA um  
370 relato de como esta resolução está sendo implementada pelos Estados. Se esse  
371 relato demora entre os Estados mandarem a resposta, entre o Ministério  
372 consolidar e entre o CONAMA propor uma nova proposta, mais do que cinco anos,  
373 começa a valer o P2, a partir do sexto ano. Não tem como se fazer um gatilho na  
374 resolução de esperar a deliberação do CONAMA, eu tenho que dar uma regra, eu  
375 não posso dizer... É esse o furo da proposta dos Estados que tem que ser melhor  
376 harmonizado, eu tenho inscritos o André, a Evangelina e o Roca... Ainda está  
377 inscrito Roca?

378

379

380 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – André França, Abema.  
381 Zilda, nós concordamos que redação tem que ser aprimorada e tem que ter um  
382 gatilho, contudo, com base em tudo que nós expusemos ontem, o nosso limite da  
383 negociação é aceitar um prazo para o algo que a gente não sabe se é exequível, e  
384 hoje não temos aqui o mínimo de confiança para dizer que o P2 é exequível ainda.  
385 Então, nós não podemos concordar com uma proposta que muda  
386 automaticamente para um valor que eu não sei se é exequível ou não. Insistimos  
387 na tese de que por mais que possa mudar a resolução, rever acordos e tudo mais,  
388 nós não estamos aqui para fazer algo para não cumprir, estamos aqui para  
389 desenhar algo para cumprir. Então, o que nós podemos concordar sim é ter um  
390 gatilho prevendo a revisão em cinco anos, pode até apontar que essa revisão  
391 caminha para o P2, mas que se não houver aprovação pelo CONAMA do P2, fica  
392 mantido o P1, porque senão eu não posso mudar uma mudança automática para  
393 um lugar que eu nem sei o que tem lá. Hoje, a realidade de hoje, mostra que os  
394 Estados não conseguem atender P2 sem violações, então, se eu não tiver em  
395 cinco anos, a gente está falando parece muito tempo, mas para magnitude das  
396 ações que precisam ser suplementadas para gerar esse tipo de resultado e aqui  
397 eu abro um parêntese, porque ontem foram citadas várias resoluções que falavam  
398 de fonte fixa, gente, é diferente discutir fonte fixa de qualidade do ar, porque fonte  
399 fixa se tem a tecnologia, se tem as informações, eu posso facilmente estabelecer  
400 cinco anos é razoável, três anos é razoável, porque a gente está falando mais do  
401 tempo de mobilização do capital para adquirir a tecnologia do que tudo. Qualidade  
402 do ar tem vários outros fatores envolvidos, tem o fator meteorologia, que pouco  
403 tem se falado aqui. Então, o tema é mais delicado, o tema merece mais atenção,  
404 se fosse simplesmente uma resolução de fontes, não diminuindo a resolução de  
405 fontes que eu lembro a 382 ficou alguns anos em discussão, a 4361 eu participei,  
406 foram dois ou três anos de reunião, isso para fonte fixa onde já se conhecia as  
407 tecnologias e já sabia onde se podia chegar, imagina aqui que qualidade do ar  
408 como múltiplas e complexas e dinâmicas e variáveis. A gente assume um  
409 compromisso que não sabemos se é exequível. Então, concluindo, a gente  
410 concorda com o gatilho, podemos colocar esse artigo sim, podemos prever que  
411 essa revisão para discutir o P2, mas em não havendo aprovação do P2,  
412 permanece o padrão vigente, o P1. Por quê? Porque se não tiver a aprovação do

413 P2, não vai ser porque as pessoas não querem o P2, vai ser porque não vai ser  
414 possível seguir para o P2. Então, não tem como concordar uma transição  
415 automática. Então, mais uma vez, o apelo que a gente faz é para a razoabilidade.

416

417

418 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
419 Evangelina e depois o Bocuhy e a Dra...

420

421

422 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
423 **(Apromac)** – Evangelina. Eu queria falar do ponto de vista de saúde a seguinte  
424 questão, pegando o exemplo do material particular, o P1 seria 120 microgramas e  
425 o P2, 100, depois 75, depois 50. Em relação ao P1, o valor é muito alto, já é muito  
426 alto 120, lembrando que a gente tem no Estado de São Paulo, de acordo com o  
427 decreto, eles trabalharam já nas regiões que têm, por favor, me corrijam se tiver  
428 errada, mas nas regiões que uma degradação maior que atingem o M1, no caso,  
429 São Paulo que estou chamando o valor de 120, ele já tem até o PREF para isso e  
430 etc. Tem também inventário nessas cidades, nessas regiões, onde isso ocorre.  
431 Segundo o PREF, a grande maioria das cidades que atingem o P1 são cidades  
432 que têm indústrias, quer dizer, o inventário a maior fonte é industrial, a exemplo  
433 das cidades que eu falei ontem, que estão acima da região metropolitana de São  
434 Paulo o valor de material particulado. O que eu quero dizer é que o P1 e P2, 120 e  
435 100, são muito altos do ponto de vista de saúde. Então, pensando no raciocínio de  
436 vocês da questão da mudança, eu vejo a mudança já de P1 para P2 em seis anos  
437 muito longa, porque é muito tempo exposto a esse nível de poluição, porque  
438 vamos lembrar que os locais onde atinge o P1, que é 120, são locais geralmente  
439 industriais, pólos industriais, que requerem especificamente um controle nesse  
440 sentido, que São Paulo já fez essa tarefa, né? E, assim, porque na média em  
441 termos, pelo que conheço de monitoramento dos locais onde se monitora no  
442 Brasil, a média não atinge cerca de média de 60, que em PPM seria trinta e  
443 poucos e tal. Então, a média não atinge nem o P3 que seria o 75, muito mais  
444 razoável do ponto de vista de saúde. A grande preocupação para esse início de  
445 trabalho é o nível muito alto de P1 e P2. Então, eu acho, na minha opinião, que  
446 para P1 que já é 120, que são poucos os locais que atingem isso, por exemplo, a  
447 cidade mais poluída de Estado de São Paulo, que é Cubatão, ela tem uma média  
448 anual de cem, quer dizer, estou falando de média anual e não de área, vamos  
449 dizer assim. E, assim, a máxima atingida de área de Cubatão foi, se não me  
450 engano, trezentos e poucos microgramas por metro cúbico de área. É muito alta.  
451 Então, é quase que mandatário, do ponto de vista da saúde, a gente pelo menos  
452 avançar no P1 no P2 o mais rápido possível. Então, não dá para esperar quinze  
453 anos para chegar no 75. Eu estou falando de anual, mas falando do diário, que  
454 seria o P1 em 120, a máxima em Cubatão foi 300, a média anual é 100. Então,  
455 vamos dizer que conseguimos ter ali um valor lógico. Esses pólos industriais são  
456 os que precisam ser o alvo imediato dessa questão do controle de emissões.

457

458

459 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas  
460 isso é o plano, Evangelina, que vai dar. Eu não desejo ter nessa resolução valores  
461 diferenciados e isso vai ser definido dentro do Estado.

462

463

464 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
465 **(Apromac)** – Eu entendi. Eu só citei no sentido de mostrar para os Estados que  
466 na verdade aquilo que terá que ser trabalhado, de fato, em termos mais  
467 emergenciais, vamos dizer, nesses primeiros anos, seriam esses locais com alto  
468 índice, porque 120 já é muito alto diário, entendeu? Do ponto de vista da saúde é  
469 quase inconcebível você esperar dez anos para chegar a cem. Cem é acima do  
470 que é emergência na Europa.

471

472

473 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap)** –  
474 Carlos Bocuhy do PROAM. Eu queria dizer para vocês da ABEMA que essa  
475 proposta, na verdade, ela vai contra todo o trabalho que nós temos feito no sentido  
476 de buscar medidas emergenciais para expressar essas regiões mais atingidas,  
477 principalmente com material particulado, no curto espaço de tempo. Nós tivemos  
478 várias conversas em São Paulo nesse sentido, porque São Paulo é um dos pontos  
479 de preocupação e a gente admitir que a gente vai estabelecer um mecanismo de  
480 política pública sem a cenourinha à frente, que é aquele elemento que leva a  
481 política, no sentido de que você tenha que ter um claro indicativo de meta a ser  
482 atingida, e essa proposta de vocês, ela cria um gatilho para desmontar essa  
483 possibilidade, ela, na verdade, retira a alavanca necessária para esse avanço.  
484 Isso vai contrariamente a todo processo que nós estamos desencadeando junto  
485 do Ministério Público, com o próprio secretário de meio ambiente do Estado de  
486 São Paulo, que no início da discussão, foi o Dr. Ricardo Sales e eu acho que a  
487 Evangelina coloca muito bem, a gente criar pelo CONAMA pelo Conselho  
488 Nacional de Meio Ambiente, deixar essa porta aberta para tanto tempo, ela vai  
489 contra até mesmo os princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, né? Então,  
490 eu acho que isso, uma decisão dessa pelo CONAMA, enfraqueceria o próprio  
491 Conselho Nacional do Meio Ambiente, ele enfraqueceria a possibilidade da gente  
492 estabelecer políticas públicas para área ambiental, no sentido de você resolver  
493 problemas que são crônicos hoje para nossa população. E eu acho ainda que o  
494 prazo que vocês propõem é inaceitável. Quando nós pensamos as medidas mais  
495 emergenciais que são factíveis, como por exemplo, mudança tecnológica de frota,  
496 adequação e etc. Então, eu acho que vocês deveriam rever essa proposta, porque  
497 pelo fato dela ser tão antagônica com a aquilo que nós estamos propondo de fato  
498 para os Estados, como as medidas emergenciais, nós estamos ficando cada vez  
499 mais em posições diferentes. Vocês, por um receio de não atingir o padrão,  
500 deixam de criar os mecanismos necessários para atingimento, isso é um contra-  
501 senso tão grande quando vem do setor público, que nos aterroriza no sentido de  
502 que a gente está passando por uma desconstrução do processo de gestão. Então,  
503 André, eu entendo a sua preocupação, eu sei que os Estados têm essa  
504 necessidade de uma salva guarda, mas isso não pode ser maior do que saúde

505 pública, nós temos que criar esse mecanismo. Então, eu pediria que vocês  
506 revissem isso. Eu acho que mesmo o gatilho proposto pela Dra. Zilda como P2,  
507 cinco anos para nós é excessivo, em termos daquilo que a gente pretende como  
508 medida emergencial. Queria colocar isso para firmar uma posição de que para  
509 gente não é aceitável.

510

511

512 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
513 tinha a Dra. Fátima... Então, fala a senhora primeiro, tinha levantado antes.

514

515

516 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF) –** É que o Dr. Bocuhy  
517 falou o que eu pretendia. Era a preocupação da senhora presidenta em chegar a  
518 um consenso possível que não seja somente através do voto. Aqui se discute  
519 meio ambiente e no meio ambiente, o homem saúde, interesses financeiros,  
520 econômicos, eles estarão presentes, é comum, é normal, é salutar. Só que nunca  
521 pode isso se sobrepor a vida. Então, me leva a pleitear que se reflitam, porque  
522 não é possível colocar um dado a frente para que se obtenha, para que se chegue  
523 àquela meta, quando se fala aqui: “eu vou cumprir o P1, mas se eu não cumprir,  
524 eu fico lá mesmo”. É inaceitável isso, porque o poder público, ele tem obrigações  
525 com saúde e meio ambiente. Então, e há muitos países que a gente conhece que  
526 tem metas inexequíveis, mas têm as metas e têm os padrões para ser  
527 acompanhados lá. Não consegue cumprir, tem meios de se justificar pelo não  
528 cumprimento? Agora, bater pé e insistir em posições de difícil composição é muito  
529 complicado, né? Fátima Borgui do Ministério Público.

530

531

532 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Alfredo, agora, eu  
533 vou passar para o Cláudio Alonso para prestar esclarecimento.

534

535

536 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Nas falas anteriores, eu fico um  
537 pouco abismado, parece que nós estamos descobrindo poluição de ar agora e que  
538 nada foi feito, não teve plano, não teve nada. Eu vou repetir o que eu falei ontem  
539 para mostrar os esforços que são feitos e que custam muito caro para a  
540 sociedade, mas que vale a pena. Eu vou repetir o que falei ontem que em 1996  
541 em São Paulo nós tínhamos em média, é um índice, tá? Nós tínhamos em média  
542 93 microgramas por metro cúbico. Em 2016, nós temos 29, achar que estamos  
543 descobrindo a América agora me choca, porque nós temos planos concretos  
544 sendo feitos e são evidentes. Lamentavelmente para alguns, eu sou mestre em  
545 saúde pública pela universidade Carolina do Norte que é uma das maiores  
546 pesquisadoras de poluição do ar, eu sou mestre de saúde pública em poluição de  
547 ar. Portanto, algumas coisas que são faladas eu consigo entender, sem ser  
548 especialista, claro, a minha especialidade é qualidade do ar, sem estar  
549 necessariamente relacionado aos riscos da saúde e eu gostaria que a gente  
550 estudasse e viesse o que fala a Organização Mundial da Saúde, que é o nosso

551 guia, o nosso guia é a organização mundial de saúde. A organização mundial de  
552 saúde, ela propõe como passo um, dentro daquilo que eu falei ontem, que tem  
553 que analisar quais são as prioridades do País e etc. e etc. A organização mundial  
554 da saúde fala isso, ela não fala não faça, ela fala vai com cuidado. O passo um da  
555 organização mundial de saúde é 70. Qual é a passo um proposto pelos Estados?  
556 40. Saúde, vamos pegar o diário que é o anual... Vamos pegar o diário que eu  
557 acho que é mais fácil de explicar. Proposta da organização mundial de saúde,  
558 passo um: 150. Proposta dos Estados: 120. No documento da organização  
559 mundial da saúde, está aqui para qualquer um ler, não sei se todos leram,  
560 provavelmente, poucos. Ele diz o seguinte para o primeiro passo, que é 150 e nós  
561 estamos propondo 120, está em inglês, eu vou um pouco devagar. “Baseado nos  
562 coeficientes de risco publicado de estudos multicentros em metanálise”, ou seja, é  
563 a base de dados de risco que a organização mundial de saúde estudou para ver  
564 os riscos, ele diz o seguinte, que nos 150, que nós estamos propondo 120, o  
565 aumento de risco da base, ou seja, daqueles que não têm risco, é 5%. E nós  
566 estamos brigando se sai de 120 para 130, se de 130 para 12. Os ganhos que se  
567 têm são dessa ordem. É bom a gente falar isso, porque existe muito dado de  
568 saúde sendo colocado. Mas objetivamente, a organização mundial da saúde fala o  
569 seguinte do primeiro passo que eles propõem, que é mais alto que o nosso, ao  
570 último passo o ganho é de 5%. Nós, em São Paulo, eu acho que é uma região de  
571 referência importante, até porque mede muito e porque como é ela muito poluída,  
572 parece mais fácil os programas de controle, que existem sim, eles não foram  
573 descobertos agora e não vão ser propostos a partir de agora, é 5%. Nós já  
574 estamos, se alguém fizer uma leitura honesta dos nossos relatórios, nós estamos  
575 abaixo do P2. É claro que a gente tem muito cuidado, porque não é só a região  
576 metropolitana de São Paulo que a gente está analisando. A gente não está  
577 analisando uma cidade que não existe, porque é completamente inabitada, que é  
578 Vila Parisi Cubatão, que tem a qualidade do ar completamente diferente de área  
579 urbana. Área urbana está em P2, a área industrial, só industrial, está acima  
580 mesmo, concordo, são esses valores, mas ninguém está exposto a isso, porque  
581 não tem área urbana ali. Mas a gente faz questões de fazer o controle necessário  
582 no devido tempo e no devido cuidado e com as devidas crises. Um dos controles  
583 altamente aplicados em Cubatão, sabe qual foi? A Cosipa fechou. Muito cuidado,  
584 que nesse momento, nós vivemos o momento de crise e não fazer extrapolações  
585 que depois a gente impede o próprio desenvolvimento o país. Aí, teremos um ar  
586 maravilhosamente limpo e todo mundo morrendo de fome por falta de emprego.  
587 Nós temos que ter muito cuidado com o que a gente faz e a organização mundial  
588 da saúde é muito clara nisso. Eu quis fazer questão de pegar a palavra para falar  
589 esses números, o ganho que se tem em termos de riscos de vida ou de morte que  
590 a globo acha que é de vida, outro de morte, o raio que o parta, é de 5%. E a gente  
591 está trabalhando com um valor menor que esse, porque as nossas proposições  
592 não são 150 deles, são 120. E como chegamos ao 120? Nós chegamos ao 120  
593 por uma análise histórica dos nossos dados de poluição, por uma análise histórica  
594 dos controles que estão sendo feitos. Não foi chutado. A gente reduziu, porque a  
595 gente achou que poderia já partir para um valor mais baixo. Agora, a gente está  
596 tendo muito cuidado para ir para o segundo passo, porque vai atingir o País

597 inteiro. E atingindo o País inteiro, não pode o imperialismo de São Paulo falar: “em  
598 São Paulo é assim, o resto que faça tudo igual. Eu desenvolvi vocês que se  
599 danem no seu desenvolvimento”, que foi a posição que o País levou, que o MDIC  
600 levou no controle de poluentes de efeito climático. Quer dizer, vocês sujam e  
601 depois eu que tenho que limpar? Não. Tem que ser uma coisa mais equitativa,  
602 pensando que o país tem que ter um nível de empregos e renda que seja mais  
603 compatível com as desigualdades sociais de hoje. E isso tudo tem que ser levado  
604 em conta. Não adianta você falar morre três, mas quantos estão morrendo de  
605 fome? Quantos estão morrendo sem emprego? Esse balanço tem que ser feito de  
606 forma completa e é 5%, não é nada, além disso.

607  
608

609 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
610 Obrigado, Cláudio. Alfredo, breve que São Paulo já falou muito. Ele deu a palavra  
611 ao Cláudio e pediu para fazer o fechamento. Pediu não, na hora que ele passou,  
612 ele sinalizou isso. Não sei se você ouviu, Evangelina, na hora que ele falou.

613  
614

615 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** A Dra. Fátima falou  
616 que estamos batendo o pé, eu estava fazendo uma reflexão e nós não estamos  
617 batendo o pé. Estamos batendo a... Batendo alguma parte do corpo aí, não lembro  
618 qual é... Mas o que eu quero dizer é que a gente está batendo a cabeça aqui. E eu  
619 fiz uma reflexão porque estamos batendo cabeça. E queria esclarecer um pouco  
620 mais. Olha, quando a gente conversa nessa coisa da saúde, que vai morrer não  
621 sei quanta gente, que está horrível, está péssimo... Nós estamos falando de  
622 algumas conjunturas muito particularizadas do país. Região metropolitana de São  
623 Paulo... Pegando como exemplo o Estado de São Paulo, que sempre acaba sendo  
624 pego como exemplo, nós temos dados para as pessoas usarem de exemplo, o  
625 resto do país não tem dado, ninguém lembra... Tem, mas tem pouco. Mas em  
626 nenhum momento você falou o Rio de Janeiro.

627

628 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Isso  
629 não é grupo de trabalho. Use o microfone.

630  
631

632 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Em nenhum  
633 momento você falou que em Recife eles estão morrendo. O foco aqui é São Paulo,  
634 então, dá licença, deixa eu acabar de falar o que eu quero. Nós pegamos  
635 Cubatão, sempre é Cubatão, é região metropolitana de São Paulo, uma pergunta,  
636 aqui no CONAMA, nós estamos fazendo o padrão de qualidade do ar a ser  
637 seguido pelo Brasil inteiro. Alguém que tem o mínimo de inteligência de estar  
638 morando no país com a situação que nós estamos vivendo acha legal pegar um  
639 padrão rigorosíssimo para atender região metropolitana de São Paulo, Baixada  
640 Santista, Cubatão, para passar para Amazonas, para o resto do Brasil? Isso é  
641 uma incoerência total. Agora, segunda coisa que vou falar, se poluição de ar fosse  
642 só ligado a fontes fixas, que fica se falando da tecnologia, do dinheiro, das

643 pessoas, que nós temos economia, era uma coisa, como já disse o nosso  
644 representante lá da ABEMA. Depende das fontes fixas, depende das condições  
645 meteorológicas e de dissipação. Nós somos um país sem planejamento, as coisas  
646 vão aparecendo aonde elas aparecessem. O desenvolvimento não ocorre onde  
647 tem melhor condição de dissipação de poluição do ar. Cubatão pareceu lá, porque  
648 o porto de santo está lá, mas nós temos a Serra e temos o vento que bate  
649 predominantemente do oceano pra Serra. Está aquela encrinca, região  
650 metropolitana de São Paulo está encrinçada em um monte de morro, o Brasil  
651 inteiro não é assim. Então, o que eu estou chamando...

652

653

654 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
655 Finalizando, Alfredo, São Paulo já falou bastante.

656

657

658 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Todo mundo fala,  
659 Zilda. Eu tenho direito de falar. Estou falando uma coisa aqui para dar uma luz  
660 para as pessoas, porque nós estamos batendo a cabeça aqui, tem que entender...

661

662

663 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
664 acho que a proposta que fiz no início está se desvirtuando e pulverizou. Eu fiz uma  
665 proposta... Nós estamos reproduzindo o mesmo debate aqui que tivemos no grupo  
666 de trabalho. Não era isso que a coordenação pretendia quando os debates  
667 começaram.

668

669

670 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Quem estava no  
671 grupo de trabalho, os que estão aqui não estavam no grupo de trabalho. Estou  
672 querendo convergir, Zilda. Se não, eles vão ficar eternamente falando que o Brasil  
673 inteiro vai morrer.

674

675

676 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Nós  
677 vamos ter que melhorar as propostas que estão aqui para numa próxima reunião,  
678 a gente começar a votar e não tem possibilidade de convergência. Isso já está  
679 claro para mim. Não há uma possibilidade de convergência. Eu tentei hoje de  
680 manhã, no esforço de trazer, mas há uma resistência até de outras  
681 representações da ABEMA, o André se manifestou contrário à proposta que eu fiz,  
682 no sentido de deixar já pronto como gatilho o P2, que eu acho que isso seria um  
683 pouco mais justo. Agora, já colocar um prazo que nós temos de três a cinco anos,  
684 já colocar em cinco anos, e ainda deixar o gatilho anterior por uma insegurança de  
685 implantação do padrão seguinte, eu acho que, daí, cria uma distância muito  
686 grande para os padrões da OMS. Aí assim, já que os Estados não têm segurança  
687 de aderir a uma proposta como essa, eu acho que o que nos resta agora é: ou nós  
688 continuamos debatendo até a tarde genericamente sobre a resolução toda ou nós



689 partimos para propostas melhoradas, mais concretas para a próxima reunião e  
690 vamos votar. O texto é esse e esse, quem vota nesse, nesse e nesse. Vai ter que  
691 ser desse jeito, porque estou vendo... Eu tinha uma esperança que a gente  
692 conseguisse convergir para algumas propostas... Pelo menos limpar o texto. Eu  
693 estou tentando isso desde o grupo de trabalho, mas eu estou vendo que não. E aí,  
694 cada vez que a gente faz uma proposta mais concreta, no sentido de aproximar, é  
695 legítimo, cada um que está aqui está defendendo o seu setor e sua opinião, mas  
696 aí vem um outro problema que é colocado... Eu agora estava discutindo  
697 especificamente essa questão dos programas, aí, a Sociedade Civil vem com a  
698 questão dos poluentes que precisam ser mais restritivos, a gente nem tinha  
699 chegado lá ainda, nós estamos no artigo terceiro, nós não tínhamos nem chegado  
700 ainda lá. Não quero prolongar a discussão em cima dos poluentes, é isso que eu  
701 não quero. Eu tinha feito uma proposta aqui, uma contra proposta, à ABEMA no  
702 intuito de tentar aproximar com Governo Federal. Eu vi um pouco de flexibilidade  
703 de São Paulo, mas não vi do Rio de Janeiro. Então, fica difícil da gente aproximar  
704 as propostas. Vamos ter que votar e aí vai votar quem tiver o maior número de  
705 votos, vai ganhar quem tiver o maior número de votos. É um processo  
706 democrático, quem não ganha, perde. Não tem jeito, desculpe aí o lugar comum,  
707 mas é isso mesmo. Então, eu queria que a gente... Aí, nós temos uma decisão  
708 aqui: continuamos nos estendendo pelo texto para tentar melhorar em algum  
709 ponto, eu estou vendo que se nós conseguimos algum consenso em cima do  
710 artigo terceiro, nós conseguiríamos avançar nos demais, talvez até trazer alguns  
711 poluentes para algum valor ou não. Não estou dizendo que seja isso, mas me  
712 parece que a Dra. Evangelina provocou com a história do material particulado,  
713 mas a gente ainda estava no artigo terceiro. O material particulado é do artigo  
714 seguinte, onde se diz os padrões. Então, se a gente conseguisse pelo menos um  
715 alinhamento melhor no artigo terceiro, a gente conseguiria limpar o resto do texto,  
716 encurtar os prazos. Eu acho que é uma negociação, nós não vamos conseguir ter  
717 um texto só, o assunto é muito complexo e eu gostaria também que o Ministério  
718 Público e a Sociedade Civil também vissem, e eu falei isso ontem e gostaria de  
719 repetir, que os órgãos... Eu passo por isso o tempo todo aqui dentro do Ministério  
720 do Meio Ambiente. Os órgãos ambientais têm muitas vezes, nas suas mãos,  
721 políticas para implementar das quais eles não têm 100% do domínio. O órgão  
722 ambiental, e isso existe com o Ministério do Meio Ambiente, tem um dos  
723 orçamentos mais baixos de todo o Governo, tem pouco sensibilidade aos  
724 conselhos de governo ou aos órgãos que tratam, a área de fazenda, a área de  
725 planejamento, eu falei agora a pouco com a minha substituta no Ministério que  
726 participou no meu lugar de um debate na Câmara, e que o representante da WWF  
727 chamou o Ministério do Planejamento pra explicar porque que o orçamento do  
728 Ministério do Ambiente era cada vez menor e cada vez mais reduzido. E é cada  
729 vez mais reduzido eu tive uma previsão, quando a política de resíduos sólidos foi  
730 lançada em 2010, para que pudéssemos dispor de projetos para Estados e  
731 Municípios de 96 milhões de reais. Eu nunca recebi mais do que nove milhões de  
732 reais para implementar a política de resíduos sólidos. O dinheiro foi cortando,  
733 porque a gente teve dificuldade nos primeiros editais dos municípios apresentarem  
734 proposta. Quando se tem dificuldade no primeiro, os outros são cortados

735 automaticamente. Então, a gente tem essas dificuldades. Assim, eu estou  
736 entendendo que os Estados têm essa dificuldade, porque é uma política a ser  
737 implementada que não é só uma política de fontes fixas que depende de outros  
738 órgãos do Governo. Eu sei disso perfeitamente e falei uma vez para a Dr. Bocuhy  
739 no CONAMA a tempos atrás, o senhor vai lembrar, numa preparatória do  
740 CONAMA que a ministra estava junto. O senhor falou isso que o Governo  
741 precisava ter uma política de qualidade do ar. Eu acho que a gente só vai ter isso  
742 quando tiver uma vontade geral para que isso ocorra, quando tiver uma lei que  
743 cria essa política e cria uma rubrica dentro do orçamento para qualidade do ar,  
744 porque hoje só área ambiental batendo o pé que isso é importante ou área de  
745 saúde também, que é a nossa parceira, nós sozinhos não conseguimos fazer  
746 muita coisa. Se a área de transporte não pensa assim, se a área de indústria e  
747 comércio não pensa assim ou não tem essa prioridade, não vamos dizer assim,  
748 que não pensa assim, que não tem essa prioridade, mas eu acho que cabe aqui  
749 uma reflexão. Se a gente não vai chegar a consenso que eu lancei uma proposta,  
750 mas acho que ela não foi bem recebida. Eu vou tentar trazer uma proposta mais  
751 formalizada na nossa próxima reunião, no papel, mas a gente não vai conseguir  
752 avançar no texto, eu estou vendo o debate pelo debate, sem a gente conseguir  
753 avançar no texto. Evangelina. André Rocca, perdão, o Bocuhy e o Rocca.  
754 Evangelina você pediu primeiro.

755  
756

757 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
758 **(Apromac)** – Evangelina, APROMAC. Eu vou procurar ter uma atitude mais  
759 propositiva, porque várias coisas que estão rebatendo agora, já foram faladas  
760 antes, já falei do 120, que o foco tem que ser o 120 e o 100. Enfim, então, eu acho  
761 que não vale a pena. Eu só teria uma pergunta de esclarecimento para o Sr.  
762 Cláudio que é: o que significa 5% na situação que o senhor conhece bem que é  
763 São Paulo em termos de mortes, se o senhor puder me dizer? O senhor está  
764 dizendo que isso é pouco, só 5%. Então, eu gostaria que o senhor me desse esse  
765 número e depois eu gostaria de acrescentar uma proposta.

766  
767

768 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
769 **Devolve a palavra depois dele, ta? Cláudio Alonso da CETESB.**

770  
771

772 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Cláudio Alonso, CETESB. Eu  
773 sou muito honesto no que eu falo, não sei e eu não sei se alguém sabe. O que eu  
774 sei é que o ganho que se tem do primeiro ao último passo, em termos de número  
775 eu não sei, e cada modelo me dá um número diferente, isso é interessante...

776  
777

778 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
779 **(Apromac)** – Mas o senhor está falando da OMS especificamente.

780

781

782 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Da OMS eu vou dizer  
783 especificamente o que a OMS fala...

784

785

786 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
787 **(Apramac)** – Isso o senhor já falou. Só queria saber se o senhor sabia a  
788 quantidade de mortes...

789

790

791 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Não sei, quem sabe...

792

793

794 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
795 **(Apramac)** – Então, era só isso. Então, o senhor falou que tinha feito mestrado  
796 que cinco por cento era pouco, que isso e aquilo. Só estou perguntando, não  
797 sabe, esclareceu. A minha proposta para ajudar a tentar resolver essa questão,  
798 trazendo a questão de saúde, é que em relação ao P1 e ao P2, nós  
799 propuséssemos, como o nosso grupo da Sociedade Civil propôs, de haver uma  
800 mudança nos seis anos, considerando a emissão do relatório e etc. e tal Porque o  
801 P1 é o 120 e depois o 100 que ainda é muito alto do ponto de vista de saúde, e aí,  
802 talvez pensar em algo que pudesse ajudar no sentido de vir a próxima  
803 determinação, que seria 75, e depois o 50, mas que pelo menos se avançasse  
804 mais rapidamente nessas primeiras, nem que tivesse que reavaliar, como você  
805 mesmo disse, nessa proposta ficaria só a mudança dos dois primeiros que são  
806 níveis muito altos em termos de consequência para saúde. Eu acho assim que os  
807 locais onde, por exemplo, Amazonas e outros Estados que não têm nem  
808 monitoramento, não atingem esse nível. Onde atinge são, principalmente, nos  
809 pólos industriais, como já mostram os relatórios, pelo menos de seis regiões, que  
810 é Rio Grande do Sul, Paraná não atinge isso, Porto Alegre, São Paulo, Rio de  
811 Janeiro, Belo Horizonte e Vitória. Não, região metropolitana de Curitiba não, Porto  
812 Alegre sim em alguns locais, mas são pólos industriais. São Paulo e Rio de  
813 Janeiro também pólos industriais, que eu estudei o relatório, Minas Gerais também  
814 pólos industriais, embora o relatório esteja um pouco atrasado e Bahia, eu não  
815 conheço para dizer... Mas acredito que se não forem pólos industriais, mesmos os  
816 outros Estados que não têm monitoramento e começar a trabalhar com aquilo que  
817 nós já temos de dados, que são essas oito regiões que já tem o monitoramento e  
818 sabem quais são os locais que atingem o nível acima de cem. Então, nesses  
819 primeiros seis anos, o prazo de três em três anos, nós saberíamos, nós  
820 conseguiríamos, pelo menos, atingir o cem microgramas como padrão que já é  
821 muito melhor que o 120 e 150. Essa é a minha sugestão.

822

823

824 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
825 **Bocuhy.**

826

827

828 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –**

829 Carlos Bocuhy do PROAM. Eu queria fazer uma consideração rápida. Eu acho  
830 que do conflito que a gente está vivendo aqui, Dr. Zilda, que a senhora coloca  
831 bem, se nós não tivermos modelo claro esse envolvimento que nós queremos  
832 para o país, nós não vamos estabelecer nenhuma política nem para ar, nem para  
833 água, nem para nada. Quando a Organização Mundial da Saúde, ela tem o  
834 cuidado de dizer “olha, você tem que, na medida do possível, para se  
835 desenvolver”, ela está escrevendo para países da África, de pobreza extrema que  
836 eles têm que ter um cuidado para que a população não morra de fome. Nós  
837 estamos numa outra realidade. O Brasil é um país em desenvolvimento. E é esse  
838 modelo de desenvolvimento que a gente está tratando aqui. Então, a  
839 argumentação que é utilizada para o desenvolvimento econômico, ele tem que ter  
840 um tangenciamento do que é economia social e do que é o modelo que nós  
841 estamos perseguindo. Se a gente não tiver clareza do modelo que nós estamos  
842 pretendendo para o Brasil de sustentabilidade, nós vamos trabalhar com política  
843 equivocadas. Eu acho que o conflito, que está se dando aqui agora, é uma falta de  
844 priorização das questões que são essenciais para o desenvolvimento sustentável,  
845 onde a sustentabilidade fica em primeiro plano. Se tomarmos a medida  
846 equivocada agora, uma meia-medida, que não tenha a generosidade necessária  
847 para com a população e com o modelo, devido à escala do problema, onde mais  
848 aparece é São Paulo, mas o modelo é o mesmo para todo o território nacional.  
849 Então, na medida em que no antropoceno, as coisas crescem, a interação das  
850 atividades humanas, elas acabam de forma cinética e cumulativa ocorrendo por  
851 todo o território nacional, isso ocorre no planeta todo, é um modelo civilizatório que  
852 nós estamos falando aqui, nós vamos nos desfocar da necessidade de consumir  
853 sustentabilidade para o Brasil. Então, se o CONAMA acatasse a proposta da  
854 ABEMA hoje, por um temor da ABEMA, ele estaria sinalizando erroneamente,  
855 para a sociedade, políticas públicas. E isso poderia também amanhã repercutir na  
856 política das águas e outras políticas, na medida em que você relativiza os gatilhos.  
857 Então, Roca, eu sei da dificuldade que vocês têm, admiro a competência técnica  
858 de vocês, mas o espírito que deve reger o próprio Conselho Nacional do Meio  
859 Ambiente e a própria Política Nacional do Meio Ambiente, ela não está sendo  
860 colocada nessa mesa com a devida cautela. Eu chamaria a atenção para isso e  
861 inclusive a ABEMA não pode se desfocar disso, né? E é isso, Dra. Zilda, que nos  
862 leva ao conflito permanente, porque são posições de contraposição. Então, nós  
863 temos que desenhar esse modelo e sair daqui...

864

865

866 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**

867 Doutor Bocuhy, a sua fala é muito importante, mas ela volta ao ponto que eu falei.  
868 Nós estamos de novo colocando uma responsabilidade para os Estados dentro do  
869 SISNAMA que não é só deles. Eu acho que a gente está voltando, está andando  
870 em "loop". O senhor de novo pressionando os Estados para uma coisa que não é  
871 só deles, a obrigação.

872

873

874 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap)** – Pelo  
875 contrário, me referi a processo civilizatório, Doutora. Isso envolve... A CETESB, na  
876 verdade, ela pode fazer muito pouco...

877

878

879 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
880 Processos civilizatórios não dependem só dos órgãos ambientais.

881

882

883 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap)** –  
884 Então, o que eu tô dizendo aqui é isso. Olha, tem inspeção veicular em São  
885 Paulo? Não tem. Tem inspeção disso em São Paulo? Não tem. Tem Euro 6 em  
886 São Paulo? Não tem. Então, nós temos uma série de...

887

888

889 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
890 não sei se vai ter no Brasil inteiro. Não é a norma brasileira. Euro 6 é uma norma  
891 europeia, não brasileira. Eu preso. Nós não temos Euro 6 aqui.

892

893

894 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap)** – Não  
895 temos B8 aqui no Brasil. Acontece o seguinte, se nós não caminarmos para essa  
896 visão de uma política maior, eu não posso aceitar aqui o órgão ambiental vindo  
897 falar de desenvolvimento... Padrão de qualidade do ar, eu movo toda a economia,  
898 todo o motor da sociedade...

899

900

901 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Em  
902 tese o que o senhor está falando é perfeito. Em tese é perfeito. Na retórica é  
903 ótimo, mas o órgão ambiental não tem gerência sobre isso.

904

905

906 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap)** – Não  
907 tem a gerência, então, uma defesa, pelo órgão ambiental, de que ele não poderá  
908 cumprir é errôneo, porque a sinalização pra sociedade, pra economia, para o  
909 modelo é o padrão.

910

911

912 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Dr.  
913 Bocuhy, senhor sabe como funciona no Governo? Hoje? Senhor sabe como é que  
914 funciona? Um técnico para vir aqui defender uma posição, ele tem que fazer uma  
915 nota técnica com um parecer técnico. E aí, o chefe dele vira para ele e diz assim:  
916 “você pode ir lá defender esse técnico”, nós vimos isso acontecer no IBAMA  
917 recentemente, tá. Aí, essa posição técnica tem um problema qualquer de  
918 implementação lá adiante, no caso do licenciamento ambiental, no caso do padrão

919 de qualidade do ar, aí alguém disse assim: “este número ou esta proposta estava  
920 errada”, o senhor sabe o que vem acontecendo agora? Quem é punido é o  
921 técnico. Se ele dá uma opinião errada que vai chegar ao um indicativo errado de  
922 governo, a uma norma errada, não é o dirigente, não é o secretário de Estado, o  
923 secretário municipal... Isso aconteceu no licenciamento do IBAMA com pareceres,  
924 o técnico assina, assina junto o seu chefe imediato e o dirigente máximo assina  
925 junto. O que aconteceu e a gente tem visto colegas? Afastados... Não assinaram  
926 juntos, porque no caso de licenciamento, como é o caso de qualidade do ar, são  
927 grupos de trabalhos que discutem sobre esse tema. Então, as pessoas acabam  
928 agindo com cautela. Com cautela e não com ousadia, como o senhor gostaria que  
929 fosse.

930

931

932 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –**  
933 Doutora, a senhora vai me desculpar. A senhora está colocando aqui um problema  
934 funcional. Isso tem que ser resolvido em outra instância. Nós estamos falando de  
935 política nacional, eu não posso admitir um funcionário vir aqui dizer “eu tenho uma  
936 dificuldade funcional”. Então...

937

938

939 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não  
940 é emocional.

941

942 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –** Não.  
943 Eu não posso mudar o padrão, porque...

944

945

946 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Posso fazer uma  
947 questão de ordem, Zilda? Você me cortou a palavra, mas eu estava colocando  
948 aqui coisas muito mais interessantes para convergir. Agora, vocês ficam  
949 debatendo de novo para regredir... Me desculpe, questão de ordem.

950

951

952 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –**  
953 Questão de ordem uma via, questão de esclarecimento. Nós estamos falando  
954 sobre o modelo. Então, eu não posso aceitar como Conselheiro representante da  
955 Sociedade Civil, um argumento que há problema funcional e por isso não aceitar o  
956 padrão.

957

958

959 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não  
960 é problema funcional. O senhor distorce as palavras da maneira como o senhor  
961 quer, mas não é o problema funcional. O problema é a limitação da  
962 representatividade e na decisão que esse conselho tem. Esse conselho toma  
963 decisões que decidem sobre padrões e instrumentos da política ambiental.  
964 Especificamente, essa Câmara Técnica de qualidade ambiental e gestão de

965 resíduos, ela regula padrões e procedimentos para área de qualidade e gestão de  
966 resíduos e não para a política ambiental como um todo, que é isso que o senhor  
967 está falando. Então, assim, os técnicos que estão aqui, eles têm um limite de  
968 competência para estar aqui.

969

970

971 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) – O**  
972 primeiro passo dessa política ambiental é o padrão total. Para nós, é o primeiro  
973 passo para que a gente possa...

974

975

976 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
977 Perfeito, mas essa Câmara Técnica não delibera sobre toda a política ambiental.  
978 Então, o que o senhor está pedindo vai além daquilo que nós temos competência  
979 de tratar. É isso que quis lhe dizer. Se o senhor entendeu de alguma outra forma,  
980 me desculpe, mas foi isso que quis dizer na minha fala, tá? Eu não decido sobre  
981 as demais políticas que são afetas à área ambiental ou que corroboram para ela  
982 ser melhor. É isso que quis dizer para o senhor. Desculpe se entendeu de outra  
983 forma, talvez não tenha me explicado bem o suficiente. Eu gostaria de passar a  
984 palavra. Eu gostaria que a gente fosse um pouco mais construtivo, se debruçasse  
985 no texto e tentasse chegar a alguma conclusão sobre o que é possível melhorar  
986 nele ou não, gostaria que as próximas falas fossem nesse sentido, certo? André,  
987 Roca e Wanderley. Nessa ordem.

988

989

990 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – André França, ABEMA.**  
991 Ainda sobre rapidamente, Zilda. Não, eu preciso falar, me desculpe, mas eu  
992 preciso falar. A gente não pode ignorar a realidade. Chegou um fato novo, que a  
993 gente já estava estudando desde o início do grupo de trabalho, os cenários, as  
994 propostas que estão sendo feitas e eu pedi agora um aprofundamento da nossa  
995 equipe técnica sobre isso. E chegou agora os resultados, no caso do Rio em  
996 relação a P2, o resultado é não conseguimos atender. Então, o que antes era  
997 receio, agora é fato. Nós não atendemos P2. Diante disso, só reforçando, a gente  
998 não tem como fixar uma meta para cinco anos que depende de vários setores da  
999 sociedade, vários órgãos do Governo um padrão que eu já sei aqui, está na minha  
1000 frente o resultado técnico dizendo “olha, por todos os cenários e formas de avaliar,  
1001 nós não conseguimos atender esse padrão”. Se eu não atendo hoje, como vou  
1002 dizer que vou atender em cinco anos se eu não tenho nem um plano, nem um  
1003 inventário de fontes? É utópico. Então, eu estou trazendo essa informação por  
1004 causa disso. O que antes era um receio, agora é um fato.

1005

1006

1007 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Está**  
1008 na outra resolução de fontes fixas, se não está fazendo é um problema do Estado.

1009

1010

1011 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Sim, sem inventário, sem  
1012 um plano específico, como fazer? Como fazer qualquer número, simplesmente  
1013 jogar um número para depois ver o que faz. É isso que a gente não concorda. A  
1014 gente quer colocar algo que a gente possa se comprometer a fazer, porque se a  
1015 gente volta para os Estados dizendo “olha, foi colocado um número, mas se não  
1016 cumprir revisa”, a força que a gente vai ter vai ser mínima, porque se de antemão  
1017 a gente já abre a possibilidade de “ah, não, a gente colocou isso aqui, mas senão  
1018 revê depois”, ainda mais que eu coloco algo hoje que eu já sei que não consigo  
1019 cumprir. Então, a gente não pode colocar algo que reconhecidamente não  
1020 compara dizendo “em cinco anos eu vou fazer”, sendo que eu preciso de três anos  
1021 para fazer um plano, quatro anos para ter os resultados e cinco anos para voltar a  
1022 discutir. O que a gente consegue fazer em cinco anos é voltar a essa casa e sair e  
1023 dizer o seguinte, “olha, com mais um plano que fizemos conseguimos mobilizar  
1024 determinados setores”, “a gente consegue atender P2 em ‘X’ anos, isso a gente se  
1025 compromete a fazer”. Então, na linha propositiva, nossa contraproposta é a  
1026 seguinte, se os Estados concordarem, senão se manifestaram, por favor. Nós  
1027 estabelecemos o compromisso de em cinco anos retornar para discutir P2 e em  
1028 não havendo possibilidade, a gente mantém o P1. Três anos a gente não  
1029 consegue nem fazer o plano.

1030

1031 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Uai,  
1032 mas é isso que está sendo proposto. Três anos o relatório, cinco anos ‘começar a  
1033 discutir’ significa um ou dois anos no CONAMA. Eu só vou ter um novo PX daqui a  
1034 oito anos e aí também não dá.

1035

1036

1037 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Mas se não for  
1038 alcançável, de que vale ter um número da resolução que não vai ser cumprido?

1039

1040

1041 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1042 André, cinco anos começar a discutir não.

1043

1044

1045 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Não, vai voltar aqui com  
1046 base nos planos, nos resultados. Sim, no quarto ano a gente já vai saber se é  
1047 possível ou não. Vai voltar para estabelecer o prazo de atendimento, pode ser um  
1048 ano, pode ser seis meses, pode ser três anos, pode ser até inalcançável, a gente  
1049 não sabe agora. O que sei com certeza, e agora estou falando o dado que eu  
1050 tenho no meu computador aqui, é que P2 a gente não atende. Então, assim, eu  
1051 não tenho como fixar uma norma hoje no padrão que não atendo, sem ter o  
1052 mínimo de instrumentos para permitir que a gente atenda esse padrão. Eu não  
1053 tenho plano, eu não tenho ainda o compromisso de todo mundo que precisa  
1054 participar para que esse padrão se realize. Então, seria irresponsável, essa é a  
1055 palavra, se a gente aqui assumisse esse tipo de compromisso. Então, qual é a  
1056 nossa contraproposta? Voltamos aqui em cinco anos para discutir o prazo de



1057 implementação do P2, com base no plano que vai ser apresentado no terceiro  
1058 ano, é lógico que quando a gente fala cinco anos, não é que assunto vai morrer e  
1059 daqui cinco anos... Não é isso, durante esse tempo o diálogo sendo aberto, os  
1060 Estados trabalhando, a Sociedade Civil está convidada desde então a participar  
1061 desse debate, eu vi ontem, o Dr. Bocuhy me procurou, apresentou várias idéias  
1062 muito interessantes que quero depois escutar com mais detalhe. Esses cinco anos  
1063 vão ser de intenso trabalho, a gente não está falando cinco anos e esquece esse  
1064 assunto, daqui cinco anos volta. Pelo contrário, cinco anos de trabalho intenso  
1065 com o plano no terceiro ano e resultados no quarto ano. Agora, o que a gente  
1066 pode fazer para melhorar a qualidade da informação que a gente vai chegar, e é a  
1067 minha sugestão de encaminhamento, a gente coloca o gatilho dessa forma que  
1068 nós propusemos e a gente se debruça um pouco mais sobre o conteúdo do plano,  
1069 que foi algo que a gente não fez e sobre o conteúdo do relatório. Porque aí a  
1070 gente consegue estabelecer o mínimo de padrão do que os Estados têm que  
1071 apresentar de informação. E eu acho que isso facilita estabelecer um link,  
1072 exatamente, com esse comando. Exato. Então, eu caminharia a proposta nesse  
1073 sentido. A gente assume o P1, P1 já temos algumas violações, mas a gente está,  
1074 por ousadia, dentro do que a gente consegue assumir de responsabilidade, está  
1075 concordando com o P1, mas não pense que já está tudo atendido. A gente não  
1076 está fazendo tiro ao alvo aqui, né? P1 já vai demandar um esforço, porque as  
1077 violações que existem no P1 é aquele incomodo que vai provocar a mudança, mas  
1078 a pressão, ela tem que ser calibrada, porque um pouco de pressão é saudável, o  
1079 excesso de pressão mata a proposta.

1080

1081

1082 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Mas  
1083 ainda vejo limitações de aceitar técnica e juridicamente a proposta de vocês.  
1084 Colocar um prazo... Não, eu vejo limitação do CONAMA, em termos legais. A área  
1085 jurídica vai nos cobrar de como estou colocando um padrão sem prazo.

1086

1087

1088 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Nós assumimos o  
1089 compromisso de ir a CTAJ fazer essa mesma explicação.

1090

1091

1092 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1093 Ótimo, porque eu não tenho condições. Se essa proposta for a aleita, nós não  
1094 votamos ainda, se essa proposta for a eleita, nós vamos. Eu não tenho condições  
1095 de advogar. Nenhuma.

1096

1097

1098 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** A gente vai. A gente  
1099 assume esse compromisso. Fica firmado desde então. Então, a proposta é essa.  
1100 Colocamos o gatilho cinco anos, mantenho o plano em três, o relatório em quatro,  
1101 se não houver o gatilho é para voltar para discutir o prazo...

1102

1103

1104 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Por  
1105 parte do Governo Federal, eu sinto muita dificuldade de aderir à proposta de  
1106 vocês, continuo com muita dificuldade.

1107

1108

1109 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – É o melhor que podemos  
1110 oferecer.

1111

1112

1113 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Pela  
1114 a falta de certeza legal de colocar isso de pé como um padrão a ser seguido. Vai  
1115 causar uma incerteza. Se tiver qualquer problema até o quinto ano, o que está  
1116 valendo?

1117

1118

1119 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Vale o vigente.

1120

1121 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Aí vai  
1122 ficar valendo o vigente até que se reúna a Câmara e delibere sobre isso.

1123

1124

1125 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Até que seja possível  
1126 avançar.

1127

1128

1129 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1130 Possível não é uma palavra que eu posso colocar numa resolução do CONAMA,  
1131 porque possível é um termo relativo. É como a gente falou ontem em relação ao  
1132 melhor conhecimento disponível. Não são termos técnicos que eu possa colocar  
1133 na resolução de padrões.

1134

1135

1136 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – A gente está aqui  
1137 dialogando, não está falando para colocar dessa forma no texto. A questão é o  
1138 seguinte, se não for possível, não vai ser cumprido.

1139

1140

1141 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Se  
1142 fosse uma resolução novíssima, é uma resolução que já tem vinte e sete anos.  
1143 Qual o argumento que eu tenho para colocar junto essa resolução pra dizer que  
1144 eu preciso construir alguma coisa? Ué, mas por que você não construiu até agora,  
1145 sendo que a resolução anterior era de 1990? Eu pressiono as indústrias quando  
1146 eu quero negociar a logística reversa principalmente em cima de instrumentos que  
1147 já estão em vigor por meio de resoluções do CONAMA.

1148

1149

1150 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – É mais simples essa  
1151 discussão, porque se eu não...

1152

1153

1154 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É  
1155 simples?

1156

1157

1158 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Não estou reduzindo a  
1159 dificuldade, estou dizendo que é mais simples do que essa que estamos tendo  
1160 aqui, porque é interlocutor...

1161

1162

1163 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Você  
1164 articular o retorno de produtos do consumidor para a indústria em 5.570  
1165 municípios brasileiros, desculpe, André, o seu desconhecimento, mas não é um  
1166 uma tarefa simples.

1167

1168

1169 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Não estou diminuindo a  
1170 complexidade. O que eu disse é que é mais simples do que a gente está falando  
1171 aqui, porque aqui eu tenho um caráter difuso muito maior.

1172

1173

1174 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Bom,  
1175 então, a proposta de vocês é melhoraria do texto. E não há possibilidade...

1176

1177

1178 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – A gente melhora, coloca  
1179 o gatilho daqui cinco anos pra discutir o P2.

1180

1181

1182 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – E  
1183 não há possibilidade de aderir à proposta que eu fiz no início da reunião?

1184

1185

1186 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Nesse momento, nós  
1187 não temos condições de assumir esse compromisso.

1188

1189

1190 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Está  
1191 ótimo. Tenho o Alfredo Roca inscrito e vou seguir a ordem.

1192

1193

1194 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Não, você sabe o que  
1195 é? Às vezes a gente fica meio confuso. Temos a impressão que ela vai  
1196 encaminhar para alguma coisa e ela vai e ela volta. A minha aflição...

1197

1198

1199 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1200 Somos dois.

1201

1202

1203 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – A cada vírgula é no  
1204 mínimo meia hora para decidir se está bem posicionada ou não. Além de tudo isso  
1205 tem outras coisas a mexer nessa resolução. Então, a gente precisava uma  
1206 estratégia, porque essa coisa que enrola sete anos e que não chegou no  
1207 consenso, que são de prazos e de valores a fixar. Consenso aqui parece que não  
1208 vai ter, se vamos votar agora, se vai ser na próxima reunião ou se a gente  
1209 aproveita o resto dessa reunião trabalhar o resto que depende diretamente disso.  
1210 Eu acho que a gente podia...

1211

1212

1213 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
1214 tenho uma proposta. Eu acho que a gente podia passar os artigos três e quarto,  
1215 que são os artigos que não vamos ter consenso. Nós não vamos ter consenso. Eu  
1216 acho que nesse momento a gente espera para uma proposta de revisão, a idéia é  
1217 no final... Eu não discuti ainda com IBAMA e nem com o Ministério da Saúde  
1218 sobre isso, que nós somos proponentes de um texto especificamente, mas eu  
1219 acredito que para a próxima reunião, nós devamos apresentar uma contraproposta  
1220 em cima da proposta que nós tínhamos feito originalmente de adequação de  
1221 algumas coisas. Mas os pontos nevrálgicos são o 3 e o 4, eu tinha alguma  
1222 esperança de que a gente pudesse alinhar alguma coisa, já vi que não vai ser  
1223 possível alinhar. Então, a estratégia, para não ficarmos aqui andando em círculos,  
1224 seria nós passarmos... Qual é que é o artigo? Tem um monte de artigos novos,  
1225 mas eles estão relacionados ao segundo... Passa os dos padrões e iria  
1226 diretamente para o próximo... Desculpe, eu não estou dando a palavra... Mas iria  
1227 para o sexto e começaria a discutir, tentar limpar o resto do texto, porque ele não  
1228 tem uma relação tão direta quanto os gatilhos ali que estão ali misturados entre  
1229 terceiro e quarto. E aí, a gente teria uma manhã um pouco mais produtiva em  
1230 termos de avanço, não que nós não tenhamos sido produtivos até então, mas em  
1231 termos de avanço no texto, propriamente dito, o nosso produto aqui, infelizmente,  
1232 não é as nossas posições, essas posições têm que estar refletidas num texto.  
1233 Então, eu acredito que numa avaliação muito preliminar, eu conseguiria avançar  
1234 na melhoraria do texto do artigo sexto em diante. E aí, a gente teria tudo que nós  
1235 discutimos ontem a tarde e hoje de manhã dos artigos três e quarto para a  
1236 próxima reunião com proposta aí de emendas, ABEMA fez uma proposta, mas  
1237 essa proposta, a nosso ver, ainda vai ter que ter um texto mais apurado. Eu, pelo  
1238 menos, identifiquei a falha de como é que vai ficar o plano de monitoramento com  
1239 o relatório, eu acho que está faltando essa junção no texto. Eu particularmente

1240 gostaria de fazer uma proposta pelo Governo Federal um pouco diferente em  
1241 relação àquela que a gente tinha feito, ouvindo tudo esses dois dias, mas se os  
1242 senhores coordenaram, eu ainda tenho membros dessa Câmara Técnica inscritos,  
1243 mas eu avançaria, suspenderia o debate de 3 e do 4. Nós estamos reproduzindo  
1244 diálogos que já foram reproduzidos no grupo de trabalho ontem e hoje e já vimos  
1245 que nós não temos condições. Nós vamos ter que resolver isso na votação.  
1246 Infelizmente ou felizmente, vai ter que ser resolvido na votação. Então, eu gostaria  
1247 de propor que a gente começasse do artigo sexto a discutir, pois não Dr. Bocuhy é  
1248 questão de ordem.

1249

1250

1251 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –** É  
1252 questão de ordem. É sobre a discussão anterior, Doutora, em primeiro lugar,  
1253 gostaria de pedir desculpas quando é necessário trazer essência para a  
1254 discussão, quando se perdeu o trilho. São os princípios de desenvolvimento  
1255 sustentável, essa questão toda que a gente defende sempre. Sou obrigado a fazer  
1256 isso. A segunda questão, Doutor André, é que a sua sustentação toda com  
1257 relação à proposta do ABEMA é sobre a impossibilidade de atingimento desse  
1258 padrão dentro do prazo que se prevê. Então, eu pediria que aquilo que o senhor  
1259 justifica como fundamentação, que seria os estudos citados pelo senhor, nos fosse  
1260 disponibilizado, para que nós pudéssemos analisar, porque me parece que toda a  
1261 discussão está nessa Câmara Técnica, nesse trabalho todo, ela para na proposta  
1262 de vocês. Então, eu tenho que ter certeza do conteúdo da motivação de vocês.  
1263 Então, eu gostaria muito de poder fazer a análise desse estudo ao qual o senhor  
1264 se referiu. Isso. Gostaria de ter um tempo para isso até a próxima reunião.

1265

1266

1267 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Não vemos nenhum tipo  
1268 de problema em disponibilizar as informações, só ressalto o seguinte, a situação  
1269 não é única e particular, essa realidade vai ser vista em outros Estados também.  
1270 Então, quando a gente traz a realidade dos fatos e coloca hoje não atendemos  
1271 cinco anos sem mobilização e sem papéis de responsabilidades definidos, nós  
1272 vemos com muita dificuldade se avançar. Então, não há nenhum problema em  
1273 disponibilizar, mas ressalto que essa mesma dificuldade há em outros Estados  
1274 que estão aqui representados. Então, assim, será disponibilizado, mas não vejo  
1275 nenhuma expectativa de mostrar “ah, não, isso dá para fazer”. Na realidade, vocês  
1276 vão ver que não tem como hoje. O principal ponto da discussão, Dr. Bocuhy, e aí,  
1277 pedimos a colaboração de todos, é: como fazer essa mudança acontecer? Como  
1278 viabilizar essa evolução? Porque todos queremos a qualidade do ar melhor. Isso é  
1279 unanimidade nessa sala, o que a gente está querendo discutir é como que a gente  
1280 consegue fazer isso. E no Governo, nós temos alguns desafios que precisam ser  
1281 superados. Então, acredito eu que muito mais agrega à discussão, a gente discutir  
1282 como implementar isso, como fazer a mudança acontecer, do que ficar  
1283 contestando um dado que reflete a realidade, não conseguindo atender.

1284

1285

1286 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap)** – Se  
1287 referiu a duas situações. Primeiro, o senhor disse “eu antes achava, estava  
1288 defendendo essa posição. Agora, que eu tenho que dado aqui no meu  
1289 computador”... Então, eu...

1290

1291

1292 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Esse  
1293 estudo é público, André?

1294

1295

1296 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Esse foi um estudo  
1297 técnico que fizemos agora nessa semana. O levantamento dos dados e uma  
1298 avaliação mais detalhada do que tinha sido feito até agora, mas que estou  
1299 querendo dizer é o seguinte, isso não muda a realidade dos fatos. Vai ser  
1300 disponibilizado sem nenhum problema, mas não muda a realidade dos fatos. O  
1301 que a gente precisa fazer para agregar valor à discussão são novas idéias, pensar  
1302 fora da caixa, com criatividade e pragmatismo, como que a gente implementa isso,  
1303 como que a gente faz uma mobilização setorial, como que a gente transforma  
1304 esse plano, que alguns não estão acreditando muito nele, outros estão, mas como  
1305 a gente transforma esse plano que nós estamos propondo num instrumento de  
1306 transformação? Então, é esse convite que eu faço a Sociedade Civil e aos demais  
1307 setores que nos auxilia como tornar esse plano realmente...

1308

1309

1310 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1311 Gente, foi só uma parte para perguntar em relação aos dados, por favor. Está  
1312 virando de novo, por favor.

1313

1314

1315 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap)** – É  
1316 importante, porque toda essa discussão, a celeuma que está correndo em função  
1317 da proposta que eles estão trazendo. Então, essa justificativa para nós é  
1318 fundamental.

1319

1320

1321 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,  
1322 o senhor perguntou em relação aos dados, ele disse que vai disponibilizar.  
1323 Perfeito. Está satisfeito?

1324

1325

1326 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap)** –  
1327 Então, quando o senhor disponibilizaria?

1328

1329

1330 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Tão logo possível.

1331

1332

1333

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
Wanderley.

1334

1335

1336

1337

**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Wanderley, CNI. Bom, Doutora Zilda, na verdade, o Dr. Alfredo de São Paulo já adiantou. Eu acho que a gente precisa focar agora ou se a gente para a discussão ou se a gente delibera. Estou entendendo que o artigo terceiro e artigo quarto não será deliberado, não no dia de hoje, né? E se a gente avalia de continuar a discussão dos demais artigos, para que a gente possa ser mais produtivo. Porque o debate aqui virou debate de GT, não é de Câmara Técnica. E até pedindo mesmo, já que vai haver ajustes de redação para a próxima reunião, que seja disponibilizado, né, André? Com antecedência e a gente vem para próxima reunião, pronto pra deliberar. Eu acho que essa é a questão mais importante agora e eu concordo com seu encaminhamento para gente poder continuar aqui o artigo sexto e vamos ver se a gente consegue limpar mais alguma coisa.

1338

1339

1340

1341

1342

1343

1344

1345

1346

1347

1348

1349

1350

1351

**O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Não é rebate. É justamente dar uma resposta. A minha sugestão é que a gente use o expediente do recesso para construir. Quando tiver recesso o almoço, quem tiver idéias de melhoria dessa redação, eu vou me disponibilizar a ficar aqui durante o período. É a minha sugestão, Dra. Zilda, é a gente já fazer esse aprimoramento e já colocar a proposta que vai para site hoje, não ter que mandar depois...

1352

1353

1354

1355

1356

1357

1358

1359

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não, pode ser adicionado como uma proposta que os Estados trouxeram para o texto, mas ela não foi deliberada aqui, isso tem que ficar claro. Eu gostaria até de deixar registrado isso na própria gravação da reunião.

1360

1361

1362

1363

1364

1365

**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Zilda, só ainda uma questão nessa linha aí, senão não adianta. Hoje nós temos quatro proposta envolvendo dois ou três...

1366

1367

1368

1369

1370

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Nada mudou de ontem de manhã para cá.

1371

1372

1373

1374

**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Deixa falar, eu vou te ajudar, porque eu não vou polemizar. Temos quatro propostas com dois ou três valores, com prazos distintos e até com valor de padrão diferente. Eles querem... O CNI quer padrão de valor mais alto, outro quer outro, ou seja, são vários tipos

1375

1376

1377

1378 de discentes. A minha sugestão seria para a próxima reunião, todo mundo mandar  
1379 por antecipação uma revisão da sua proposta, tentando fazer uma reflexão.  
1380 Vamos diminuir o máximo que eu consigo de dissenso em função do que eu estou  
1381 enxergando que não vou conseguir lá. Porque é impossível votar quatro, se  
1382 tivermos que votar, tem que ter no máximo duas, senão... Esse é meu apelo.

1383

1384

1385 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1386 Alfredo, eu estou tentando isso desde a primeira reunião do GT.

1387

1388

1389 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Tá, mas não deu  
1390 certo. A gente começou na Câmara com quatro.

1391

1392

1393 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não  
1394 deu. Pressão de todos os lados, não tinha pleito.

1395

1396

1397 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Vamos começar a  
1398 próxima com duas só para votar...

1399

1400

1401 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** O  
1402 grupo de trabalho estava sendo perda de trabalho. Entendi. É isso que estou  
1403 tentando desde ontem de manhã e ninguém ajuda. Vocês não ajudam, eles não  
1404 ajudam, ninguém me ajuda. Toda proposta que a coordenação faz “não é isso”,  
1405 gente, eu falei isso desde ontem de manhã. Quando a gente negocia um texto,  
1406 você negocia de forma a ganhar alguma coisa e a perder alguma. Ninguém aqui  
1407 demonstrou o menor, só a coordenação, de abrir mão de alguma coisa. Os  
1408 Estados não demonstraram, as ONGs não demonstraram, a indústria não  
1409 demonstrou. Ninguém demonstrou nem uma vontade de abrir mão do seu espaço  
1410 de negociação, apesar de eu ter provocado, ter feito proposta: “olha, quem sabe  
1411 se a gente fizesse assim e assado”, ninguém abriu mão de um milímetro de sua  
1412 negociação. Essa negociação aqui está muito pior do que a do acordo  
1413 embalagens, o acordo de medicamentos. Está muito pior. Então, assim, Alfredo,  
1414 isso que você está me dizendo, eu estou tentando fazer esse exercício desde  
1415 ontem de manhã.

1416

1417

1418 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Mas não deu certo.  
1419 Vamos fazer uma proposta para próxima com menos...

1420

1421

1422 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** A  
1423 próxima, nós vamos começar votando com o texto que tiver na tela.



1424

1425

1426 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Tá, mas precisa ter  
1427 menos propostas, porque, se não, é impossível...

1428

1429

1430 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não  
1431 adianta. Vamos votar quatro propostas distintas. Não importa. É esse o objetivo e  
1432 isso nos foi lembrado pela Sociedade Civil, cartas do Ministério Público, e quem  
1433 vota é essa Câmara Técnica. Eu tentei fazer o exercício de trazer essa Câmara  
1434 Técnica, um trabalho um pouco de mais clareza de decisão. Foi impossível. De  
1435 todos os grupos que eu coordenei, desde que eu coordenei o grupo da política de  
1436 resíduos sólidos em 1997, esse foi o grupo mais complicado.

1437

1438

1439 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Não esquece o  
1440 micronutrientes, por favor, que eu estava lá.

1441

1442

1443 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não  
1444 foi. Não foi tão difícil. Nós conseguimos aprovar a proposta de texto, mas esse... E  
1445 para Câmara Técnica com quatro propostas diferentes, isso é pior que PCB. Foi  
1446 muito pior. Assim, ninguém arreda um milímetro da sua posição. Os setores têm  
1447 que ter o mínimo de flexibilidade, senão a gente vai ter que resolver no voto. Não  
1448 tem outra alternativa. Aderiu a inflexibilidade dos Estados também. Aí, nós não  
1449 vamos a lugar nenhum. Caminha, você não é membro dessa Câmara Técnica,  
1450 você só pode falar, você é Conselheiro, mas não importa, você não é membro da  
1451 Câmara Técnica. Não pode falar fora do microfone e tem que ter um pedido do  
1452 conselheiro para falar.

1453

1454

1455 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – A CNI pede que o  
1456 Dr. Caminha, que é o Conselheiro titular na Plenária, possa se manifestar.

1457

1458

1459 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1460 Perfeito. Agora pode.

1461

1462

1463 **O SR. MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA (CNI)** – Repetindo as minhas  
1464 palavras anteriores, a indústria que aderiu a proposta, que é coerente e passível  
1465 de ser realizada, que é a proposta dos Estados. E não aderiu à proposta do  
1466 Ministério do Meio Ambiente que é uma proposta que não é viável de ser utilizada.  
1467 Só isso. E não é operacional, na nossa visão. É a nossa visão. Então, a gente  
1468 abriu mão sim do nosso posicionamento.

1469

1470

1471

**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Então, já temos três, não temos quarto. Se chegar em dois, maravilha.

1472

1473

1474

1475

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –

1476

Mas vocês chegaram a um consenso também quanto o Art. 4?

1477

1478

1479

**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Eu até me

1480

manifestei...

1481

1482

1483

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –

1484

Só em relação à estrutura.

1485

1486

1487

**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Eu me manifestei

1488

e justifiquei o porquê, eu acho que isso aí realmente...

1489

1490

1491

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –

1492

Não vê tantos problemas em ter três propostas diferentes?

1493

1494

1495

**O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Deixa eu me fazer

1496

compreender melhor. Não vejo problemas de convergência com o que a CNI está

1497

propondo. A CNI, ao que me parece, vai propor realmente os padrões

1498

recomendados pela OMS. Os estados têm alguns parâmetros que são mais

1499

restritivos, como São Paulo tem o mais restritivo, não teria nenhum problema em

1500

manter mais restritivo e seguir que está na OMS, porque assim toda parte da

1501

justificativa, a gente não perderia nem tempo. Já que tem toda a comunidade

1502

científica se debruçou sobre esse assunto. Então, o que eu quis dizer, Dr. Zilda, é

1503

que vejo facilidade de convergência da proposta com setor empresarial e, ao que

1504

nos tem sido passado também, a convergência da ANAMMA. Então, com isso,

1505

explicando o que o Roca colocou, teríamos três propostas. Uma ABEMA,

1506

ANAMMA, posso dizer ANAMMA, Vítor? ANAMA e setor outro do Ministério e

1507

outro da Sociedade Civil. Então, reduzimos de quatro para três, sendo que uma

1508

com três setores representados.

1509

1510

1511

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não

1512

de quatro para um, desculpe, André. De quatro para três, somente no artigo

1513

terceiro, continuo tendo quatro propostas distintas em diferentes pontos na mesa.

1514

É isso que quis dizer em relação a esse assunto. Estou entendendo muito bem o

1515

assunto com o qual estou conduzindo. Muito bem. Continuo achando que todos os

1516 setores que estão aqui presentes para negociar estão extremamente inflexíveis  
1517 com suas propostas. Eu acho que o mínimo de flexibilidade é desejável no  
1518 processo de negociação de uma resolução. Quando isso não é possível, nós  
1519 conseguimos resolver isso por meio do voto. A minha proposta agora não é  
1520 discutir isso. Não gostaria de me prolongar com esse assunto. É começar a  
1521 discutir em cima do artigo sexto, se os Conselheiros concordam com isso,  
1522 senhores membros dessa Câmara Técnica concordam com isso. Podemos  
1523 começar a discutir a partir do artigo sexto? E o Alfredo antecipou aquilo que eu  
1524 vou falar no final, já estava pensando nisso que era em relação às propostas para  
1525 a próxima reunião e é possível data para a próxima reunião...

1526  
1527

1528 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Se der uma melhora,  
1529 a gente não vai para casa arrasado, porque não fizemos nada aqui, né?

1530  
1531

1532 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
1533 estou arrasada com esse assunto há vários meses. Só faço é transferir um pouco  
1534 para você essa situação para gente poder compartilhar a mesma situação ruim.  
1535 Eu falo desde o início que é muito difícil para o Ministério do Meio Ambiente não  
1536 estar alinhado com os Estados numa questão tão importante. Mas a intransigência  
1537 dos Estados ao negociar isso, tem mostrado que é cada vez mais difícil a gente  
1538 alinhar numa única proposta. Vamos lá. Artigo sexto. Esse é o primeiro? É  
1539 referência do artigo sexto? Vamos lá. É um texto que surgiu do terceiro GT: “os  
1540 métodos de referência, critérios para aceitação dos métodos equivalentes para  
1541 medição de qualidade do ar, critérios de localização dos amestradores de  
1542 representatividade temporal dos dados, deverão ser definidos em guia técnico a  
1543 ser elaborado pelo MMA no prazo de doze meses da vigência desta norma”. Aí  
1544 tem que até corrigir. Bom, aí nós temos duas opções, gente. Vou ler os  
1545 parágrafos. §1º “até a publicação do guia técnico mencionado no caput podem os  
1546 estados adotar os métodos de medição de qualidade do ar internacionalmente  
1547 aceitos”. § 2º “o guia técnico deverá ser submetido à consulta pública”. Bom, isso  
1548 foi largamente discutido, esse guia técnico com os método de referenciam isso foi  
1549 um trabalho que o IBAMA tinha feito, não foi, João? Durante as discussões do  
1550 grupo de trabalhos, os métodos de referência foram apontados... Deixa eu acabar  
1551 só de explicar o que é, depois eu abro a palavra. Os métodos de referência, o Rio  
1552 de Janeiro tem método de referência, diferente de São Paulo que utilizava para  
1553 medição da qualidade do ar. E o IBAMA fez uma tarefa de fazer vídeo conferência  
1554 e começar a elaborar esse guia técnico, por meio de vídeo conferências em  
1555 parceria com os Estados. Esse guia técnico está bem avançado, mas ele não está  
1556 concluído. As discussões é que avançaram... Pois bem. Então, é isso que esse  
1557 artigo está querendo dizer em relação aos métodos de referência. Nós temos texto  
1558 similar na 420 de 2009, quando fala dos métodos de aferição, dos valores de  
1559 qualidade do solo. Nós temos uma possibilidade do Estado homologar esses  
1560 valores. Aqui, como a gente achou que era uma coisa mais robusta e existem  
1561 métodos diferentes em diferentes países do mundo, se resolveu fazer esse guia. E

1562 se dá ao MMA o prazo de doze meses para fazer esse guia. Eu acho que o  
1563 parágrafo segundo seria desnecessário, mas não acho ele ilegal. E eu acho que  
1564 parte do caput poderia ir para o artigo segundo que trata das definições, porque  
1565 ele está com apostro muito grande. Ele está explicando o que é o método de  
1566 referência. Então, ou a gente melhoraria o caput ou traria parte do caput para o  
1567 artigo segundo na forma de um conceito. Quando boto ele entre vírgulas, depois  
1568 de método vem critérios, aquilo pode ser um artigo, um inciso do artigo segundo.  
1569 Bernardo, CNC.

1570

1571

1572 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – Por favor, sobe um pouquinho no  
1573 parágrafo segundo do artigo quinto. Desce. Aí. “A opção por utilização de método  
1574 de referência ou dos métodos equivalentes”.

1575

1576

1577 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1578 O que tem? Que artigo é esse? Ah, é os incisos do artigo quatro.

1579

1580

1581 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – Qual a diferença entre método de  
1582 referência e método equivalente? Assim, eu estou entendendo que o caput do  
1583 artigo sexta vai dar uma diretriz de uma metodologia única. O parágrafo que eu  
1584 mencionei, o §2º, está tratando de duas coisas, pelo menos eu estou entendendo  
1585 assim. Eu queria saber qual é a diferença e manifestar a importância da  
1586 metodologia ser uma metodologia uniforme pra ter um dado...

1587

1588

1589 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1590 Para isso a gente criou o guia.

1591

1592

1593 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – Tá, mas é essa a minha dúvida.

1594

1595

1596 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – O  
1597 termo é utilizado para as duas coisas. Vou pedir que São Paulo explique. Cláudio  
1598 Alonso.

1599

1600

1601 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Talvez eu seja a pessoa que  
1602 mais mexeu em metodologia, até porque eu tenho doutoramento em Química  
1603 Analítica, lamentavelmente. É o seguinte, no início, as nossas resoluções até a lei  
1604 do Estado de São Paulo, ela descrevia o método. Você tem que usar o raivol, por  
1605 exemplo, raivol é constituído de tal motor que tem que usar tal filtro. Hoje, a  
1606 realidade é outra. Temos uma tecnologia que evolui muito rapidamente, isso tem  
1607 que ser levado em conta, primeiro fator. Segundo fator, o mercado mundial para

1608 esse tipo de coisa é pequeno, você não tem um mercado mundial do tipo veículo.  
1609 Então, a metodologia disponível para ser comprada é muito restrita. O que a gente  
1610 tem feito, e com muita facilidade, é descrever o método básico que basicamente a  
1611 gente cópia do IPIA, está certo? Mas o que seria um método equivalente? É um  
1612 método que dá a mesma resposta do método original. Por exemplo, eu vou citar  
1613 só alguns exemplos que são fáceis, os outros são complicados, eu tô injetando um  
1614 gás que tem zero daquele poluente, tá? De repente, eu injeto uma concentração  
1615 que eu sei qual é, eu pego um cilindro, que eu sei que tem dois PPM e enfio lá ele  
1616 tem que dar dois PPM. O primeiro critério é o seguinte, em quanto tempo ele me  
1617 dá essa resposta? Então, quando a gente coloca critérios de aceitação são esses  
1618 critérios. Em quanto tempo ele dá resposta para subir, em quanto tempo ele dá  
1619 resposta para descer. Aí, injeto, digamos, dióxido de enxofre, o método é para  
1620 dióxido de enxofre, eu não injeto dióxido de enxofre e passo a injetar óxidos de  
1621 nitrogênio. Eu quero saber qual é a seletividade daquele método em relação... Ou  
1622 seja, ele está medindo só SO<sub>2</sub> mesmo ou ele detém interferências? Então, esses  
1623 critérios, que em termos de Química Analítica, eles são vários e muitos, esses  
1624 critérios é que a gente quer deixar bem estabelecidos para esse método tem o  
1625 mesmo tempo de resposta, o nível de interferência é baixo e estabilidade ao  
1626 longo do tempo, variação de zero ao longo de tempo, você tem um conjunto de  
1627 critérios que você fala “esse método é bom ou é ruim”, isso é mais importante até  
1628 do que dizer qual é o método. Se ele satisfaz o conjunto de critérios analíticos que  
1629 você possa confiar no valor, você aceita. É isso basicamente. O critério de  
1630 aceitação de método equivalente é isso. O tempo e resposta têm que ser ‘X’. É  
1631 muito técnico, é para quem entende de Química Analítica, não é para qualquer  
1632 pessoa ficar opinando, porque não sabe. Não sabe nem o que é desvio padrão,  
1633 não sabe. E a gente não está aqui para dar aula, está aqui para ensinar. Então, o  
1634 critério para o método equivalente seria isso, porque o próprio método original, ele  
1635 tem que respeitar isso. Localização de amestrador, isso também é um detalhe que  
1636 todo mundo se julga no direito de localizar onde quer. Na verdade, não é assim.  
1637 Você tem critérios científicos para localizar os equipamentos para ter uma  
1638 resposta adequada. Por exemplo, a lei de São Paulo, ela separa para não ter  
1639 confusão, ela separa o que é estação urbana e o que é estação de via, porque eu  
1640 quero saber o quanto o tráfego interfere na minha qualidade de ar geral e qual é  
1641 qualidade geral do ar que as pessoas em média estão respirando. Então, você  
1642 tem critérios de localização para permitir respostas que te satisfaçam e não botar  
1643 no meio da rua e falar “ai, está todo mundo morrendo”, não tá, porque no meio da  
1644 rua, só pra vocês terem uma idéia, é cerca de dois por cento a emissão, “cerca”,  
1645 tá? De monóxido de carbono, há quinze metros dá menos de nove por milhão. A  
1646 capacidade de diluição é muito grande. Então, se você não localizar direito a  
1647 estação, você pode ter duas respostas. Você quer ser sacana, pra falar um  
1648 português claro, você põe ela longe de tudo. Você quer ser sacana do outro lado,  
1649 você traz no meio da rua. Você tem critérios científicos para obter dados que te  
1650 permitam interpretação e controle adequado. Representatividade aí também é  
1651 tudo.  
1652  
1653

1654 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
1655 acho que nós podemos melhorar a redação desse texto aí que ela não está muito  
1656 boa. E talvez retirar... Obrigado, Bernardo. Retirar esse § 4º, se a gente vai  
1657 resolver os problemas de referência, não tem sentido eles ficaram como  
1658 parágrafos do artigo anterior. Eu acho que o quarto devia sair daí e ir para o artigo  
1659 seguinte. Então, taxar ele daí e fazer parte do caput desse artigo. Pode, eu acho  
1660 que pode fazer isso já. Alguém é contrário a essa proposta que estou fazendo?  
1661 Então, vamos fazer isso. Retira ele daí, eu acho que ele já está no texto de baixo.  
1662 Eu não estou dizendo que os órgãos ambientais competentes que vão decidir  
1663 sobre o método. Estou dizendo que o guia vai indicar os métodos equivalentes,  
1664 isso estou dizendo ali no texto. Eu dizendo que os Estados vão  
1665 fazer isso enquanto o guia não for publicado. Não é isso que estou dizendo no  
1666 sexto? Então, assim, “os métodos de referência”, aí eu vou começar a trabalhar na  
1667 proposta... Sobe na proposta da 23ª, Henrique. O vermelho que está no final da  
1668 página. Isso. Sim, é isso que estou fazendo. Vamos lá. “Os métodos de referência  
1669 entendidos”, põe o ‘entendidos’ antes, vamos ver se a gente consegue resolver  
1670 sem jogar para o artigo segundo, “entendidos como critérios para aceitação dos  
1671 métodos equivalentes para medição de qualidade do ar” vírgula, tira ‘critérios de’,  
1672 põe “de localização de amostradores e de representatividade temporal dos dados  
1673 deverão ser definidos em guia técnico a ser elaborado pelo MMA no prazo de 12  
1674 meses da vigência desta resolução”. Só um minutinho, estou terminando meu  
1675 raciocínio. Aí sim, isso é o que está naquele § 4º, né? Até o parágrafo... Só um  
1676 pouquinho. Abaixa um pouquinho. A opção... Eu estou lendo aqui, pode levantar o  
1677 que está no parágrafo. “Até a publicação”... Isso. O que está escrito no § 1º do  
1678 artigo sexto é praticamente a mesma coisa que está lá no §4º do artigo anterior do  
1679 artigo quinto, não é isso? Só está repetido. No §4º anterior estava “a opção pelos  
1680 métodos, pela utilização dos métodos de referência ou dos métodos equivalentes  
1681 ficam a critério dos órgãos ambientais competentes”, aí, no § 1º do Art. 6º está  
1682 escrito: “até a publicação do guia técnico mencionado no caput podem os estados  
1683 adotar os métodos de referência”, não seria de medição, não? Me corrijam aí os  
1684 especialistas. Eu sei, mas estou falando no caput em método de referência. No §  
1685 1º estou falando em método de medição, então, eu tenho que falar em método de  
1686 medição no parágrafo e não método de método de referência... e não em  
1687 método...

1688

1689

1690 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Eles se confundem, mas é  
1691 melhor manter a mesma terminologia.

1692

1693

1694 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
1695 acho melhor. Então, seria: “até a publicação do guia técnico mencionado no caput  
1696 podem os órgão ambientais competentes adotar métodos de referência  
1697 internacionalmente aceitos”. Então, tem que botar métodos de referência de  
1698 medição lá em cima? Cláudio Alonso, CETESB.

1699

1700

1701

**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Não, o método de referência não é o critério para aceitação do método de equivalente, ele em si é o critério.

1702

1703

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Então, é desse jeito mesmo: “métodos de medição internacionalmente aceitos”?

1704

1705

1706

1707

**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Pode ser. Porque se confundem, mas tudo bem. Mas o “entendidos” ali é que não cabe. O método de referência não é entendido como um critério, o método de referência é o critério e depois eu tenho um critério para aceitação...

1708

1709

1710

1711

1712

1713

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Esse caput está muito longo... Ou a gente melhora esse texto...

1714

1715

1716

1717

**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Vamos tentar. “Os métodos de referência”, o ‘entendidos’ realmente não cabe aí. “Os métodos referentes”, a gente pode, para não ficar longo, a gente pode colocar a aceitação do método equivalente num parágrafo diferenciado. Eu faço método de referência, tá, tá, ponto. O método equivalente ‘bababi’, a gente pode separar isso para não ficar tão longo, realmente, fica confuso. Fica confuso e é melhor ser didático. Então, eu gostaria, tiraria “critérios de aceitação de método para medição da qualidade do ar”, eu retiraria daí... Então, “os métodos de referência, a localização dos amostradores, a representação temporal dos dados”, isso tem que ser definido, mas aí vai ficar confuso.

1718

1719

1720

1721

1722

1723

1724

1725

1726

1727

1728

1729

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Jogo para o Art. 2º dos conceitos.

1730

1731

1732

1733

**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Posso fazer uma proposta? Deixa eu pensar na hora do almoço, eu proponho um texto que fique claro, porque realmente está confuso. O conceito é esse.

1734

1735

1736

1737

1738

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Evangelina, a sugestão em cima desse artigo? Então vou te ouvir, por favor. Evangelina, PROMAC.

1739

1740

1741

1742

1743

**A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG (Apromac)** – Evangelina, PROMAC. Eu gostaria de perguntar se já nesse

1744

1745 parágrafo, nós também não poderíamos colocar aquilo que Ministério Público  
1746 sugeriu no GT sobre a questão da comunicação dos dados para haver uma...

1747

1748 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Esse  
1749 parágrafo, eu não estou falando em comunicação. Comunicação estou falando lá  
1750 adiante, no artigo...

1751

1752

1753 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1754 **(Apromac)** – Para oMMA definir, pra não haver tantas formas diferentes de  
1755 comunicação.

1756

1757

1758 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não  
1759 me importo. Esse assunto é completamente diferente da comunicação. A  
1760 comunicação, eu estou entendendo que ela vai existir, quando a gente... Ela está  
1761 muito atrelada a planos de emergência de ação e respostas. Mas não ao assunto  
1762 do método.

1763

1764

1765 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1766 **(Apromac)** – Essa é a comunicação no site para a população. Haver uma mesma  
1767 forma de...

1768

1769

1770 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,  
1771 mas não é isso que estou discutindo aqui.

1772

1773

1774 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1775 **(Apromac)** – Eu sei que não, mas como o MMA terá que definir isso, aí, eu  
1776 pergunto se a gente já não poderia definir a forma de comunicação nos...

1777

1778

1779 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
1780 acho que aí não. Nos lembra isso depois, se a gente esquecer, mas acho que  
1781 nesse momento não. Tá, então, vamos pular esse. E eu espero o Cláudio Alonso,  
1782 a CETESB fazer uma proposta.

1783

1784

1785 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Só para deixar claro,  
1786 é que eu vi lá que ficou em vez de 'parágrafo primeiro', agora 'parágrafo único'.

1787

1788

1789 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,  
1790 único estava na redação anterior.



1791

1792

1793

1794

1795

1796

1797

1798

1799

1800

1801

1802

1803

1804

1805

1806

1807

1808

1809

1810

1811

1812

1813

1814

1815

1816

1817

1818

1819

1820

1821

1822

1823

1824

1825

1826

1827

1828

1829

1830

1831

1832

1833

1834

**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Nós vamos abolir essa coisa de técnica submetida à consulta pública, porque nossa opinião é que não ponha isso. Porque o guia técnico vai ser decidido por um grupo técnico de especialista. Consulta pública, cai lá o paraquedista e não gostou daquilo, porque o fulano que ele defende não vende aquilo. E nós vamos ter que rediscutir tudo. Eu tiraria isso, não sei, é a sugestão do Governo do Estado de São Paulo.

**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu tenho uma visão diferente, eu vou passar para a Evangelina, mas eu tenho uma visão diferente. Qualquer documento que eu vou disponibilizar na Internet, ele está em eterna consulta, pública porque qualquer um que entre lá e me diga “olha, Ministério do Meio Ambiente, esse documentos tem um erro por causa disso e disso e disso”, eu sou obrigada a corrigir e colocar no site de novo. É diferente. Eu expliquei isso ontem. É diferente de uma lei, de uma norma em que eu publico um texto fechado. Um texto do guia que vai ficar permanentemente aberto na Internet, ele está em eterna consulta pública. Então, eu acho sem sentido consulta pública. Só vai dar mais trabalho para gente de ter que responder, falar e ele está em eterna consulta pública, ele é um documentos aberto. Ninguém põe um texto desse na Internet e recebe um comando dizendo tem um erro aqui, tem uma falha e não vai corrigir. Eu acho que isso é sem sentido, mas eu já briguei por causa de tanta coisa que eu acho sem sentido... Evangelina, você tinha pedido a palavra?

**A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG (Apromac)** – Nós gostaríamos de não tirar a consulta pública. Vou dar um exemplo para isso. Essa definição técnica vai ser realizada pelo MMA, certo? Mas vamos supor que o MMA, uma idéia que a consulta pública poderia ajudar, não determine equipamentos de medição mais baratos ou que poderiam ser utilizados por Estados que não têm recurso para equipamentos tão caros, hoje já existe disponível no mercado equipamentos que poderiam fazer a medição ainda que não na...

**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Nós só estamos definindo o método. Equipamento a gente não vai definir mais barato ou mais caro para medição. Não. Nenhuma norma de governo, ela indica tecnologia, equipamento, nada disso. Nós não podemos fazer isso. O Estado quando vai licenciar ele não diz que é método que é o ‘X’ ou ‘Y’. Nós estamos falando de método.

1835 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1836 **(Apromac)** – Mas algumas metodologias, elas não são possíveis em  
1837 determinados equipamentos, concorda?

1838 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Nós  
1839 vamos no método. Ninguém vai tratar de equipamento aqui.

1840

1841

1842 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1843 **(Apromac)** – Eu entendi, mas se você determina uma metodologia, que não é  
1844 possível adquirir um equipamento mais barato, alguns estados poderiam perder  
1845 nisso, eu já presenciei discussões nesse sentido, no mercado existem  
1846 equipamentos, que talvez não tenham metodologia com uma qualidade tão  
1847 grande, talvez sejam muito caros e que talvez isso, desculpa, poderia ser...

1848

1849

1850 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – A  
1851 gente não indica tecnologia e nem equipamento. Nós estamos falando aqui em  
1852 definição de método. O método não vai dizer se é com é equipamento 'X', 'Y' ou  
1853 'Z', entendeu? E eu fiz ontem uma explicação. Nós temos outros casos,  
1854 infelizmente, numa resolução que ainda não foi aprovada pelo conselho, mas ela  
1855 fala num guia que é dado de publicidade, houve um apontamento de que esse  
1856 guia estaria com a inconsistência, na mesma hora, em quatro dias, já estava  
1857 postada a versão corrigida do guia. E isso a gente tem a maior preocupação de  
1858 não deixar um documento na Internet que tenha erros. O que eu acho que a  
1859 consulta pública se aplica quando é uma norma, uma portaria do IBAMA, ele faz  
1860 consulta pública, todos os acordos setoriais de logística reversa, a gente faz  
1861 consulta pública, mas quando é uma coisa que vai ser publicada com texto  
1862 fechado. Isso é um texto que vai ser colocado para contribuição, para auxiliar os  
1863 Estados. Se ele fosse legalmente vinculante, legalmente vinculante do ponto de  
1864 vista da resolução, ele seria um anexo da resolução. A gente entende que ele é  
1865 mais dinâmico que a resolução, então, por isso ele seria um guia a ser publicado  
1866 pelo Ministério. Mas que quando a resolução aponta para inclusão deles... Antes  
1867 de você pedir a palavra, eu vou passar para eles que pediram a palavra antes de  
1868 você.

1869

1870

1871 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Só esclarecer uma coisa. Dentro  
1872 da pesquisa científica existem coisas que são diferenciadas. Na avaliação da  
1873 qualidade do ar, você tem um método que é de referência, por isso que a gente  
1874 define os critérios para métodos equivalentes. Qualquer método que atender a  
1875 esses critérios são adequados. Isto é uma parte. Talvez exista uma outra  
1876 preocupação que é: “bom, mas eu tenho um equipamento muito simples que me  
1877 permite detectar coisas” a própria resolução tem isso. Quando a gente fala que o  
1878 método de fumaça, que é um método tradicionalíssimo da Organização  
1879 Panamericana da Saúde, ele pode ser utilizado como um fator auxiliar a critério do  
1880 órgão ambiental, mas pode ser a critério de qualquer um, mas no nosso caso tem

1881 que ser a critério do órgão ambiental, claro. Ele está dizendo esse método,  
1882 provavelmente, ele não segue esses critérios rígidos que a gente tem, mas ele é  
1883 um forte auxiliar e ele tem força. Agora, para ele ter força de lei para mim  
1884 comparar com um padrão, aí, ele tem que ter rigidez, porque senão eu faço  
1885 qualquer coisa. Agora, como investigação científica ou como valores auxiliar para  
1886 mim tomar a decisão, eles são absolutamente válidos mesmo que, as vezes, não  
1887 seja tão rígido como o critérios estabelecidos. Na legislação, você tem que ter  
1888 critério legislativo para comparar com padrão. Agora, no desenvolvimento do  
1889 conhecimento, meu filho, vale tudo desde que consistente. Por isso, a  
1890 necessidade de colocar critérios de aceitação do método equivalente. Outros  
1891 podem ser usados, é claro que podem, mas eles não servem para comparar com  
1892 padrão.

1893

1894

1895 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –**  
1896 Quería pedir a palavra para o nosso consultor técnico. Jesuino.

1897

1898

1899 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb) –** Eu gostaria de confirmar com o Cláudio se  
1900 esse texto, que já está definido, né? Ele prevê, por exemplo, o surgimento de uma  
1901 metodologia nova. Esse texto que já está definido.

1902

1903

1904 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Sim, por isso que para comparar  
1905 com padrão, ele tem que seguir o critério. Para fazer a investigação científica, vou  
1906 citar uma coisa, bom... Eu vou citar o Betenel Russel, porque ele fala uma coisa  
1907 certa. O cientista está muito menos preocupado com a exatidão da medição do  
1908 que com o erro que essa medição tem. Ou seja, se meço alguma coisa, mas eu  
1909 tenho a certeza do erro, eu sou muito mais satisfeito do que eu falo: “Ah, mas o  
1910 meu método é super rigoroso, mas o erro é desse tamanho, eu não sei quanto é”.  
1911 Então, é uma postura científica em relação ao número. Eu digo, as pessoas não  
1912 sabem não sabem o que é número. Número é isso, é saber a incerteza que ele  
1913 tem. O que a gente quer garantir com o método equivalente, para efeito de lei, ele  
1914 tem que ter critérios, para efeito de pesquisa, não precisa desde que fale eu fiz tal  
1915 método, esse tem, mas vai ter que dizer qual o erro associado. Porque esse  
1916 negócio de falar número sem falar erro associado, para mim, é um caos, até pra  
1917 pesquisa eleitoral diz que tem mais ou menos dois por cento. E aí, erra... Você  
1918 entendeu? Não restringe, restringe na aplicação de lei só. Vou revisar a forma que  
1919 está escrito para ficar mais claro, mas o espírito é esse.

1920

1921

1922 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1923 Wanderley.

1924

1925

1926 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Wanderley, CNI.  
1927 Doutora Zilda, eu sou propositor do § 2º da consulta pública junto com o Carlos  
1928 Bocuhy da SESBRA. No grupo de trabalho, eu não haveria problema em relação a  
1929 isso, eu acho importante que isso pudesse ser disponibilizado. E a maneira melhor  
1930 de participação e contribuição seria através de consulta. Eu gostaria que isso  
1931 fosse mantido, nesse aspecto temos convergência com os representantes da  
1932 Sociedade Civil.

1933

1934

1935 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tudo  
1936 bem. Foi São Paulo que pediu para retirar. Então, a gente permanece a consulta  
1937 pública. Eu acho que também não é um assunto relevante. É só um comentário  
1938 que eu fiz, né? Talvez nem todos os senhores tenham a prática de colocar tantos  
1939 documentos em consulta pública, como nós temos tido ultimamente. Então, a  
1940 gente recebe muitas, 90% das contribuições são genéricas e não são de partes de  
1941 especialistas, são poucas as que são, mas tudo bem. Minha justificativa não foi  
1942 contrária a consulta pública, foi no sentido de que é um documento que está em  
1943 consulta pública constante. Só isso. Que ele não é um documento legal do ponto  
1944 de vista da portaria. Só nesse sentido. Não tenho absolutamente nada contra a  
1945 consulta pública. Dra. Fátima, por gentileza.

1946

1947

1948 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF)** – Fátima Borg,  
1949 Ministério Público Federal. Aqui foi dito de uma consulta pública que foi feita talvez  
1950 com a Sociedade Civil e outra entidade, mas no Ministério Público, estamos  
1951 fazendo um grande trabalho contrário às consultas públicas em matérias técnicas,  
1952 porque são muito ágeis... Dados, assim, quase de impossível compreensão para  
1953 quem não está na área técnica e para isso demanda tempo. E a consulta pública  
1954 normalmente é dada em trinta, sessenta dias, no máximo, para se manifestar.  
1955 Então, eu queria deixar esse registro da impugnação a esse método de consulta  
1956 pública nas atividades de grande complexidade.

1957

1958

1959 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não  
1960 entendi. Então, a senhora não é favorável?

1961

1962

1963 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF)** – A consulta pública  
1964 não.

1965

1966

1967 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Pois  
1968 é. Então pronto, tenho uma opinião favorável do Ministério Público junto com a  
1969 minha. Vou lhe dar um exemplo a às vezes a gente gera uma expectativa, tem  
1970 uma resolução colegiada da ANVISA, RTC 306, que é sobre resíduos. Essa  
1971 resolução colegiada, numa consulta pública extensa, foi ampliada, a gente fez um

1972 parecer detalhado, ponto a ponto, para ser inserido, até hoje essa resolução não  
1973 foi revista, a ANVISA está enrolando até hoje para fazer a publicação do texto  
1974 final. Um assunto complexo.

1975

1976

1977 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORCHI (MPF)** – Me permite só  
1978 contraponto. A ANVISA aprovou muitos agrotóxicos até banidos fora do país, por  
1979 meio de consulta pública e rapidamente, com textos técnicos, eu não entendi  
1980 absolutamente nada, foi um procedimento irregular e estamos tomando  
1981 providência para tratar...

1982

1983

1984 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
1985 ainda continuo com a minha justificativa de que não era necessário em função de  
1986 ser um termo técnico que vai ser disponibilizado e ele vai ficar em eterna consulta  
1987 pública depois disso. Não há órgão público que queira deixar na Internet um texto  
1988 com sua assinatura que tenha erros. Ninguém vai querer fazer isso. A gente corre  
1989 atrás, eu vejo qualquer informação incorreta, às vezes, nas notícias jornalísticas  
1990 do Ministério, a gente corre pra ligar pra assessoria de comunicação: “olha, está  
1991 errado, esse assunto não é assim, é assado”. Para o Ministério não veicular,  
1992 porque às vezes o jornalista não está por dentro de todos os detalhes... Mas é só  
1993 isso. Cláudio Alonso da CETESB.

1994

1995

1996 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – O Governo coloca em  
1997 consulta pública...

1998

1999

2000 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Aliás,  
2001 quem tinha que dar a palavra era o Roca. Você não devia nem estar sentado aí.

2002

2003

2004 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Não, mas sabe o que  
2005 é? Às vezes, eu tenho dificuldade pra levantar...

2006

2007

2008 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
2009 brigo com ele e tenho que brigar contigo também. Senão, todo mundo... A ordem  
2010 não sei, não sei o que lá... Brigou com um, não brigou com outro.

2011

2012

2013 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Eu já teria acabado. O Governo  
2014 coloca em consulta pública, se vai, se deve ou não construir uma ponte. Não deve  
2015 o Governo colocar em consulta pública o número de ferros que vai entrar na  
2016 estrutura que sustenta a ponte. Isso é muito técnico. É esse o exemplo.

2017

2018 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Pois  
2019 é, a gente é tão pressionado para ter transparência da informação que acaba  
2020 exagerando em algumas coisas. Deixamos a consulta pública, a Evangelina se  
2021 sensibilizou com as opiniões contrárias, aceita? A CNI e a PROMAC mantêm a  
2022 consulta pública? Mantém. Então, está bom. Então, vai a consulta pública. Vamos  
2023 lá. Eu acho que isso não é efetivo, mas vou pedir a supressão até a plenária, tá?  
2024 Vou avisando...

2025  
2026

2027 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2028 **(Apramac)** – Posso falar? Eu concordo que não seja feita.

2029  
2030

2031 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
2032 Concordou? Sensibilizou então. E a CNI?

2033  
2034

2035 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Nós defendemos  
2036 a participação no guia técnico, porque especialistas da área, fabricantes de  
2037 equipamentos, solicitaram que pudessem de alguma maneira contribuir. A única  
2038 maneira que nós vimos que poderiam fazer seria através de uma consulta pública.  
2039 Não teria outra, porque essa discussão ocorreria dentro aqui do Governo, por isso,  
2040 nós defenderíamos a permanência desse canal de contribuição. Se existir outro  
2041 canal de contribuição, tá? Eles nos pediram isso, Zilda, por isso a gente defendeu  
2042 uma maneira deles poderem contribuir...

2043  
2044

2045 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
2046 Especialista de quê?

2047  
2048

2049 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Fabricante de  
2050 equipamentos. Sim, mas eles trabalham com várias metodologias e...

2051  
2052

2053 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
2054 Pessoal de equipamento trabalha com equipamento e não com metodologia. Você  
2055 é engenheiro e sabe disso.

2056  
2057

2058 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Sabemos. Ele  
2059 colocou que sempre existem tecnologias novas, equipamentos, tecnologias novas,  
2060 tá? E em metodologias, claro, né? Porque aquilo serve para alguma coisa. E  
2061 muitos casos não são nem colocados no guia por não conhecimento, então, eles  
2062 queriam de alguma maneira...

2063 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** No  
2064 guia não vai constar equipamento. Foi a mesma coisa que Evangelina falou. Eu  
2065 não vou definir equipamento mais caro, mais barato, aí é método, é critério de  
2066 localização, é critério de aferição de acordo com o clima...

2067

2068

2069 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Ele não vai  
2070 colocar equipamento no guia, Zilda. Ele vai colocar as metodologias de  
2071 equipamentos modernos. É isso.

2072

2073

2074 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não  
2075 falem em equipamento em guia. Falem em método.

2076

2077

2078 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Os critérios de referência  
2079 qualquer um serve.

2080

2081

2082 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2083 Imagina se na consulta pública vem uma sugestão para adoção de um método 'X'  
2084 e que eu vou olhar, vou pesquisar, ele tem um equipamento de mercado de uma  
2085 empresa para poder colocar isso de pé, e aí, o que vão dizer? O Ministério do  
2086 Meio Ambiente está colocando no mercado a obrigatoriedade de um método que  
2087 só tem uma metodologia para isso. Se a tua preocupação é essa, a consulta  
2088 pública não vai resolver. Mas se deixa, eu vou pedir pra retirar até a plenária e vou  
2089 colocar isso em votação. Não tem problema. Vamos lá. Art. 7º, a CETESB vai  
2090 fazer a proposta do caput sexto. Art. 7º "a gestão do monitoramento da qualidade  
2091 do ar é atribuição dos órgãos ambientais estaduais e do Distrito Federal"  
2092 sugestão, Alfredo, Art. 7º? Discussão do Art. 7º? Tá. Vou ler, Art. 8º... É aprovado,  
2093 mas nós não estamos aprovando ainda, mas, pelo menos, a gente está... Tira a  
2094 proposta de emenda, põe aprovado, depois a gente tira aí emenda do quarto GT.

2095

2096

2097 **O SR. BERNARDO SOUTO– TITULAR (CNC) –** Só pela ordem. Quando a gente  
2098 reuniu ontem, foi aventada a possibilidade dos municípios fazerem também esse  
2099 monitoramento.

2100

2101

2102 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Essa  
2103 resolução é direcionada para os órgãos estaduais de meio ambiente. Está escrito  
2104 em outro artigo que é os órgãos estaduais de meio ambiente.

2105

2106

2107 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2108 **(Apromac) –** O Ministério Público fez uma outra redação desse mesmo artigo aí.

2109

2110

2111 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Onde**  
2112 **é que está?**

2113

2114

2115 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2116 **(Apromac) – Isso que queria saber, onde é que está.**

2117

2118

2119 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Isso**  
2120 **aí é o texto que saiu do quarto GT.**

2121

2122

2123 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2124 **(Apromac) – Está separado daí. Aí, “aos órgãos estaduais compete a aplicação**  
2125 **desta resolução”, é esse aí.**

2126

2127

2128 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Eu**  
2129 **acho que o parágrafo único não é legal do ponto de vista da lei complementar 140.**  
2130 **Ao IBAMA, não compete essa supletividade.**

2131

2132

2133 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2134 **(Apromac) – Mas antes do parágrafo único, essa redação... Coloca lá do lado de**  
2135 **outro pra gente ver se tem diferença, de fato, do ponto de vista legal. Não sei... Aí,**  
2136 **a Dra. Fátima pode...**

2137

2138

2139 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Bota**  
2140 **lá um do lado do outro. Está como Art.8º, então estava errado. Não, é isso aí, no**  
2141 **anterior. É que estava a proposta com o número de oitavo, por isso ela foi**  
2142 **colocada no oitavo.**

2143

2144

2145 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORCHI (MPF) – É que numa leitura, o**  
2146 **sete é pontual. A gestão de monitoramento é que compete ao Estado do Distrito**  
2147 **Federal. E do Ministério Público, ele manda cumprir toda a resolução, inclusive, a**  
2148 **gestão dele, mas é uma questão de redação. A sete é pontual, a oitava é mais**  
2149 **abrangente.**

2150

2151

2152 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2153 **(Apromac) – O primeiro é só a gestão de monitoramento. O segundo engloba**  
2154 **tudo.**



2155

2156

2157 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – É**  
2158 que essa resolução trata de padrões de qualidade do ar.

2159

2160

2161 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2162 **(Apromac) –** Isso. Então, o que o Dr. Leonildas quis...

2163

2164

2165 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – E,**  
2166 assim, padrão de qualidade, ele pode ser aplicado pelos órgãos municipais  
2167 também. Claro, se você pode licenciar, você pode aplicar o padrão.

2168

2169

2170 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2171 **(Apromac) –** Mas não é responsabilidade do Estado e o município segue?

2172

2173

2174 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não,**  
2175 se for licenciamento já estabelecido uma divisão de tarefas, eu posso ter uma  
2176 aplicação dos padrões, essa resolução trata de padrões. Por isso que a gente está  
2177 colocando lá que a gestão do monitoramento é que é para ser feita pelos órgãos  
2178 estaduais do Distrito Federal.

2179

2180

2181 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2182 **(Apromac) –** A qual órgão se aplica a resolução 03? A todos?

2183

2184

2185 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não,**  
2186 espera um pouquinho. Eu não estou dizendo a quem se aplica. Estou dizendo o  
2187 seguinte, o que diz a resolução? Ela institui os novos padrões de qualidade do ar e  
2188 dá procedimentos de gestão. O que eu estou dizendo no sete? Que a gestão de  
2189 monitoramento são competência dos órgãos estaduais e municipais. Perdão, dos  
2190 órgãos estaduais e do Distrito Federal. Agora, a aplicação da resolução, os  
2191 padrões, a indústria tem que atender os empreendimentos dela. Os municípios, ao  
2192 licenciar, ele tem que atender. E se eu disser: é o contrário. Se eu disser quem  
2193 compete a aplicação da resolução, aos órgãos estaduais do Distrito Federal, eu  
2194 vou estar restringindo a aplicação dela. Eu acho que o que vocês estão propondo,  
2195 o que o Ministério Público está propondo é menos do que a gente está propondo  
2196 lá no sete. Certo? Tá. Então, aí, fica só a questão do IBAMA ter um papel  
2197 supletivo. Eu acho que isso não é legal. Ela falou que vai avaliar, só que nós  
2198 temos que ter uma resposta. Ou a gente vota na próxima reunião. Ou a gente vota  
2199 na próxima reunião, correto? Ela falou ontem que ia avaliar. O IBAMA não tem  
2200 esse papel de fazer o que os Estados não fazem. Não tem. Se o município não

2201 cumpre a tarefa de construir aterros para política de resíduos sólidos, os Estados  
2202 não têm que construir no lugar dos municípios. Então, a mesma hierarquia serve  
2203 para o IBAMA. Eu acho que isso... Talvez ela tenha se debruçado na parte  
2204 constitucional, em que há todo o cumprimento de parte do órgão do Governo pra  
2205 proteção ambiental pra imputar uma tarefa específica. O problema é que a lei  
2206 brasileira é meio complicada (*risos*). Então, voltamos ao 7º, aí ao caput do oitavo.  
2207 Vamos lá. Eu acho que daí tu pode tirar aquilo que tu tinha trazido de volta,  
2208 Henrique. A gente já viu que são coisas diferentes, tá? Eu acho que é para taxar  
2209 isso, porque isso é menos. Não, fica só o parágrafo único. O parágrafo único fica...  
2210 Só um minutinho, acabar meu raciocínio, estou ajudando ele a fazer... Tá. Eu acho  
2211 que o parágrafo único não é legal, deixaria ele em aberto aí para gente deliberar  
2212 sobre ele na próxima reunião. Tá? No limbo. Wanderley.

2213

2214

2215 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Conversando com  
2216 o Caminha aqui, a gente vai abrir mão do § 2º Art. 6º, que trata da consulta  
2217 pública, pode taxar.

2218

2219

2220 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Pode  
2221 taxar? está bom. Obrigada, Wanderley. Obrigada, CNI. Tira lá o § 2º, volta a ser  
2222 parágrafo único... Do artigo anterior, esse aí. Pode taxar ele todo, que era só a  
2223 CNI que queria. E aí, o outro vai voltar a ser parágrafo único de novo...

2224

2225

2226 **O SR. VITOR HUGO KACZMARKIEWICZ DOS SANTOS (Anamma/Nacional) –**  
2227 Zilda, ficou um § 4º que deveria estar junto do §1º, pode ser retirado?

2228

2229

2230 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Pode  
2231 ser retirado. É aquele que nós incorporamos no sexto. § 4º do Art. 5º. Ele taxa, tira  
2232 ele de lá. Vamos fazer isso direito. Vou lá buscar um copo de água. Faz isso  
2233 enquanto vou buscar um copo de água. Não tem mais. Oitavo: “os órgãos...”, esse  
2234 daí vai ter que ser linkado com... Ah, não, esse é dos riscos. Tá. “Os órgãos  
2235 estaduais” eu acho que nós vamos ter que trocar no texto todo, “os órgãos  
2236 ambientais”, ou a gente diz lá no artigo, porque senão a gente vai ter que repetir a  
2237 cada artigo: “os órgão estaduais e do Distrito Federal de meio ambiente”. Se essa  
2238 resolução é um pouco diferente, se eu botar “O órgão ambiental competente”,  
2239 nesse caso, eu estou falando que é só o órgão estadual, mas lembra aí que nós  
2240 vamos ter que fazer uma correção. Todo comando de obrigação a gente vai ter  
2241 que colocar “órgãos estaduais e do Distrito Federal de meio ambiente”. Então,  
2242 vamos ter que colocar isso em todo lugar que aparecer. “... deverão elaborar um  
2243 plano de emergência para episódios críticos de poluição do ar a ser submetido a  
2244 autoridade competente”, eu acho que aí a gente deveria também deixar claro,  
2245 “autoridade competente do Estado ou do Distrito Federal”, que pode dar o  
2246 entendimento que é o Ministério de Meio Ambiente ou CONAMA e não é isso. Eu

2247 acho que assim "submetido à autoridade competente do Estado ou do Distrito  
2248 Federal visando medidas preventivas com o objetivo de evitar graves e eminentes  
2249 riscos à saúde da população com o seguinte conteúdo", só um pouquinho. Antes  
2250 de tu corrigir, vê se tem alguma outra proposta ou se é só agora, os incisos...  
2251 Tinha aquela anterior, não é isso? Mas nesse aí são diferentes. Então, deixa eu ler  
2252 os incisos e depois eu abro para sugestão. "I. adotar níveis de atenção, alerta e de  
2253 emergência propostos nessa resolução ou outros mais restritivos relativos às  
2254 concentrações de dióxido de enxofre, material particulado, MP10 MP2.5,  
2255 monóxido de carbono, dióxido de nitrogênio e ozônio. II. detalhar as ações e  
2256 providências a serem tomadas e os responsáveis a partir das ocorrências dos  
2257 níveis de atenção e de alerta, a fim de evitar atingimento do nível de emergência.  
2258 III. propor medidas restritivas durante a permanência dos níveis acima referidos  
2259 sobre a fonte de poluição das áreas atingidas. Parágrafo Único: o plano de  
2260 emergência deverá indicar os responsáveis pela declaração dos diversos níveis de  
2261 criticidade devendo estas declarações e medidas preventivas serem comunicadas  
2262 aos órgãos dos Governos dos Estados e do Distrito Federal, dos municípios e das  
2263 entidades privadas e divulgação dos meios de comunicação de massa". Tem  
2264 alguma outra proposta específica de texto, não? Espera aí, deixa eu ver na  
2265 seqüência. "Ficam estabelecidos para o Ministério Público Federal e FURPA".  
2266 Tem duas propostas para o Ministério Público e FURPA. Não, são duas. Porque  
2267 uma começa o inciso com parágrafos e a outra não. Tem aqui ó: "excluído no  
2268 terceiro GT proposta para o Ministério Público Federal e FURPA". Artigo XX:  
2269 "ficam estabelecidos os níveis de qualidade do ar" e isso aí está, eu acho, logo  
2270 depois daquele texto, eu só estou lendo no texto que foi disponibilizado junto  
2271 com... Tirei de texto da Internet, eu estou lendo do texto da internet. Cadê o que  
2272 eu acabei de ler? Está muito confuso isso.

2273

2274

2275 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2276 **(Apramac)** – O que foi excluído, Zilda, é só aquilo que fala do IBAMA. Ò desce  
2277 pra cê ver. O que foi excluído foi só isso aí: "na ausência ou omissão do órgão  
2278 estadual" isso que foi excluído no terceiro GT. Agora, a parte de baixo não.

2279

2280

2281 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Aí,  
2282 eu tenho o Art. 6º Métodos de Referência, o Art. 7º trata da gestão. Aí, eu tenho  
2283 aqui: "proposta de emenda do terceiro GT", que é essa que acabei de ler, Art. 8º,  
2284 correto? Na seqüência, eu tenho proposta PROAM, Ministério Público Federal e  
2285 FURPA, que é aquela da aplicação que nós corrigimos e levamos o parágrafo  
2286 único pra lá. E aí, tem "excluídos no terceiro GT: dúvidas técnicas e legais quanto  
2287 a resolução", isso seria em relação ao parágrafo. Aí, tem proposta PROAM,  
2288 Ministério Público Federal e FURPA: "os órgãos estaduais de controle ambiental  
2289 informarão à população mediante inserção na mídia...". Aí, tem uma segunda que  
2290 aí mistura: "cabe aos estados a elaboração dos planos de atenção emergência  
2291 para episódios críticos de poluição do ar", que é a mesma que está no artigo

2292 oitavo e tenho... Espera aí. Logo depois dessa PROAM XX, tem uma segunda que  
2293 trata só dos XX e um parágrafo, é isso?

2294

2295

2296 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2297 **(Apromac)** – Não. É que a diferença dessa proposta aí é que a gente fala que a  
2298 elaboração é de plano de atenção e emergência, não tem plano de alerta, são só  
2299 dois, a gente tirou um.

2300

2301

2302 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – E  
2303 aonde está isso? Isso não está nesse texto.

2304

2305

2306 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2307 **(Apromac)** – Aí, ó. “Cabe aos Estados elaboração de plano de atenção e  
2308 emergência” Não tem o ‘alerta’ que tem lá em cima. Essa é uma diferença, a gente  
2309 propõe só dois, porque a gente se baseou nisso num estudo, olhando várias  
2310 referências internacionais sobre os episódios críticos que não têm mais três, só  
2311 têm dois e realmente nada ajuda os três, porque não tem muita colaboração nesse  
2312 sentido, entendeu? Só confunde.

2313

2314

2315 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Aí,  
2316 liga para alguém ligar o ar. Deu meio dia, desligou o ar. Consegue aí? Pronto.  
2317 Roca.

2318

2319

2320 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Bom, eu queria falar  
2321 algumas coisas a respeito justamente essa...

2322

2323

2324 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2325 **(Apromac)** – Você não quer terminar só de ler as diferenças para gente olhar e  
2326 discutir em cima?

2327

2328

2329 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
2330 “Cabe aos Estados a elaboração dos planos de atenção e emergência para  
2331 episódios críticos de poluição do ar, os planos contemplarão medidas de  
2332 prevenção de aumento de poluentes e medidas de diminuição de poluentes”.

2333

2334

2335 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2336 **(Apromac)** – Que é uma outra diferença. Não é só preventiva. A gente também  
2337 está falando em resolutivo.

2338 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – “Bem  
2339 como medidas para salvar a guarda da população frente à exposição com o  
2340 objetivo de evitar eminentes riscos da população”.

2341

2342

2343 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2344 **(Apromac)** – São três ações. Uma para prevenção diminuição da redução,  
2345 especificamente, e outra que são as medidas de proteção à população que não  
2346 tem nada a ver com emissão.

2347

2348

2349 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tá.  
2350 Roca.

2351

2352

2353 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Bom, o que a gente  
2354 tem aqui para sugerir... Bom, primeiro fazendo um comentário a nível geral, né?  
2355 Essa coisa do plano de ação emergência de episódios críticos, já é prevista em  
2356 resolução e já tem lá um regramento que a gente não precisa reinventar aqui  
2357 nessa resolução. Então, nessa linha, a gente tinha uma proposta, então, voltando  
2358 lá naquele texto de cima... Para simplificar um pouco, ó, ficaria assim: “os órgãos  
2359 estaduais de meio ambiente”, a gente sugere que deve incluir, já aqui, então, a  
2360 “saúde”. Já que se falou tanto de saúde, a saúde já fazendo parte... Parece que  
2361 não tem ninguém prestando atenção no que estou falando. Então, eu acho que  
2362 talvez não tenha importância nenhuma.

2363

2364

2365 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
2366 Alfredo, está todo mundo cansado.

2367

2368

2369 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Pelo que vi, estava  
2370 todo mundo conversando. Aqui, está conversando ali, está conversando... Então,  
2371 não sei. Então, olha, posso tentar de novo?

2372

2373

2374 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Era  
2375 isso que queria falar? Só da conversa?

2376

2377

2378 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Não. Estou fazendo  
2379 uma estruturação importante. É que eu estava vendo que ninguém estava  
2380 prestando atenção. Então, vamos lá. É que não estou aqui para conturbar, estou  
2381 aqui para colaborar. Dá a impressão de que quando eu abro a boca, eu estou aqui  
2382 para conturbar, eu não tô. E justamente nessa confusão que estou tentando  
2383 apresentar alguma luz. Então, vamos lá. Bom, “os órgãos estaduais de meio

2384 ambiente”, e aí, a gente sugere “e de saúde”... Realmente, não dá. Fica difícil. “Os  
2385 órgão estaduais de meio ambiente”, nós sugerimos incluir “e de saúde”, até  
2386 porque já que a saúde, então, já participa logo junto na elaboração desse plano.  
2387 “Deverão elaborar”, agora, aqui, o que a gente sugere que já ponha “com base  
2388 nos níveis de atenção de alerta e de emergência indicados no Art.9º”, daí já faz o  
2389 gancho para o antigo Art.9º, né? “Um plano de emergência para episódios críticos  
2390 de poluição do ar” agora, essa coisa é estranhinha, né? De submeter à entidade  
2391 competência, não é competência dos órgãos. Se os órgãos estaduais são  
2392 competentes, por que ainda vai ter que submeter a uma autoridade competente,  
2393 né? Mas nós sugerimos tirar.

2394  
2395

2396 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
2397 me lembro que São Paulo falou que as regras para alerta emergencial... Alfredo,  
2398 presta atenção que estou falando, por favor.

2399  
2400

2401 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Não. Desculpe. Zilda,  
2402 por favor, dá licença um pouquinho. É que meus colegas...

2403  
2404

2405 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não,  
2406 não. São Paulo pediu no GT que isso fosse colocado, porque o documento final,  
2407 que era o plano, ele vai para aprovação do governador. É por isso essa autoridade  
2408 competente.

2409  
2410

2411 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Dá licença. Eu acho  
2412 que não preciso agora virar o foco de... De coisa.

2413  
2414

2415 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não,  
2416 eu estou tentando explicar.

2417  
2418

2419 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Os meus colegas de  
2420 São Paulo pediram para dizer que aqui estava riscado, caramba! Os meus  
2421 universitários aqui, que propuseram isso, mandaram riscar.

2422  
2423

2424 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Mas  
2425 foi São Paulo que pediu no GT para colocar autoridade competente.

2426  
2427

2428 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Mas é isso que eu  
2429 estou falando! Não é pra riscar, mas aqui está riscado. Bom, então, vamos lá.

2430 Não, sabe o que é? Parece uma coisa que a gente vira saco de pancada, o que é  
2431 isso?

2432

2433

2434 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não**  
2435 **é isso, Alfredo.**

2436

2437

2438 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) – Posso acabar de**  
2439 **falar, por gentileza, então, Zilda?**

2440

2441

2442 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2443 **Então, não faça esses comentários para me provocar para responder.**

2444

2445

2446 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) – Mas eu estou te**  
2447 **falando, os meus colegas mandaram riscar, agora estão dizendo que não.**

2448

2449

2450 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2451 **(Apromac) – Zilda, podemos ir almoçar? Depois a gente volta nessa questão,**  
2452 **porque está todo mundo... Não, porque depois a gente tem que responder e fica...**  
2453 **Está cansativo agora, eu acho.**

2454

2455

2456 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Eu**  
2457 **estou cansativa, porque eu cheguei aqui às oito e meia da manhã, mas marquei a**  
2458 **reunião as nove. E a maioria chegou aqui às nove e meia. Estou muito cansada.**  
2459 **Acordei bem cedo para chegar aqui. Porque eu marquei a reunião as nove e não**  
2460 **tinha quórum as nove. Continua. Vamos pelo menos até 12:30h.**

2461

2462

2463 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) – Então, não é para**  
2464 **riscar “a ser submetido à autoridade competente”, mantenha isso. Bom, daí, na**  
2465 **esfera federal estadual e municipal, continuando a redação, só que a única**  
2466 **diferença é que não tem mais esses o um, o dois e o três, por quê? Porque a**  
2467 **gente entende que tudo isso vai estar sendo falado aqui no Art. 9, ele apresenta**  
2468 **tabela para os níveis de atenção, alerta e emergência e depois aqui no § 1, § 2, §**  
2469 **3 fala o que tem que ser feito de cada...**

2470

2471

2472 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Você**  
2473 **já colocou, já fez a proposta de inserção lá no caput que é relacionado ao Art. 9º.**

2474

2475

2476 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – E não precisa todos  
2477 esses detalhamentos que estavam sendo propostos. Talvez o único parágrafo que  
2478 caberia era alguma coisa associada ao plano de comunicação que realmente pode  
2479 deixar lá... Da FURPA lá.

2480

2481

2482 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tu  
2483 tem algum comentário a fazer quanto a observação da Evangelina sobre...

2484

2485

2486 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Então, é disso que  
2487 estou falando. Dois níveis? Mas vai ser diferente do que está previsto no  
2488 CONAMA? Nós vamos criar uma coisa nova aqui? É isso que falei. Eu passo a  
2489 palavra para os universitários.

2490

2491

2492 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – Jesuíno, CETESB. No caso aqui, por  
2493 exemplo, na resolução 3 não havia material particulado 2,5. Então, por exemplo,  
2494 aqui nós estamos incluindo a situação para esse poluente.

2495

2496

2497 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Zilda, só uma  
2498 parte rápida aqui. É plano de emergência mesmo? Porque lá considera níveis de  
2499 atenção, alerta e emergência, um plano de emergência? É isso mesmo? Está  
2500 correto? Só essa dúvida. Obrigado.

2501

2502

2503 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2504 **(Apromac)** – Você gostaria de pôr o texto embaixo, só pra comparar e eu dizer o  
2505 que a gente propõe? Porque, assim, em relação ao que nós propomos, na  
2506 verdade...

2507

2508

2509 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Só  
2510 um minutinho. Coloca só os caputs daquele outro que está embaixo.

2511

2512

2513 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2514 **(Apromac)** – Não, embaixo aí. “Cabe aos estados e”... Embaixo também, o  
2515 parágrafo único.

2516

2517

2518 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
2519 Coloca logo abaixo daquele lá, só momentaneamente, só para gente comparar.

2520

2521



2522 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2523 **(Apramac)** – Eu fiz um estudo, que até apresentei no GT, coloquei, está no site,  
2524 inclusive, para quem quiser avaliar. Eu fiz uma avaliação dos episódios críticos de  
2525 emergência atuais, coloquei algumas referências e o que tem hoje  
2526 internacionalmente. Por isso que a gente indica dois, porque não tem mais três  
2527 assim como exemplos. Porque deve haver não apenas um plano de emergência,  
2528 mas um plano, no caso, a gente fala alerta e emergência. O plano de alerta é  
2529 preventivo para não chegar à emergência. E plano de emergência, ele tem que ter  
2530 as três ações que seria tanto a diminuição preventiva, quanto a resolutiva, quanto  
2531 a de riscos à população. Então, não seria só apenas “visando a medidas  
2532 preventivas com o objetivo de evitar graves” ali, ‘graves’ não, não precisa ser  
2533 ‘graves’, mas “evitar eminentes riscos à saúde da população”. Então, aí, para nós,  
2534 falta o plano de alerta, a gente define só dois níveis e inclui medidas de diminuição  
2535 de emissão imediatamente e medidas para salva guarda da população. É isso, a  
2536 diferença.

2537

2538

2539 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Cláudio Alonso quer  
2540 esclarecer.

2541

2542

2543 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Eu acho que só São Paulo tem  
2544 essa experiência disso aí. O plano sempre foi completo, não dá para fazer... É um  
2545 plano para emergência. Sempre de uma forma escalonada, tentando evitar o  
2546 seguinte, sempre foi feito assim, é assim... Não. Olha, eu vou ser muito honesto,  
2547 dificilmente aplicado. Sabe quando foi aplicado isso de forma efetiva? Quando se  
2548 fez... Isso aí é experiência do Estado de São Paulo e vou dizer algumas coisas  
2549 que impedem isso aí. Para que isso fosse possível da gente aplicar de forma  
2550 conseqüente, o Estado de São Paulo declarou, através de documentos legal  
2551 competentes, que Cubatão quando estava num estado, que não está hoje, estava  
2552 em estado de atenção permanente. Não interessa, chovia, não chovia, fazia solo,  
2553 não fazia solo. Não interessa nem o índice, porque exigia-se medidas fortes que  
2554 elas não são tomadas de hora para outra. Elas exigem equipamento, elas exigem  
2555 um monte de coisa. Para que se fizesse o controle máximo de Cubatão no  
2556 momento, onde os índices eram aqueles que não são hoje, declarou-se estado de  
2557 alerta permanente em Cubatão. Porque os tempos são tão curtos que quando  
2558 você pensa que vai, já foi. É isso. Às vezes, um evento de chuva, quando você  
2559 pensa que vai ter, já choveu e já limpou. É muito difícil aplicar isso, mas têm  
2560 outros aspectos que depois do almoço a gente pode comentar, porque têm coisas  
2561 que são praticamente impeditivas que se faça.

2562

2563

2564 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Têm  
2565 coisas que são o que?

2566

2567

2568 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Praticamente impeditivas que um  
2569 plano desse seja conseqüente, porque os tempos são muito rápidos, a sociedade  
2570 é muito grande.

2571

2572

2573 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas  
2574 eu estou entendendo que o plano é mais uma organização para como agir num  
2575 episódio desse. Para que todos atores saibam o que eles vão fazer.

2576

2577

2578 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Sim, mas na hora que vai fazer,  
2579 já foi

2580

2581

2582 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Já  
2583 trabalhei no IBAMA com planos de prevenção à acidente, derramamento de óleo,  
2584 com queimada. Já trabalhei com isso durante algum tempo que eu tive a frente  
2585 dessa área. Pode, estou acabando de perguntar para ele, eu já vi a sua mão, só  
2586 um minutinho! A senhora tem a palavra agora, dona Evangelina.

2587

2588

2589 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2590 **(Apramac)** – Obrigada. Alguém já ouviu falar que estava em estado de atenção e  
2591 emergência ou alerta no Estado de São Paulo, por exemplo, que eu tenho certeza  
2592 e provavelmente não em outros Estados? Isso decorre, porque o nível de  
2593 emergência em São Paulo, sabe quantos em relação ao material particulado é a  
2594 concentração? 500 microgramas por metro cúbico. Nem a China tem esse nível  
2595 para atingir um alerta, por isso que nunca tem alerta, por isso que nunca tem o  
2596 plano de contingência. E aí, se baseou em Cubatão, o alerta é 250 microgramas,  
2597 250 microgramas não é permitido nem em estudo experimental de poluição de ar.  
2598 Então, óbvio que a gente nunca chegou e nunca pode fazer. E não é verdade que  
2599 isso passaria rápido, no dia seguinte resolve, porque Cubatão tem uma média de  
2600 cem, no máximo, ele teve de trezentos. Então, não adianta, tem que ter um plano  
2601 de contingência, de alerta e emergência. Por exemplo, eu já falei, 80 microgramas,  
2602 imagina, o nosso a minha emergência é 500. Na França é 80 para evitar se  
2603 chegue a riscos graves de efeito em saúde. Então, tem que se fazer os planos de  
2604 acordo com os níveis corretos, que realmente são preocupantes em relação à  
2605 saúde, e tem que haver os dois planos. Nós não temos nenhum. Na verdade, não  
2606 temos nenhum com esses níveis, porque não atingimos nunca esses níveis.

2607

2608

2609 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Eu queria pedir a  
2610 palavra, o Jesuíno vai fazer outro esclarecimento.

2611

2612

2613 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – Eu gostaria que a Evangelina me desse a  
2614 base para que esses valores... De onde eles foram tomados, não do país. Eu  
2615 quero em que condição que eles são considerados para se tomar essa posição.

2616

2617

2618 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2619 **(Apromac)** – Não existe uma orientação da OMS em relação aos episódios  
2620 críticos, por exemplo, como referência. O que existe é a adoção de órgãos  
2621 ambientais de outros países desses níveis de acordo com aquilo que é efeito  
2622 sobre a saúde, baseado em efeito sobre a saúde, em mortalidade, em morbidade  
2623 e etc. Que, inclusive, o seu próprio Cláudio falou aqui na questão da diferença dos  
2624 níveis e, por exemplo, da redução de 5%. Então, é baseado nisso. O nível de cem  
2625 já é um nível que produz efeito sobre a saúde muito significativo. Então, por  
2626 exemplo, França e Londres...

2627

2628

2629 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
2630 Desculpe, Evangelina, mas eu acho que não foi isso que ele perguntou. Mas eu  
2631 acho que o que ele perguntou foi: qual é a base técnica que esse nível é  
2632 aventado? É ocorrência de quantas vezes? Quando? Que período? Eu acho que  
2633 foi isso que ele quis perguntar. Eu entendi isso que ele quis perguntar.

2634

2635

2636 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2637 **(Apromac)** – Você quer saber o nível? Por que é definido 80, por exemplo, na  
2638 França?

2639

2640

2641 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – Não. Aonde que ele é medido? Em que  
2642 situação? É na beirada da rua? Eu quero saber assim com que base técnica que  
2643 esses valores são adotados para declaração?

2644

2645

2646 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2647 **(Apromac)** – A base técnica de acordo com monitoramento de qualidade do ar  
2648 feito por órgão ambiental.

2649

2650

2651 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – Não é. Eu acho melhor você procurar  
2652 depois e depois a gente discute, porque não é nada disso, tá?

2653

2654

2655 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2656 **(Apromac)** – Então, assim, não fala para procurar depois, porque eu nunca falei  
2657 isso pra vocês, apesar de vocês não saberem o que estão falando muitas vezes.  
2658 Então, assim, eu já procurei, já coloquei no site do GT. O que eu estou falando, eu

2659 tenho propriedade de pesquisa do que estou dizendo. Então, não é vai procurar  
2660 depois.

2661

2662

2663 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não  
2664 é isso. Tá, tudo bem. Mas o que ele está querendo dizer é o seguinte, eu acho que  
2665 é a maneira como esse dado é apropriado para você ter um dado de alerta de  
2666 emergência ou de o que? É isso que ele perguntou.

2667

2668

2669 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2670 **(Apromac)** – Eu sei. Havendo o atingimento do nível de emergências no  
2671 monitoramento, ele já tem o nível de alerta.

2672

2673

2674 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – Jesuíno, CETESB. Por exemplo, vou  
2675 pegar só um exemplo no caso do ozônio na ilha de França. Qual é a estação que  
2676 eles consideram para que o estado de atenção seja declarado?

2677

2678

2679 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2680 **(Apromac)** – Ozônio especificamente, eu não sei qual a estação. Estou falando do  
2681 material particulado. Esse tenho conhecimento, ozônio não. O ozônio qual a  
2682 referência, qual estação ele pega, não sei.

2683

2684

2685 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – É a mesma coisa, pô. Por exemplo, eles  
2686 consideraram.

2687

2688

2689 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2690 **(Apromac)** – “Pô”? Por que o “pô”? Então, não precisa falar o “pô”, só fala, dá o  
2691 dado. Não sabe acabou o quê, Dr. Cláudio? E o senhor sabe o que é 5%? O  
2692 senhor disse que não sabia. O senhor me respondeu que não sabia. Então, muito  
2693 obrigado pela resposta, gostei da resposta do senhor.

2694

2695

2696 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – Olha, a questão toda é a seguinte, eles  
2697 têm toda uma rede monitoramento. Para que eles considerarem uma estação para  
2698 ser declarada com estado de atenção, por exemplo, são duas estações, sendo  
2699 que tem que ser estação de fundo. Então, tem toda uma situação para a estação  
2700 seja considerada de fundo e tem uma modelagem, tem uma modelagem  
2701 matemática lá de modelo calibrado para, então, eles declararam o estado de  
2702 atenção. Pô, a gente não tem nada disso. Então, como é que a gente pode adotar  
2703 valores, número se não a gente não tem condição de fazer isso?

2704

2705 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2706 **(Apromac)** – Então, não adota 500. E vamos adotar o que é possível em termos  
2707 de metodologia para se definir como se atinge em termos metodologicamente o  
2708 nível de alerta e emergência, mas tem que haver.

2709

2710

2711 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – Você falou em Estados internacionais. Nos  
2712 Estados Unidos, a NBA, são esses valores que a gente tem aqui.

2713

2714

2715 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2716 **(Apromac)** – Não são esses valores. De emergência? Não são, eu tenho certeza  
2717 que não são. Não são e eu vou mostrar pra vocês.

2718

2719

2720 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – Nós também mostramos, eu tenho o  
2721 documento aqui.

2722

2723

2724 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Talvez valha a pena  
2725 sentar em “off” e um mostrar para o outro o documento que o outro têm para ver.  
2726 Bom, mas não evolui aqui. Antes do almoço a gente volta a falar, então.

2727

2728

2729 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2730 12h35minhs, nós voltamos às 14h00minh. E daí, vocês conseguem fazer um texto  
2731 daquele lá? Obrigada. Então, às 14h00minhs, por gentileza.

2732

2733

2734 *(Intervalo para almoço)*

2735

2736

2737 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Boa  
2738 tarde. está na tela a proposta do artigo sexto com algumas sugestões lá feita pela  
2739 Cetesb. Corrigi ali “Ministério”, está faltando o “i”. Então seria o Ministério do Meio  
2740 Ambiente no prazo da 12 meses, após a entrada em vigor desta Resolução,  
2741 elaborará... Na linha abaixo, Henrique. Elaborará Guia Técnico contendo, tira o  
2742 “que contem”, contendo. Método de referência adotado, e aí põe um ponto e  
2743 vírgula, eu acho. Dois, critérios para aceitação, eu não sei se a gente faz caput  
2744 com numeração, eu acho que não, eu acho que não, ou bota embaixo, que aí não  
2745 é número, é inciso, mas eu acho melhor botar na sequência, tira o um e põe na  
2746 sequência. Contendo método de referência adotado, critérios para, ponto e vírgula  
2747 depois de adotado, critérios para aceitação dos métodos equivalentes de  
2748 localização dos amostradores e de, só voltando, e de representatividade temporal  
2749 dos dados. *(Fala inaudível ao fundo)* É. Critério de localização dos amostradores.  
2750 Ai o parágrafo primeiro fica como parágrafo único, que a gente já tirou o outro,

2751 então... Só a nomenclatura de parágrafo primeiro, que agora volta a ser parágrafo  
2752 único, o outro foi retirado. Ficou esse daí, tem a publicação, então, tem que tirar o  
2753 primeiro ali. Isso, tá? Alguma sugestão adicional para o texto? Então vamos voltar  
2754 para o oitavo. *(Fala inaudível ao fundo)* Ficou aprovado. Agora voltamos lá para o  
2755 oitavo novamente. Bom, aí nós tínhamos parado a discussão no impasse de ficar  
2756 só um, eu acho que a sugestão feita pela APROMAC de mudança só para plano  
2757 de atenção e emergência, ela tem que ser refletida nos demais artigos, caso seja  
2758 a proposta aceita, já que o artigo nono, ele traz, também, as propostas de valores,  
2759 né? De poluentes à ocorrência de poluentes, então, não me recordo se ela foi  
2760 rebatida nos seguintes, essa proposta aí é mais coerente com a original e com  
2761 essa que São Paulo agora pede uma mudança. Volta lá no oitavo, na proposta de  
2762 São Paulo, por favor. Ai, não, não, não. Em vermelho mesmo, em vermelho. *(Fala*  
2763 *inaudível ao fundo)* Mas isso é a proposta de plano para o mesmo assunto, para o  
2764 mesmo assunto, não deixa aí por enquanto, porque a gente não deliberou sobre  
2765 isso, a gente não deliberou sobre isso, nós recebemos... Volta lá no original. Não,  
2766 não, antes. Isso. Essa daí é a proposta do terceiro GT que fizemos um  
2767 aperfeiçoamento da redação, certo? Os órgãos estaduais de saúde deverão  
2768 elaborar com base nos níveis de atenção, alerta e emergência, um plano de  
2769 emergência pra episódios críticos de poluição, a ser submetido à autoridade  
2770 competente do Estado ou Distrito Federal, visando medidas preventivas, com  
2771 objetivo de evitar graves e eminentes riscos à saúde da população com o seguinte  
2772 conteúdo mínimo, cadê o conteúdo mínimo? Ele está adiante? São Paulo...

2773  
2774

2775 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Na verdade a gente  
2776 não propôs conteúdo mínimo nenhum, a nossa ideia é tirar um, dois e três, porque  
2777 isso está delineado no nono, como a gente falou.

2778  
2779

2780 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
2781 Então tira conteúdo mínimo.

2782  
2783

2784 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – É. Eu acho que sim,  
2785 porque no nono tem a tabelinha dos valores e abaixo tem...

2786  
2787

2788 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
2789 Conforme o artigo nono, então assim, ao invés de como o seguinte conteúdo  
2790 mínimo de acordo com...

2791  
2792

2793 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – O artigo nono aí.

2794  
2795

2796 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2797 Como é que a gente está chamando lá? De acordo com... O que que está escrito?  
2798 Com as concentrações, com os poluentes e concentrações constantes do artigo  
2799 nono, pronto, põe assim. E aí tem essa proposta PROAM, Ministério Público  
2800 Federal de nono, de oitavo, de nono, aí é nono. Tá. Então tá. Agora está mais  
2801 coerente, tava tentando limpar o texto pra ele ficar melhor. E aí tem a proposta  
2802 que foi defendida pela APROMAC, PROAM, Ministério Público Federal e FURPA,  
2803 dizendo o que cabe aos Estados, ela muda para só atenção e emergência, tira o  
2804 alerta, para os episódios críticos de poluição do ar. E com a proposta que me  
2805 parece que limpa bem o texto, feita por São Paulo, a gente taxaria os próximos  
2806 incisos, eles nada mais são que uma repetição do artigo nono, não é isso, o  
2807 Rocca? Um, dois e o três, que já está no artigo nono de qualquer forma, não tem  
2808 sentido. O um, o dois e o três, tá, Henrique? Evangelina, você pediu a palavra?  
2809 *Hello.*

2810  
2811

2812 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2813 **(Apromac)** – É, como existe, como a gente tinha discutido no GT, né? Eu coloquei  
2814 aqueles documentos que eu estudei, e hoje eles trouxeram um outro lado, a minha  
2815 sugestão era a gente entregar um documento com essas referências pra próxima  
2816 reunião a gente poder avaliar melhor isso. Porque isso...

2817  
2818

2819 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2820 Documentos com essas referências, que documento é esse? Eu não entendi.

2821  
2822

2823 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2824 **(Apromac)** – As referências que respaldam essas sugestões que eu trago e que  
2825 eles trazem, então, por exemplo, eles disseram que tem referências que mostram  
2826 que o episódio crítico é em nível maior e eu tenho outras que é em menor, então,  
2827 como agora a gente teria que preparar isso e trazer para gente poder estudar e  
2828 entender. É justamente o que eu gostaria era as justificativas deles, embora eu já  
2829 tenha entregado os documentos no GT, eu faria uma mais específica sobre as  
2830 dúvidas levantadas e acho que eles devem fazer também, e a gente discutir  
2831 apropriadamente com essas referências técnicas. É minha sugestão.

2832  
2833

2834 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Tá.  
2835 Normalmente na Câmara Técnica a gente faz sustentação oral, a gente já passou  
2836 etapa do GT de discutir com documento. A gente normalmente faz uma sustentação  
2837 oral.

2838  
2839

2840 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2841 **(Apramac)** – A sustentação oral foi feita. Nós fizemos, mas como eles falaram de  
2842 referências e são...

2843

2844

2845 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2846 Depois vota. É caso do resto dos itens, ai se vota. Pronto.

2847

2848

2849 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2850 **(Apramac)** – Tudo bem.

2851

2852

2853 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Essa  
2854 figura de trazer documentos escritos pra avaliação preliminar, a gente  
2855 normalmente não faz isso na Câmara técnica, a gente faz uma sustentação oral,  
2856 pede para ouvir os técnicos que tão acompanhando, mas é dessa forma. Nada  
2857 impede de alguém mandar por e-mail antes, disponibilizar no GT documentos que  
2858 achar pertinente, fique à vontade. Mas a condição para discussão não é essa.  
2859 Entendo que nesse artigo também temos duas propostas de texto, parágrafo único  
2860 “o plano de emergência deverá indicar responsáveis pela declaração dos diversos  
2861 níveis de criticidade, devendo essas declarações e medidas preventivas serem  
2862 comunicadas aos órgãos dos governos dos Estados, do Distrito Federal, dos  
2863 municípios, das entidades privadas e divulgação nos meios de comunicação de  
2864 massa”. Me parece que se aplica qualquer uma das duas propostas. Não sei se  
2865 aqui seria o ponto certo de tratar, isso daí nada mais é do que a comunicação com  
2866 a população pra casos de emergência, naturalmente.

2867

2868

2869 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Passar a palavra  
2870 para o Cláudio Alonso.

2871

2872

2873 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO – SUPLENTE (Cetesb) –** Baseado na nossa  
2874 experiência, um conjunto de coisas, inclusive da comunicação, elas dependem  
2875 muito do aspecto cultural da região. Eu me lembro que a gente tentou fazer uma  
2876 vez uma revisão audiências públicas, nós levamos muito em conta que  
2877 dependendo da região é um forma, dependo da outra região é outra forma, eu  
2878 deixaria como um artigo, eu acho que acordo, foi colocado aí, o Estado é  
2879 responsável por fazer o plano? A gente pode até dizer, reforçar que atenção a  
2880 comunicação, mas deixa o Estado fazer de acordo com as suas características. O  
2881 Estado conhece melhor o cliente que ele está trabalhando.

2882

2883

2884 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
2885 sei Cláudio. Mas aí a gente não está falando nada, é um lembrete que isso é



2886 importante dentro do plano. A gente não está falando qual meio de comunicação  
2887 de massa, há locais em que o rádio é mais apropriado, há locais em que a Internet  
2888 é mais apropriada, há locais em que a televisão é mais apropriada. Nós não  
2889 estamos fechando em um só, eu acredito que essa informação não seja ruim, ela  
2890 só vem a somar, ela não está falando nem como e nem obrigatoriamente todos,  
2891 mas medidas preventivas, comunicada aos órgãos, está falando de uma maneira  
2892 geral, eu não vejo nada demais. Não estamos fechando, dizendo que tudo tem  
2893 que ser pelo rádio, e pela TV e pelo jornal, estamos deixando genericamente, tá?  
2894 Eu não vejo problema algum em relação a isso.

2895

2896

2897 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2898 **(Apromac)** – Dois pontos.

2899

2900

2901 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ei,  
2902 identifique-se, por favor.

2903

2904

2905 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2906 **(Apromac)** – Evangelina, AAPROMAC. Dois pontos aí, um que seria que não só  
2907 apenas medidas preventivas, como naquele texto do PROAM do grupo da  
2908 Sociedade Civil fala que seria as resolutivas e de proteção à saúde.

2909

2910

2911 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Que  
2912 texto?

2913

2914

2915 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2916 **(Apromac)** – O conceito lá em cima, você quer que fale?

2917

2918

2919 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,  
2920 não.

2921

2922

2923 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2924 **(Apromac)** – É só com eles agora ou eu posso acrescentar o que eu acho que  
2925 deveria?

2926

2927

2928 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não.  
2929 Pode, é que você está falando de uma coisa que eu não tô materializando ali no  
2930 texto.

2931

2932 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2933 **(Apromac)** – Então, é que no nosso conceito, aqui ele só fala “devendo essas  
2934 declarações e medidas preventivas. Nós falamos de medidas preventivas,  
2935 resolutivas e de apoio à proteção da saúde”, lá em cima, então, faltou esses mais  
2936 dois. E além disso, nós temos um que só se fala da forma da comunicação, de  
2937 repente poderia complementar esse, que foi a nossa proposta que está abaixo.

2938

2939

2940 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ou  
2941 seja, tua sugestão é para que no corpo do parágrafo único se insira essas  
2942 declarações, medidas resolutivas e?

2943

2944

2945 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2946 **(Apromac)** – Só copiar o que está acima.

2947

2948

2949 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
2950 Acima aonde?

2951

2952

2953 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2954 **(Apromac)** –: Mais para cima um pouco, mais.

2955

2956

2957 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,  
2958 Henrique. Não é aí. *(Fala inaudível ao fundo)* Até para fazer uma emenda...  
2959 Obrigado.

2960

2961

2962 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2963 **(Apromac)** – Olha aí medidas de prevenção, diminuição de emissão e medidas  
2964 para salvaguarda, e de comunicação está abaixo.

2965

2966

2967 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Fala  
2968 no microfone sempre, por favor.

2969

2970

2971 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2972 **(Apromac)** – Aí no parágrafo único tão as três ações em relação ao plano de  
2973 emergência. Lembrando na nossa proposta, nós propomos um plano de atenção e  
2974 outro de emergência, então, inclui aquelas duas outras ações. E a parte de  
2975 comunicação, nós fizemos um parágrafo abaixo esclarecendo qual seria essa  
2976 comunicação, aí está abaixo, mas a parte que eu falo, é aquele que ele acabou de  
2977 marcar.

2978 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2979 **Comentários?**

2980

2981

2982 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) – Cláudio Alonso da**  
2983 **CETESB.**

2984

2985

2986 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO – SUPLENTE (Cetesb) –** Eu vou falar uma  
2987 coisa que é baseada na nossa experiência e, também, no conhecimento de  
2988 Química Atmosférica, que é bastante complexa. Não sei se as pessoas todas  
2989 sabem, por exemplo, no caso da formação do ozônio, você pode reduzir um dos  
2990 componentes e pode aumentar a formação de ozônio, isso é altamente aceito na  
2991 comunidade de química internacional e as pessoas que conhecem Química  
2992 Atmosférica sabem a verdade que eu estou falando. Você pode ter condições que  
2993 você reduza um dos componentes e tem um aumento da formação de ozônio, isso  
2994 por um problema de cinética que nem interessa. Por problemas de Química  
2995 Atmosférica, isso acontece, então, é muito difícil no caso do ozônio você falar em  
2996 diminuição. Dois, o ozônio sendo um poluente que se forma na atmosfera e não  
2997 emitido diretamente, ele se forma conforme a pluma caminha. Conforme a pluma  
2998 caminha, o Estado de São Paulo tem a briga com a FIESP nossa foi essa. Nós  
2999 estabelecemos que o tamanho da pluma que a gente toma cuidado, porque esta  
3000 pluma, ela caminha, e ao contrário dos outros poluentes que vão se diluindo, ela  
3001 vai reagindo, então na verdade, ela vai se concentrando, ela dilui como um todo  
3002 mas concentra como ozônio. Nós estabelecemos no Estado São Paulo para  
3003 licenciamento, e a indústria sabe bem disse, que a gente é bastante rigoroso, uma  
3004 distância de trinta quilômetros e a gente foi bonzinho. Eu briguei com a FIESP,  
3005 depois a própria FIESP me mandou um documento falando assim “Olha, eu achei  
3006 o que vocês falaram”, porque eu não mandei não, eles acharam, nos Estados  
3007 Unidos é cem. Então, no caso de um estado de emergência, eu não sei o que faz  
3008 com ozônio, fale a resolução o que falar. Eu preferiria que a gente deixasse que é  
3009 necessário que se tome medidas de um forma um pouco mais genérica, sem falar  
3010 na diminuição, principalmente por causa do ozônio, no caso porque a lei anterior  
3011 dizia “diminuição de emissão nas áreas afetadas” nas áreas afetadas é o que  
3012 menos importa, porque o ozônio não se forma aí, ele se forma longe, ele não é  
3013 emitido, então, principalmente, por causa do ozônio, a gente tem que tomar muito  
3014 cuidado com a texto que se coloca pra gente não ficar num “Eu vou diminuir a  
3015 poluição aqui” e aí eu finjo que diminuo o carro aqui e não adianta nada, cria um  
3016 caos total na população. Não é uma medida efetiva, é muito complicada essas...  
3017 O controle, independentemente de estar em estado de atenção, alerta e  
3018 emergência, o controle do ozônio é difícil, independentemente do estado que  
3019 esteja ou do nível que está. Eu gostaria, Zilda, você me permite? Um pouquinho  
3020 mais do ozônio, porque o ozônio é muito complicado. Eu já falei que um dos  
3021 componentes do ozônio, que formadores do ozônio, pode ser reduzido e o total do  
3022 ozônio subir, isso é consagrado, a química internacional consagra isso. Em que  
3023 pese, eu deixo bastante claro, os químicos atmosféricos não conseguem explicar

3024 isso direito, porque eles conseguem até fazer relações de quanto de um, e quanto  
3025 de outro e quanto forma, mas não conseguem entender nem o porquê, porque é  
3026 muito complexa essa química, então, a ciência ainda não tem o nível de  
3027 conhecimento que nos permite fazer um controle adequado. Então, o ozônio é  
3028 muito difícil, a gente morre rede medo de fazer esse controle, porque tem medo  
3029 controlar e ele subir, por enquanto não aconteceu, ele tem diminuído, pouquinho,  
3030 mas tem. Então, esses cuidados não só no caso da atenção, alerta e emergência,  
3031 mas no próprio caso do controle do ozônio, vamos tomar muito cuidado, por se  
3032 não a gente vai meter o pé pelas mãos, a gente vai controlar, gastar dinheiro  
3033 controlando e o negócio subir. Isso é bastante bem...

3034  
3035

3036 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3037 **Objetivamente, Cláudio. Qual é a sua sugestão em relação ao texto.**

3038  
3039

3040 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO – SUPLENTE (Cetesb) –** A minha sugestão,  
3041 então, é que tirar, principalmente, medidas de diminuição da emissão, deixa os  
3042 planos falarem isso, no caso do particulado, no caso do ozônio deixa barato. Pelo  
3043 amor de Deus, no caso do ozônio não fale isso, não fale de diminuição, medidas  
3044 de controle, sabe? Uma coisa meio genérica.

3045  
3046

3047 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
3048 teria uma sugestão no texto, já que no caput... Põe o caput lá, Henrique, por  
3049 gentileza. No caput a gente fala em elaborar com base nos níveis de atenção e  
3050 alerta, emergência, episódios críticos, a gente faz a distribuição geral. O que eu tô  
3051 dizendo no parágrafo único? No parágrafo único eu tô colocando, simplesmente,  
3052 que isso tem que ser comunicado, então, o que eu sugeriria para poder limpar o  
3053 texto? Acho que aí a qualificação não cabe, assim, o plano de emergência deverá  
3054 indicar os responsáveis pela declaração dos diversos níveis de criticidade,  
3055 devendo estas declarações e medidas serem comunicadas, porque eu tô falando  
3056 de todos, então elas são preventivas, são corretivas, são várias. Eu tiraria o  
3057 preventivas pra não qualificar aqui e acredito que o Plano vá qualificar e o texto  
3058 fica mais limpo. Porque senão eu vou ficar explicando, explicando, eu tô com um  
3059 parágrafo único com seis linhas, esse parágrafo único dá pra ser um parágrafo  
3060 normal, dois parágrafos normais, então, qual é a sugestão? Tiro na definição,  
3061 aquela que a gente fez ali, o plano de emergência deverá indicar... Não, pode  
3062 suprir, bom, aquela é a da APROMAC, né? O plano de emergência deverá indicar,  
3063 tira os preventivas. *(Fala inaudível ao fundo)*. Não. Medidas eu deixo, tira só o  
3064 preventivas. Porque ali no preventivas eu tô qualificando, e pode ser preventivas e  
3065 pode ser corretivas, pode ser qualquer outra coisa. Medidas de controle, pode ser,  
3066 sabe? Então, assim, essa seria...

3067  
3068

3069 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3070 **(Apromac)** – Não é só de controle, porque controle é mais a questão da emissão  
3071 do poluente, a gente tem que colocar, também, as medidas de salva guarda.

3072

3073

3074 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3075 Então tiro de controle e coloco só medidas. A minha sugestão de texto.

3076

3077

3078 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3079 **(Apromac)** – Então, mas se você não colocar, vai acontecer o que está  
3080 acontecendo aqui, eles não vão lembrar dessas medidas de proteção à saúde.  
3081 Quais são as medidas de proteção? Tipo, não realizar exercícios físicos.

3082

3083

3084 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Mas  
3085 eu não espero que a Resolução tenha esse grau de detalhes.

3086

3087

3088 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3089 **(Apromac)** – Mas o plano de emergência tem que ter.

3090

3091

3092 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Sim,  
3093 mas eu não espero que a Resolução tenha esse grau de detalhe, eu não espero  
3094 que a Resolução tenha esse grau de detalhe, porque isso vai depender do caso a  
3095 caso e do Plano de Emergência Local. Eu não espero que a Resolução tenha  
3096 esse detalhe, então, a minha proposta em cima do texto original, é o Plano de  
3097 Emergência deverá indicar responsáveis pelas declarações, pela declaração dos  
3098 diversos níveis de criticidade, devendo estas declarações e medidas serem, e  
3099 medidas pertinentes serem comunicadas, pode colocar um pertinente, sendo  
3100 comunicadas aos órgão dos governos dos estados. Eu não consigo dizer tudo isso  
3101 que você está me sugerindo num parágrafo único, eu tô tentando limpar o  
3102 parágrafo único, se for necessário ter um anexo, alguma coisa, beleza, mas eu  
3103 não vou colocar esse grau de detalhe na Resolução, não no parágrafo único, não  
3104 tem sentido.

3105

3106

3107 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO – SUPLENTE (Cetesb) –** Posso? Só  
3108 exemplificando isso, Zilda. Se você me permite.

3109

3110

3111 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3112 Cláudio Alonso da CETESB.

3113

3114

3115 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO – SUPLENTE (Cetesb)** – Isso, um sistema  
3116 de comunicação adequado fala sempre, não só o estado de atenção, se você  
3117 entrar hoje, agora, no site de CETESB, ele fala os riscos à saúde que cada nível  
3118 de poluente tem, inclusive, se for do tipo não vá a escola, não participe exercício à  
3119 tarde, enfim, o conjunto de recomendações que são tradicionais, isso não  
3120 depende do Estado de atenção, isso depende de qualquer estado, porque as  
3121 vezes não está na situação ótima, mas está numa situação um pouquinho acima  
3122 do ótima. Você fala, olha, tudo bem, está um pouquinho pior? Não faça exercício a  
3123 tarde. está pior ainda? Você fala não corra, ou seja, um sistema de comunicação,  
3124 ele faz isso, independentemente, do estado ser de atenção, alerta e emergência  
3125 ou qual que for. Hoje na CETESB, se você entrar hoje você ver.

3126

3127

3128 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3129 **(Apramac)** – Então, você vê, está disponível pra quem entrar no site, mas no caso  
3130 de emergência ele tem que ir pra divulgação em meio de comunicação em massa  
3131 pra atingir a população de uma forma diferente.

3132

3133

3134 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
3135 Quem falou foi Evangelina da APROMAC. Vocês não tinham pedido a palavra  
3136 antes? Não? Então tá. Alfredo Rocca.

3137

3138

3139 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Abaixa um pouco o  
3140 caput desse artigo, só pra lembrar que o Jesuíno que pediu pra lembrar, que está  
3141 lá “órgão de meio ambiente de saúde” então, as medidas o pessoal da Saúde já  
3142 fala..

3143

3144

3145 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – E se  
3146 eu coloco algumas medidas que são de saúde dentro de uma Resolução do  
3147 CONAMA, corre o risco da área jurídica me dizer que o CONAMA legisla para  
3148 oSISNAMA, não pros órgãos de saúde. Mas se a gente coloca genericamente  
3149 órgãos de meio ambiente e de saúde, isso é possível de ser mantido no texto.  
3150 Bom. Eu tô entendendo, Evangelina, que a Sociedade Civil, ainda, fica com a  
3151 mesma proposta em relação aos dois planos somente e aquele parágrafo único  
3152 emendado?

3153

3154

3155 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3156 **(Apramac)** – Não. A gente pode avançar, como vocês tirando, visando medidas  
3157 que você não quer colocar as três, você falou que isso não cabe à resolução. E dá  
3158 para colocar o parágrafo?

3159

3160

3161 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não**  
3162 **cabia detalhamento, medidas está lá, medidas continua tendo.**

3163

3164

3165 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3166 **(Apromac) – Então, detalhamento. Se você pegar esse que acabou de ser escrito,**  
3167 **pode botar lá do lado, por favor?**

3168

3169

3170 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Esse**  
3171 **daí que acabou de ser redigido?**

3172

3173

3174 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3175 **(Apromac) – Redigido botar lá do lado da nossa proposta em cima. Só para ver**  
3176 **se a gente já pode acerta o parágrafo?**

3177

3178

3179 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – A**  
3180 **proposta aqui embaixo, a sua proposta está aí. Foi o que você tinha sugerido em**  
3181 **cima do texto daquele parágrafo único.**

3182

3183

3184 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3185 **(Apromac) – A de cima é a que acabou de redigir? Certo?**

3186

3187

3188 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – É a**  
3189 **que está escrito ali “APROMAC vigésima terceira” é a que você acabou sugerindo**  
3190 **a inserção, essa daí.**

3191

3192

3193 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3194 **(Apromac) – Não, mas essa não é, ainda, a nossa, essa foi quem sugeriu... Foi**  
3195 **colada à outra parte, eu quero ver a original.**

3196

3197

3198 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Traz**  
3199 **a dela então e coloca uma cópia ali.**

3200

3201

3202 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3203 **(Apromac) – Só para gente ver o que já dá pra acertar. É essa aí, né? O**  
3204 **parágrafo único.**

3205

3206

3207 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – É**  
3208 **que o objetivo do seu parágrafo único, é diferente do objetivo do outro parágrafo**  
3209 **único. No outro que eu tô só dizendo que vai ter que ser declarado e vai ter que**  
3210 **ser comunicado às autoridades, aí você está dizendo outra coisa.**

3211

3212

3213 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3214 **(Apromac) – Mas está dentro daquele outro desse.**

3215

3216

3217 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não.**  
3218 **O assunto é o mesmo, mas os objetivos dos dois parágrafos únicos são**  
3219 **diferentes. Entendeu? Esse daí tem outras coisas.**

3220

3221

3222 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3223 **(Apromac) – Não. Aí fala das medidas, né? Que você falou que não cabe.**

3224

3225

3226 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Pois**  
3227 **é. O outro não fala das medidas.**

3228

3229

3230 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3231 **(Apromac) – Pois é, mas você falou que não cabe.**

3232

3233

3234 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Mas**  
3235 **o foco dele não é as medidas, é dizer que vai haver a comunicação aos órgãos,**  
3236 **esse é que é o foco dele.**

3237

3238

3239 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3240 **(Apromac) – Desse aqui?**

3241

3242

3243 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não.**  
3244 **Do outro.**

3245

3246

3247 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3248 **(Apromac) – Então, porque o nosso de comunicação está separado.**

3249

3250

3251 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3252 **Cópia e bota um abaixo do outro pra ela ver claramente a diferença entre um e**



3253 outro. Abaixo do nosso, do primeiro, isso. Obrigado, Henrique. É isso. O objetivo  
3254 pra mim do de cima é dizer que vão ser comunicadas aos órgãos de governo dos  
3255 Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, Entidades Privadas e divulgação.  
3256 Tá?

3257

3258

3259 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3260 **(Apromac)** – Não. Eu concordo com esse parágrafo.

3261

3262

3263 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – O  
3264 segundo tem outro objetivo, está falando no que que os planos vão ter que  
3265 contemplar.

3266

3267

3268 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3269 **(Apromac)** –: É, mas você não falou que isso não cabe na Resolução? Que não  
3270 dá pra definir as medidas.

3271

3272

3273 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Será  
3274 só isso ou será isso e mais uma alguma coisa? Eu não sei, confesso...

3275

3276

3277 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3278 **(Apromac)** – O nosso de comunicação está separado também, por isso que ele  
3279 detalha mais os tipos de comunicação em massa.

3280

3281

3282 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,  
3283 mas ai você tu está falando do plano, não está falando de comunicação. Lá em  
3284 cima a gente está falando só do de emergência, é um lembrete para oPlano de  
3285 Emergência. Eu tô entendendo que o teu de comunicação é genérico, aquele que  
3286 cria o Sistema Nacional de Informação de Monitoramento da Qualidade do Ar.

3287

3288

3289 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3290 **(Apromac)** – Não. É do alerta dos episódios críticos, é outro, está abaixo. Esse  
3291 parágrafo único aí não existe mais, esse último, isso... Isso não existe mais.  
3292 Certo? Na verdade não tinha um proponente desse, a gente só acrescentou e  
3293 misturaram as duas coisas, o parágrafo certo é o de cima, esse daí vocês tinham.  
3294 É...

3295

3296

3297 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – O  
3298 que eu tenho de comunicação aqui é no artigo XX e seus incisos na criação do

3299 Sistema Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar. Isso é o que eu achei no  
3300 texto aqui.

3301

3302

3303 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3304 **(Apromac)** – Pode, por favor, descer mais um pouco?

3305

3306

3307 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Que  
3308 taria na página...

3309

3310

3311 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3312 **(Apromac)** – Aí “XX”.

3313

3314

3315 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – XX  
3316 têm vários.

3317

3318

3319 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3320 **(Apromac)** – Esse aí. Esse ai proposta, o de cima, o do meio.

3321

3322

3323 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É,  
3324 mas aí você está sendo impositiva, vai contra aquilo que o Cláudio falou. Você  
3325 está dizendo que em qualquer situação, eu tenho que colocar informações em  
3326 todas as mídias, não é isso que está escrito no seu?

3327

3328

3329 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3330 **(Apromac)** – É. Em atenção e emergência é, a população.

3331

3332

3333 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Em  
3334 todas as mídias?

3335

3336

3337 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3338 **(Apromac)** – É. É de grande massa, só que aí esclarece qual a grande massa,  
3339 televisiva, rádio difusora, digital e impressa. Lá só fala a comunicação de grande  
3340 massa. Então, deixa isso aí.

3341

3342

3343 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
3344 Como ficamos em relação a esse? Os estados concordam com essa proposta?

3345 Não essa daí, aquela outra que ela tava colocando de colocar aí a inserção. Eu  
3346 acho que as duas ou elas são reunidas ou são excludentes, ou uma ou outra, em  
3347 relação a essa e aquela outra que ela levantou. Oi. Ela tirou ou não? Ela mandou  
3348 deixa, ela mandou deixar, não era para tirar não, ela mandou deixar. Ela pediu pra  
3349 deixar, essa daí, ela tem a ver com aquele parágrafo, ela tem que ser alocada lá  
3350 perto daquele parágrafo. Tem a ver exatamente com assunto anterior.

3351

3352

3353 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**  
3354 **(Apramac)** – Evangelina, APROMAC. Eu acho que aquela ali, esse parágrafo  
3355 único pode retirar, porque nós tiraríamos a especificação do das medidas, que  
3356 você já justificou que não caberia aqui, então, a gente tiraria esse e manteria o  
3357 outro. Trouxe de baixo não, acho que esse tava ai, acho que tava ai. Agora esse  
3358 mantém que é mais detalhado, complementa aquele.

3359

3360

3361 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ali eu  
3362 tenho duas coisas. O parágrafo único, esse primeiro aí da tela, não, esse de cima  
3363 eu acho que até pode cortar, eu acho que esse aí pode cortar, porque o debaixo é  
3364 o de cima melhorado, tá? Independentemente, agora esses dois aí têm algo em  
3365 comum, o de cima é genérico ele está falando é no comunicado das medidas  
3366 pertinentes. O da APROMAC/FURPA ele só fala da população em geral, e a cima  
3367 está dando um comando pra Governos. Então isso aí são duas medidas  
3368 diferentes. Eu tô entendendo que o primeiro, eu tenho medidas de divulgação nos  
3369 meios de comunicação de massa e tenho medidas de comunicação formal aos  
3370 Governos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal. No segundo eu tô  
3371 entendendo que ele não contempla a parte de comunicação aos órgão de  
3372 governo, só população em geral, são medidas distintas, correto? Eu já trabalhei  
3373 com educação ambiental um pouco há anos atrás, mas trabalhei um pouco pra  
3374 saber que a gente não pode obrigar, necessariamente, a que todos os meios  
3375 sejam usados como meios de comunicação, porque eles podem não ser aplicados  
3376 a determinada população, não alcançam a população. Eu me lembro uma vez um  
3377 projeto de educação ambiental que nós fizemos com a municípios do Amapá, em  
3378 que a maneira de comunicar com a poluição, nós contratamos um carro com alto-  
3379 falante e isso não taria incluído aí, tá? Então assim, depende, eu não citaria e  
3380 restringiria, porque eu acho que isso não é aplicável na parte de educação  
3381 ambiental. Aí eu acha que nesse aspecto, a gente está pensando muito, vocês  
3382 podem chegar para mim e dizer assim “Ah Zilda, mas esses episódios só vão  
3383 haver em grandes cidades”. Sim, mas eu falo da periferia dessas grandes cidades  
3384 onde estão localizados os parques industriais. Eu vou passar a palavra Aldo da  
3385 Bahia.

3386

3387

3388 **O SR. ALDO CARVALHO DA SILVA – (Governo da Bahia)** – Só  
3389 complementando, Doutora Zilda, sua fala. Não precisa ir nem para o Amapá não,

3390 a gente está trabalhando com cadastro ambiental rural e em alguns lugares é a  
3391 bicicleta com caixinha de som.

3392 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3393 **(Apromac)** – Posso sugerir então? A gente poderia na mídia impressa, digital,  
3394 rádio difusor ou televisiva.

3395

3396

3397 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3398 **Evangelina da APROMAC.**

3399

3400

3401 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3402 **(Apromac)** – Desculpa. Evangelina da APROMAC. Então, mídia impressa, digital,  
3403 rádio difusora, televisiva e ou outras de melhor aplicação.

3404

3405

3406 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Ou  
3407 outros meios de comunicação. Ainda sim, eu tenho dois parágrafos  
3408 complementares e eles estão tratando, eu não consigo, eu acho que se eu deixar  
3409 os dois, eles vão dar uma diferença de redação, mas um está falando uma coisa e  
3410 outro, outra. E os dois falam de comunicação.

3411

3412

3413 **O SR. ALDO CARVALHO DA SILVA – (Governo da Bahia) –** Aldo da Bahia.  
3414 Voltando a falar de educação ambiental, a turma de agroecologia gosta muito de  
3415 utilizar o termo “pedagogia apropriada”, “comunicação apropriada”. O termo  
3416 “apropriada” leva a pessoa a procurar o meio que o local dispõe, que é mais  
3417 efetivo e mais eficiente. Então, a palavra “apropriada” é muito utilizada no meio  
3418 pedagógico.

3419

3420

3421 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu,  
3422 para mim, me satisfaria se eu colocasse do anterior, e aí é só uma reflexão, no  
3423 finalzinho colocasse “e divulgação nos meios de comunicação de massa  
3424 apropriados, ponto”. Porque lá em cima já tô dizendo a declarações de cidades, as  
3425 declarações e medidas a serem comunicadas aos órgãos de governo e divulgação  
3426 nos meios de comunicação de massa apropriados. O que os senhores acham?  
3427 Podemos ficar com o primeiro?

3428

3429

3430 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3431 **(Apromac)** – Eu mantenho o segundo.

3432

3433

3434 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** O  
3435 que você está fazendo aí é detalhar. Ele fala em órgãos de controle ambiental.

3436

3437

3438 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3439 **(Apromac)** – Mantêm, porque isso garante melhor a comunicação a população, e  
3440 além do que aí tem atenção e emergência, não é só emergência, como está  
3441 acima, e ainda ele destaca aquelas que devem se tomadas pela população pra  
3442 minimizar possível danos à saúde. Quer dizer, eu tirei aquele parágrafo, mas aí eu  
3443 garanto melhor a comunicação e a defesa da sociedade.

3444

3445

3446 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
3447 Então temos duas propostas. Correto? Não foi possível juntar em uma só, então  
3448 temos duas.

3449

3450

3451 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3452 **(Apromac)** – Só uma coisa, eu até aceito o primeiro, mas mantenho o segundo  
3453 que eu não vejo... Eu vejo que ele complementa mais.

3454

3455

3456 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não.  
3457 O de cima já está falando em divulgação pra todo mundo, já contempla tudo.

3458

3459

3460 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3461 **(Apromac)** – Eu sei, só que, por exemplo, um site da CETESB pode ser  
3462 considerada um meio de comunicação em massa.

3463

3464

3465 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Em  
3466 algumas circunstâncias pode, obrigatoriamente você tem que colocar...

3467

3468

3469 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3470 **(Apromac)** – O que que garante melhor a defesa disso?

3471

3472

3473 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas  
3474 o de baixo não está me garantindo que eu tenho que colocar em todos.

3475

3476

3477 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3478 **(Apromac)** – Não?

3479

3480

3481 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não.

3482

3483

3484

3485

3486

3487

3488

3489

3490

3491

3492

3493

3494

3495

3496

3497

3498

3499

3500

3501

3502

3503

3504

3505

3506

3507

3508

3509

3510

3511

3512

3513

3514

3515

3516

3517

3518

3519

3520

3521

3522

3523

3524

3525

3526

**A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG (Apramac)** – É. É mais apropriado, mas enfim, ali eu tenho ainda uma garantia de algo mais descrito de uma forma melhor que possa haver uma defesa disso. Porque eu acho, assim, eu acho que a garantia a população, pra mim é uma das questões mais importantes nessa questão dos episódios críticos, que ela é a diretamente afetada, e ela tem direito a essa informação do melhor forma possível. Pra está muito amplo aquilo ali em cima.

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Então, está bom. Ficamos com duas propostas. Vamos tentar limpar o resto do texto. Artigo nono “os níveis de atenção alerta ou emergência que se referem”. É “e emergência” não “ou emergência”, né? A que se refere o artigo oitavo serão declarados quando? “Prevendo-se a manutenção das emissões, bem como condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão dos poluentes das 24 áreas subsequentes forem excedidas uma ou mais condições especificadas nos níveis da tabela a seguir. Inciso primeiro, níveis de atenção, e alerta e emergentes para poluentes e suas concentrações”. Então, eu tenho aí uma tabela com as níveis para SO<sub>2</sub>, material particulado dez e dois e meio, CO, Ozônio, NO<sub>3</sub>, Dióxido de Enxofre, Monóxido de Carbono e Dióxido de Nitrogênio. Ai tem parágrafo primeiro “Será declarado o nível de atenção quando prevendo-se a manutenção das emissões, bem como condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão dos poluentes nas vinte e quatro horas subsequentes for excedida uma ou mais condição no nível de atenção na tabela do inciso primeiro”. Parágrafo segundo “Será declarado o nível de alerta quando prevendo-se manutenção das emissões, bem como condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão dos poluentes nas vinte e quatro horas subsequentes for excedida uma ou mais condições a seguir enumeradas no nível de alerta nas tabelas do inciso um.” Parágrafo terceiro “Será declarado nível de emergência quando prevendo-se manutenção das emissões, bem como condições meteorológicas desfavoráveis à dispersão dos poluentes nas vinte e quatro horas subsequentes for excedida uma ou mais condições enumeradas no nível de emergência da tabela no inciso um. Eu, se não me falha a memória, não tenho outra proposta de tabela, só temos essa. Alguma consideração? (*Fala inaudível ao fundo*) Isso aqui? Não, é outra coisa. É o artigo XX, proposta para oFURP é outro assunto, é a criação do sistema. Foi aquele que nós retiramos e voltou, porque não se cria um sistema para oResolução.

**A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG (Apramac)** – Evangelina da APROMAC. Em relação à tabela, a gente não tem tabela, mas a gente tem outros níveis de proposta.

3527 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Mas**  
3528 **a gente?**

3529

3530 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3531 **(Apromac) – Nós, Sociedade Civil, APROMAC/Ministério Público Federal.**

3532

3533

3534 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Eu**  
3535 **não entendi. O que que é?**

3536

3537

3538 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3539 **(Apromac) – Nós não temos uma tabela formatada dos níveis de atenção e**  
3540 **emergência sugeridos, mas nós temos por escrito, embora, não esteja em tabela.**  
3541 **São outros níveis de atenção e alerta. Não, esse daí é dos órgão ambientais, não**  
3542 **está em tabela, ela perguntou se tinha outra tabela, eu falei que não, não tem**  
3543 **tabela, mas tem por escrito.**

3544

3545

3546 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – É no**  
3547 **artigo doze, mais a seguir. Doze, proposta PROAM, APROMAC e Ministério**  
3548 **Público Federal, aí. Ao se atingir os padrões finais, mas tem alguma, algum erro**  
3549 **de redação. Eu sei que tem coisa antes, mas é que nós não tomamos como igual,**  
3550 **porque aqui está se falando ao se atingir os padrões finais de qualidade do ar, e**  
3551 **nós não estamos falando nesses níveis relacionados somente aos padrões finais.**  
3552 **Estamos falando, também, em relação aos padrões iniciais e intermediário. Vai ter**  
3553 **uma diferença de redação aí.**

3554

3555

3556 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3557 **(Apromac) – Então, o seguinte, o que que nós pensamos? Nós não podemos**  
3558 **propor o nível de atenção e emergência abaixo do que é o padrão intermediário**  
3559 **em vigor, certo? Não teria cabimento, não daria certo isso, entendeu? Se a tem**  
3560 **um padrão em vigor que é cento e vinte, eu não posso propor um nível de**  
3561 **emergência de oitenta, entendeu? Foi essa a questão, como os nossos...**

3562

3563

3564 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Eu**  
3565 **entendi, mas eu não acho lógico, porque se você tem os padrões que estão em**  
3566 **vigor no momento e não são os finais, como é que você aplica uma relação com**  
3567 **finais antes deles entrarem em vigor? Eu entendi...**

3568

3569

3570 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3571 **(Apromac) – Eu disse só o seguinte, que ao se atingir, quando se atingir o padrão**  
3572 **final desta Resolução.**

3573

3574

3575 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3576 Então isso só se aplica depois que se atingir o padrão final?

3577

3578

3579 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3580 **(Apromac)** – Só que antes está escrito uma coisa que você pulou, volta lá,

3581

3582

3583 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – O**  
3584 **que que eu pulei?**

3585

3586

3587 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3588 **(Apromac)** – Volta um pouquinho acima, por favor, antes tem uma outra coisa  
3589 escrita “que enquanto tiver os padrões intermediários será declarado o nível em  
3590 relação aos padrões intermediários exigidos no momento” Ele só se aplica aos  
3591 que nós propusemos, quando entrar o padrão final, porque a nossa proposta de  
3592 padrão, nível crítico e emergência, ela é menor que o padrão em vigor, entendeu?  
3593 Não tenho como propor isso antes. No ponto de vista de saúde essa é a proposta.

3594

3595

3596 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Eu**  
3597 **entendi. Alfredo.**

3598

3599

3600 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Eu sugeriria no nono  
3601 em algum lugar, colocar que quando forem alterados os padrões de qualidade  
3602 esses valores serão revistos.

3603

3604

3605 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Pode**  
3606 **ser também.**

3607

3608

3609 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3610 **(Apromac)** – Mas porque que eu vou deixar isso em branco? Já ponho ai, eu já  
3611 sei qual é, qual que eu quero, qual é o preconizado, vamos dizer assim. Depois  
3612 precisa mudar a resolução pra ter isso.

3613

3614

3615 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3616 **Mudar você pode mudar quantas vezes você quiser, não é isso. É que a lógica**  
3617 **das duas coisas é diferente, né? Esse artigo foi construído, ele foi modificado no**  
3618 **quarto GT, mas ele foi construído com base a entrar em vigor quando a resolução**



3619 entrar em vigor. A sua proposta é uma proposta de que esses níveis de  
3620 emergência, de atenção, alerta e emergência, eles são vinculados só ao padrão  
3621 final da sua tabela ali.

3622

3623

3624 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3625 **(Apromac)** – Não. É que eu assumo que enquanto estiver os intermediários, os  
3626 valores serão os próprios padrões intermediários, eles já são muito altos.

3627

3628

3629 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Alfredo. Não tem  
3630 muito sentido. Tipo, se o padrão é um pouco mais alto e não está sendo  
3631 ultrapassado, um valor mais baixo a gente declinar só em situação de emergência,  
3632 então...

3633

3634

3635 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3636 **(Apromac)** – Por Isso.

3637

3638

3639 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Mas não tem sentido,  
3640 só vai declarar se o valor tiver acima do padrão.

3641

3642

3643 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3644 **(Apromac)** – Pois é, mas acontece que pra salva guarda da saúde isso já é um  
3645 nível alto.

3646

3647

3648 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** –. Então a gente vai  
3649 viver permanentemente em plano de emergência.

3650

3651

3652 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3653 **(Apromac)** – E realmente nós estamos numa situação como essa.

3654

3655

3656 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
3657 sei, eu tô entendendo que aqui, o que eu tenho ouvido falar de qualidade do ar no  
3658 GT de revisão dessa Resolução, na Resolução de queima controlada no mar, eu,  
3659 de queima controlada de óleo pra incidentes com poluição do óleo no mar, eu tive  
3660 o entendimento, vocês me corrijam se eu tiver errada, que existem episódios  
3661 críticos de qualidade do ar em que, eventualmente, e para isso serve o plano.  
3662 Você avalia se naquela região, quantas vezes aquele poluente ultrapassou o  
3663 padrão de qualidade do ar, porque ele pode passar, eventualmente, por exemplo,  
3664 Evangelina. Eu posso ter um incidente, um caminhão tomba, queima, queima óleo,

3665 queima combustível, naturalmente eu vou ter uma situação diferente naquela  
3666 região, não quer dizer que eu precise assinar todo um plano de emergência para  
3667 poder atender aquele acidente, como aquele caso que deu queima no terminal do  
3668 porto de Santos que você controla, que você monitora as correntes e tudo. Mas  
3669 isso para mim não é configurado uma emergência, não sei. Eu não sou  
3670 especialista nessa área, estou fazendo um caminho lógico, eu estou dizendo,  
3671 assim, passar o padrão, pra mim não quer dizer que tenho que provocar todo o  
3672 sistema de emergência.

3673

3674

3675 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3676 **(Apromac)** – Evangelina da APROMAC. É que os nossos padrões estão altos,  
3677 então, segundo a salva guarda da saúde que preconiza a questão de emergência,  
3678 está dentro desse nível, eu não posso, eu não posso sugerir outra coisa que vá  
3679 acima do que deveria ser avisado a população, que é direito dela, então, fica  
3680 nesse compasso é isso. Agora, por exemplo, no caso de um acidente se aumenta  
3681 em vinte e quatro horas a poluição do ar no nível crítico, independente ser é um  
3682 acidente ou não momentaneamente, se em vinte e quatro horas teoricamente  
3683 deveria se avisar a população para ela tomar as precauções de defesa própria.  
3684 Entendeu?

3685

3686

3687 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas  
3688 isso é feito a nível local.

3689

3690

3691 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3692 **(Apromac)** – Sim, mas é no local, sempre no local. É sempre onde está poluído,  
3693 não é no Estado inteiro, não é na cidade inteira, é no local onde está ocorrendo.  
3694 Por exemplo, Cubatão, vamos pegar o exemplo de Cubatão.

3695

3696

3697 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
3698 Deixa eu só te dar um exemplo. Se eu criei uma lógica em cima de valor de alerta,  
3699 é alerta, emergência e atenção. E você está me dizendo que se eu passar o  
3700 padrão, eu já entro na comunicação e já entro na emergência, o que que eu vou  
3701 fazer com atenção e alerta? Eu já vou jogar, passou do padrão já é emergência, é  
3702 isso que está dizendo. Não é isso? Aí também são duas posições bem diferentes.

3703

3704

3705 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3706 **(Apromac)** – Primeiro que a gente só fala de duas, até porque não tem mais uma  
3707 justificativa para ter três, já não se adota as três, nem os Estados Unidos adota as  
3708 três, adota só duas, então, no caso seriam duas, é que o nosso nível está alto de  
3709 padrão.

3710

3711

3712 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Tá,**  
3713 **mas, mesmo assim, pra sua lógica, você não consegue nem adotar as duas, já**  
3714 **que ultrapassou o padrão, já cai na emergência direto. Cadê a primeira?**

3715

3716

3717 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3718 **(Apromac) – Eu só adoto as duas quando tiver o padrão final. Exatamente.**

3719

3720

3721 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3722 **Então a sua proposta também não está clara nisso.**

3723

3724

3725 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3726 **(Apromac) – Não? Está sim, durante o período que perdurar os padrões de**  
3727 **qualidade do ar intermediários, será declarado o nível de emergência. Eu só falo o**  
3728 **nível de emergência, agora embaixo quando eu falo que entra, quando entrar o**  
3729 **padrão final que está embaixo ou está embaixo padrão final, aí a gente tem os**  
3730 **dois. Entendeu?**

3731

3732

3733 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3734 **Entendi, mas antes quando você fala naquele outro artigo que ficou do artigo**  
3735 **sexto, você também fala nas duas coisas, então, aí ficou confuso o texto pra mim.**  
3736 **Pra mim ficou confuso.**

3737

3738

3739 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3740 **(Apromac) – Então, tudo bem. A gente tem que escrever de um outro jeito, mas é**  
3741 **mesmo só quando atingir o padrão final.**

3742

3743

3744 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Eu,**  
3745 **sinceramente, gente optou por tirar isso no terceiro GT, porque não achou muito**  
3746 **lógica essa construção. E eu vejo que seus argumentos são muito subjetivos para**  
3747 **gente poder adotá-los, porque acho que está bom, porque acho que está ruim.**

3748

3749

3750 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3751 **(Apromac) – Não é subjetivo, isso daí é baseado naqueles documentos que**  
3752 **coloquei no site, está lá. Isso não é subjetivo, isso é referência de outros órgãos**  
3753 **ambientais, não tem nada de subjetivo aqui.**

3754

3755

3756 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Pra  
3757 mim está subjetivo.

3758 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb) –** Queria passar a  
3759 palavra para oCláudio.

3760

3761

3762 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO – SUPLENTE (Cetesb) –** Governo do  
3763 Estado de São Paulo, CETESB. Eu não vou ler, porque está em inglês. A gente  
3764 fez uma comunicação direta com a EPA, datada de primeiro de julho, está aqui,  
3765 recente, deste ano. Ela reconhece que os padrões ainda estão, ou seja, eles não  
3766 mexeram no que estava feito, isso está em documento do EPA que nós fizemos a  
3767 consulta direta, EPA adota isto.

3768

3769

3770 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3771 **(Apromac) –** Qual é o valor?

3772

3773

3774 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO – SUPLENTE (Cetesb) –** Ela coloca, falou  
3775 são os mesmos, são esses que estão na tabela, o que estão na tabela. Ela  
3776 reconhece que são velhos, mas elas não mudaram, quer dizer, a gente está  
3777 querendo ser mais reagista que o rei e desculpe, Senhores. A Organização  
3778 Mundial da Saúde, ela não publicou uma tabela, ela publicou um critério, e a gente  
3779 está tentando utilizar um critério pra efetivamente melhorar a qualidade do ar e  
3780 não colocar padrões que não vai... Você vai prender o governador se o padrão  
3781 não está sendo atendido? Não é isso. Eu vou reler o que eu li ontem, porque sabe,  
3782 a gente tem que ter o mínimo de racionalidade, senão vamos sair daqui correndo  
3783 e decretar estado de emergência no País inteiro a partir de agora e não é verdade.  
3784 Vamos lá, os padrões nacionais variarão de acordo com abordagem adotada para  
3785 balancear riscos à saúde, viabilidade técnica, considerações econômicas entre  
3786 outras coisas do nível de desenvolvimento e da capacidade nacional de gerenciar  
3787 a qualidade do ar, nós temos tudo isso? As diretrizes recomendadas pela OMS,  
3788 levam em conta essa heterogeneidade em particular reconhecem, isso é  
3789 documento da OMS, reconhecem que ao formularem políticas de qualidade do ar,  
3790 os governos devem considerar cuidadosamente suas circunstâncias locais, antes  
3791 de adotarem os valores guias diretamente com padrões legais nacionais. A própria  
3792 Organizações Mundial da Saúde fala, cuidado se você não tomar cuidado com o  
3793 que você tem no teu País, não adote esse padrão, eles falam claramente. Agora  
3794 eles sugerem valores intermediários, que a gente colocou como meta um, meta  
3795 dois e meta três, inclusive de forma mais rígida. A gente não está nem no meta  
3796 um, já está querendo declarar estado de emergência geral, me prova que existe  
3797 risco e é eminente, está gente morrendo na rua por causa disso. O que está hoje,  
3798 tem mais internação hospitalar, que ontem, que vai ter amanhã, do que hoje,  
3799 porque esses níveis, nós já estamos vivendo eles, sabe que nós vamos criar uma  
3800 loucura nesse País.

3801

3802

3803

**A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG (Apromac)** – Zilda, eu posso ler a referência que tenho aqui também?

3804

3805

3806

3807

**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
Pode.

3808

3809

3810

3811

**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Nós estamos batendo de volta naquela coisa que a gente não ía mais fazer. Questão de ordem, nós não íamos mais bater nesse negócio, vai ter que votar mesmo, por que nós vamos ficar gastando os nossos ouvidos e nossa paciência aqui?

3812

3813

3814

3815

3816

3817

**A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG (Apromac)** – Só ler a referência que estou aqui. Só a referência que eu tenho aqui que é EPA, tá? Que é o que vocês adotam, que está desatualizado o da CETESB. Aqui ele fala, está aqui publicado em dois mil e quatorze, eles dizem que na categoria “*very unhealthy*” que é o vermelho do IQA, não, é o roxo, ele fala o seguinte, que o alerta, primeiro que ele só têm dois, alerta e emergência. Que o alerta seria disparado entre valores de 200 e 300, ali é 420, e o valor de emergência seria para PM10, acima de 300. Esses valores do EPA são maiores do que são os outros dois países, que eu dei como exemplo, que são Londres e Paris, França e Inglaterra. Eles são maiores, mas ainda sim são menores do que esse. Isso é uma referência do EPA explicando a população o que se refere a emergência e alerta.

3818

3819

3820

3821

3822

3823

3824

3825

3826

3827

3828

3829

3830

3831

**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO – SUPLENTE (Cetesb)** – Um esclarecimento. Neste caso em que o EPA determina, que você diz que sai correndo por aí fechando indústria, parando o trânsito, eles fazem tudo isso nesses níveis?

3832

3833

3834

3835

3836

3837

**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Bom. Então eu entendi que nós temos, neste caso também, duas propostas de texto distinta. Dois raciocínios desenvolvidos de maneira distinta, eu acho muito temeroso a gente colocar numa Resolução que passou o padrão já é considerado emergência, eu acho que isso cria, digo isso também, porque eu trabalhei com emergências de queimadas e emergências por derramamento de óleo no mar, não é por poluição de ar, mas são emergências em que você cria planos de contingência e planos de emergência, trabalhei com isso no IBAMA durante algum tempo. Não conheço nada, eu acho que se você determinar um episódio como crítico e como problemático, você não pode dizer que é simplesmente porque passou do padrão, eu acho que a gente não... Eu acho que não se aplicaria o

3838

3839

3840

3841

3842

3843

3844

3845

3848 princípio da precaução à decretação de um estado de emergência, eu acho que  
3849 isso criaria uma confusão e uma confusão principalmente na população que não  
3850 vai entender, vai entender isso como episódio grave e ele não é propriamente  
3851 grave ainda. Eu já entendi que a poluição ar afeta níveis indesejáveis que causa  
3852 mortes, que causa problemas de saúde, isso já entendi tudo, mas aqui nós  
3853 estamos falando de pegar um nível e dizer que qualquer ultrapassagem dele é um  
3854 considerado um estado crítico, eu tenho que tomar uma série de medidas pra que  
3855 isso ocorra, fazer uma mobilização para que isso seja contido. Quer dizer, eu acho  
3856 que daí é um espaço muito curto de negociação e a gente já viu que episódios de  
3857 poluição do ar, eles podem ter múltiplas causas e fatores, isso pode causar um  
3858 problema. Eu acho que não adianta ficar discutindo sobre isso, vamos avançar.

3859

3860

3861 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Eu só queria fazer  
3862 uma sugestão. Viu, Evangelina? Eles poderiam fazer uma tabela análoga para  
3863 gente ter mais comparação e na próxima votar isso também.

3864

3865

3866 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas  
3867 de qualquer sorte, Alfredo, a lógica é diferente. No caso, os níveis que a  
3868 Sociedade Civil está propondo, eles só se aplicam aos padrões finais, eu acho que  
3869 o que complica é o outro artigo que fala que quando tiver os padrões  
3870 intermediários em vigor, qualquer ultrapassagem dos padrões intermediários já é  
3871 considerado um estado de emergência. Eu acho que isso é muito pior do que a  
3872 tabela, eu acho que isso causa uma confusão. Isso aí funciona como uma maneira  
3873 de pressionar para chegar lá, mas isso pode causar uma confusão jurídica e legal  
3874 pra ser cumprida.

3875

3876

3877 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3878 **(Apromac)** – Então posso fazer uma sugestão da gente fazer de novo essa  
3879 proposta por escrito e voltar a estudar a possibilidade de rever a questão dos  
3880 padrões de alerta e de emergência, escrever junto com a justificativa técnica que  
3881 eu tenho referência do EPA, que é algo mais fácil talvez de ser aceitável e não  
3882 votar isso agora.

3883

3884

3885 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Isso  
3886 não vai ser votado agora, mas na próxima reunião nós vamos colocar em votação.  
3887 Eu volto a reforçar que o argumento técnico que a APROMAC tiver pra trazer,  
3888 ótimo. Qualquer proposta de texto não exige uma justificativa técnica por escrito e  
3889 sim uma sustentação oral.

3890

3891

3892 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3893 **(Apromac)** – Eu me proponho a fazer isso pra ficar mais claro pros membros e  
3894 gostaria, também, de ter a mesma coisa dos órgãos ambientais.

3895 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É  
3896 uma prerrogativa sua, não pode ser uma exigência dessa presidência, eu peço  
3897 que todos apresentem as suas justificativas técnicas, mas não necessariamente  
3898 avaliamos aqui pareceres e posicionamentos individuais, a Câmara Técnica não  
3899 tem esse caráter.

3900

3901

3902 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – O Cláudio Alonso ,  
3903 Governo do Estado de São Paulo, gostaria de falar.

3904

3905

3906 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
3907 Antes eu acho que o Wanderley pediu a palavra. Não?

3908

3909

3910 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – É um compromisso nosso  
3911 colocar à disposição do site do MMA, a resolução que está na minha mão, a gente  
3912 coloca as coisas chique em inglês, em que os números são exatamente o que a  
3913 gente está propondo, data de hoje, está aqui isso da EPA, isso a gente se  
3914 compromete a por e essa é a nossa justificativa.

3915

3916

3917 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – está  
3918 bom. Obrigada, Cláudio Alonso. Bom. Vamos lá, qual é a próximo? Então nós  
3919 temos no artigo nono, era bom a gente deixar... Vamos fazer o seguinte, proposta  
3920 quarto GT e tem aí colocar o artigo nono na proposta, aí como é que nós vamos  
3921 colocar? Porque o artigo nono nosso tem isso, a proposta que a Sociedade Civil  
3922 está propondo são dois artigos, não é isso? Mas é um pouco diferente, né? Bom  
3923 eu tenho que guardar isso na minha memória que não vou conseguir guardar isso  
3924 na minha memória. Vamos lá, então vamos subir, nós tínhamos lido o nono e aí eu  
3925 pulei para odoze para poder trazer a proposta pra APROMAC, então, vamos lá.  
3926 Tem o artigo "XX", ele tinha sido retirado, pergunto, posso manter a retirada do  
3927 Sistema Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar? Eu só posso criar  
3928 sistemas por lei, mediante lei, eu não posso criar sistema em Resolução do  
3929 CONAMA. Sistema Nacional do Meio Ambiente, lei meia nove três oito, Sistema  
3930 Nacional de Recursos Hídricos, lei nove mil... Não me lembro de cor, mas  
3931 sistemas havia um entendimento lá atrás, quando o CONAMA começou a  
3932 trabalhar da criação de programas e sistemas por Resolução. Esse entendimento  
3933 veio por terra, então, hoje eu não crio mais sistemas por Resolução, só por lei,  
3934 posso retirar?

3935

3936

3937 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3938 **(Apromac)** – Deixa eu te fazer uma pergunta. Qual mecanismo se pode criar pra  
3939 contemplar um sistema homogêneo, vamos dizer assim, porque isso foi discutido  
3940 no GT a partir de uma observação, até foi de um órgão ambiental, que cada órgão  
3941 informava de uma forma diferente, né? Usava um valor de padrão, usava um  
3942 índice de qualidade do ar, e então veio essa proposta de na tentativa de  
3943 homogeneizar essa informação de que o Brasil adotasse uma única forma de  
3944 informar as questões de qualidade do ar, e eu não sei se aqui então a gente  
3945 poderia contemplar, isso que não a criação de um sistema, porque na verdade,  
3946 hoje todos os dados de monitoramento não são únicos, cada pessoas tem que  
3947 entrar no site do órgão ambiental do Estado. Quem fez essa junção foi o IEMA,  
3948 então, existe isso mais a partir desta plataforma a qualidade do ar do IEMA,  
3949 inclusive, é a plataforma que é visitada pelos órgãos mundiais, inclusive,  
3950 Organização Mundial de Saúde e, além disso, existe uma forma diferente de  
3951 comunicação entre os órgãos ambientais e estaduais, era nesse sentido.

3952

3953

3954 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Eu entendo a  
3955 situação dela, é que assim, o Estado de São Paulo. Alfredo Rocca, Estado de São  
3956 Paulo. viu é que...

3957

3958

3959 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Você  
3960 quer esclarecer?

3961

3962

3963 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – O que você está  
3964 querendo dizer é, São Paulo tem lá a divulgação da qualidade do ar nos moldes  
3965 dele lá no site da CETESB, vai para o jornal alguma coisa. Você queria para  
3966 o Brasil inteiro ter um lugar onde pessoa iria naquele único lugar e visse as  
3967 informações de tudo que é lugar, é isso ou não?

3968

3969

3970 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
3971 **(Apromac)** – Evangelina, APROMAC. Isso já existe, mas não oficialmente o  
3972 governo, né? Mas a maior preocupação, além de terem os dados reunidos como  
3973 federal, é a forma, quer dizer, a metodologia pra comunicação, porque, por  
3974 exemplo, hoje o órgão São Paulo, por exemplo, tem um padrão que é menor do  
3975 que outros Estados, então, cada um as vezes têm uma regra diferente, um tem o  
3976 índice de qualidade do ar, o outro não tem, entendeu? Porque senão a  
3977 informação, mesmo agora em relação aos padrões, vai ficar confusa nos  
3978 diferentes estados.

3979

3980

3981 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Olha  
3982 Evangelina. Eu acho que falei isso pra você, quando você fez essa sugestão no



3983 grupo de trabalho, eu tenho a resolução trezentos e treze de dois mil e dois que  
3984 cria o inventário nacional de resíduos sólidos industriais. Nós abrimos uma linha  
3985 de financiamento na época no Fundo Nacional do Meio Ambiente pra que os  
3986 Estados fizessem o inventário e os declarassem da mesma forma. O IBAMA foi  
3987 financiado na época pra ter um relatório específico de declaração e nós nunca  
3988 conseguimos consolidar essas informações, porque assim mesmo cada Estado  
3989 declarou isso de um forma. Então assim, a Resolução pode citar alguma forma,  
3990 mas não vai ser o nome, sistema, banco de dados, alguma coisa desse tipo, que  
3991 vai dizer, eu também te confesso que eu desconheço uma resolução que traga em  
3992 detalhe a maneira como será dado o aporte dessas informações e o detalhamento  
3993 delas. Eu confesso que eu não sei como fazer, se o Sistema Nacional de  
3994 Informações de Ambiente tivesse funcionando bem, poque já tem um Sistema  
3995 Nacional de Informações dentro do Sistema Nacional de Meio Ambiente, que eu  
3996 acho que hoje é coordenado pelo Ministério, eu não sei exatamente quem  
3997 coordena esse sistema hoje. É SINIMA, durante muito tempo foi o IBAMA, mas  
3998 hoje eu não sei se é o Ministério. Gente, será que a conversa está interessante ou  
3999 a gente pode acabar a reunião aqui agora? Porque é tanta conversa colateral, que  
4000 a impressão que eu tenho é que tô falando pras paredes. Então assim, ou se  
4001 aporta informações diretamente ou se coloca nessa Resolução um conteúdo  
4002 mínimo que tem que ter os Estados, agora a forma de divulgação, eu me recordo  
4003 que nessa do inventário, São Paulo foi o primeiro a comunicar que não ia fazer o  
4004 que a Resolução estava pedindo, porque ele tinha sistemas próprios de inventariar  
4005 os seus dados, então, quarenta do por cento dos resíduos sólidos industriais  
4006 gerados no país à época, não eram computados, porque São Paulo não queria  
4007 fazer parte do inventário por uma decisão política do então Secretário que agora  
4008 está nos aporrinhando por outros motivos, com o Governo Federal, o mesmo era o  
4009 mesmo. Você não sabe quem é, eu sei, vou refrescar a tua memória.

4010  
4011

4012 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO – SUPLENTE (Cetesb)** – Zilda, a resolução  
4013 já traz no anexo um o conteúdo mínimo.

4014  
4015

4016 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,  
4017 mas o conteúdo mínimo do Plano, o que ela está falando é outra coisa.

4018  
4019

4020 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO – SUPLENTE (Cetesb)** – Conteúdo mínimo  
4021 para o relatório de monitoramento de qualidade do ar.

4022  
4023

4024 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ela  
4025 está falando em dados de monitoramento da qualidade do ar, serem  
4026 disponibilizados de uma maneira acessível e homogênea pra que você possa ter  
4027 acesso a uma base de dados nacionais. O que ela está falando é uma outra coisa,

4028 Bernardo. isso daí é o que cada Estado tem que fazer o que ela está falando é o  
4029 sistema de informação ele ser conectado ele ser único

4030

4031

4032 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Zilda, eu posso  
4033 esclarecer um pouco isso?

4034 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Isso  
4035 ai é o que cada Estado tem que fazer, o que ela está falando é o sistema da  
4036 informação, ele ser conectado, ele ser único...

4037

4038

4039 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Zilda, posso falar  
4040 uma coisa? Que às vezes ajuda a esclarecer tudo isso. O que pega é que ele falo  
4041 assim, que é um Sistema Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar, quando  
4042 você fala que é sistema qualidade do ar, dá a impressão que uma agência na  
4043 federal vai ter que ter todas as estações, operar a estação, gerar o dado, compilar  
4044 o dado, etc e etc. Então, na verdade o que sequer, é um sistema unificado de  
4045 divulgação dos dados de qualidades do ar, que esclarecendo o que você está  
4046 falando, o de qualidade ele é gerado, sei lá, mensalmente, diariamente, não sei  
4047 com que frequência esse dado que as pessoas querem ver. Esse relatório do  
4048 anexo é um que vai ser mandado especificamente pra avaliação da revisão dos  
4049 padrões, não é isso, gente? São três coisas, o que confunde e eu acho que cria  
4050 essa situação irregular ou ilegal é o Sistema Nacional de Monitoramento, porque  
4051 tem a implicação de ter a estação, que até o Cláudio está falando é uma coisa  
4052 caríssima, então, talvez o que se quer na verdade é um sistema de divulgação de  
4053 dados de qualidade do ar integrado. Pode fazer algumas coisinhas, o que esse  
4054 sistema deve seguir pra homogeneizar, realmente, sistema de monitoramento de  
4055 qualidades implica em operar uma rede e tudo. Agora, o Cláudio queria passar  
4056 outra informação. O que que era, Cláudio?

4057

4058

4059 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4060 **(Apromac)** – O próprio, essa junção, esse trabalho que o IEMA fez não poderia se  
4061 tornar isso uma política pública e ser adotado com federal? Hein, Zilda? Fazer  
4062 uma pergunta, que já existe. A plataforma de qualidade do ar que foi desenvolvida  
4063 pelo IEMA não poderia se tornar uma plataforma federal, essa nacional, porque já  
4064 está pronta, eles já fazem isso, já tem já desenvolveram eles trazem os dados  
4065 todos os dias, não poderia isso?

4066

4067

4068 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eles  
4069 vão doar para o Governo? O Governo não pode comprar deles.

4070

4071

4072 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4073 **(Apromac)** – Eu acho que seria um caminho. Eu sei, mas não poderia se tornar  
4074 uma política pública? Até para o IEMA é interessante isso, eu acho.

4075

4076

4077 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4078 Interessante é, só que as coisas não são dessa forma como você está citando.

4079

4080 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4081 **(Apromac)** – Mas haveria essa possibilidade?

4082

4083

4084 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
4085 acho que não. Eu acho que não. O IEMA é uma organização, trabalha com  
4086 consultoria, é uma empresa de consultoria.

4087

4088

4089 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4090 **(Apromac)** – Não, não. Ele é, teoricamente, ele é uma OCP e têm os principais, o  
4091 principal propósito dele é em relação à sociedade.

4092

4093

4094 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não.  
4095 O principal propósito da área de governo é trazer benefício para a sociedade  
4096 também, mas gente tem regras para cumprir, para chegar a isso. Aliás, é muito  
4097 fiscalizado pra fazer um bocado de coisa.

4098

4099

4100 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4101 **(Apromac)** – Teria que se iniciar do zero esse sistema?

4102

4103

4104 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
4105 não sei como é que isso pode ser feito, não sei. Porque qualquer atitude desse  
4106 tipo, ela vai implicar... Ele vai fazer isso graciosamente? É o primeiro ponto. Se o  
4107 Ministério tiver que adquirir de alguém vai ter que fazer um edital, então é um  
4108 edital de chamamento de propostas. Nada do Governo é fácil em relação a se  
4109 apropriar, comprar ou receber, mesmo adoção é a coisa mais complicada que  
4110 tem, mesmo adoção é a coisa mais complicada que tem.

4111

4112

4113 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO – SUPLENTE (Cetesb) –** Só posso  
4114 complementar uma coisa que você falou, Zilda. É sobre o inventário, é uma coisa  
4115 muito complexa, parece que é “nhe, nhe”, mas não é não. São Paulo tem alguma  
4116 parte do seu inventário de emissão de poluição do ar, mais ou menos planilhado  
4117 um pouco na mão, um pouco no excel de forma desorganizada, agora nós

4118 conseguimos uma verba para começar a fazer um sistema. Essa verba para  
4119 organizar o sistema inicial do nosso inventário é cinco milhões, para o Estado é um  
4120 monte, imagina pra outros estados, ou seja, temos que andar? Temos, mas as  
4121 coisas custam. Um Sistema Nacional, por exemplo, de Informação de qualidade  
4122 do ar é legal? É claro que é legal, mas que grande benefício nós teríamos num  
4123 caso desse? Muito pouco, os Estados têm, quer dizer, a coisa é mais local, é  
4124 bonito, é legal.

4125

4126 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** A  
4127 dificuldade quando vai sentar e vai juntar esses dados para o país inteiro, mas eu  
4128 acho que boa parte das tuas preocupações, Evangelina. É porque a Resolução  
4129 ficou muito tempo sem ser revista, cada Estado vinha praticando uma forma  
4130 diferente. A gente tem que procurar aportar esse texto à quantidade maior de  
4131 indicativos pra que a gente consiga chegar lá. Agora eu continuo achando que em  
4132 relatório da qualidade do ar, eu acho que ele precisa ser bem desenvolvido no  
4133 Estado, eu acho que cada Estado tendo o seu completinho, bonitinho, a gente  
4134 consegue... Talvez daqui há alguns anos a gente tenha suporte, eu te digo o  
4135 seguinte, nós temos obrigação pela política de resíduos sólidos de implementar o  
4136 Sistema Nacional de Formação de Resíduos Sólidos e a gente tem dificuldade,  
4137 porque não tem gente de TI no Governo, é todo mundo contratado temporário, é  
4138 uma dificuldade brutal que o Governo tem para poder desenvolver sistemas de  
4139 informações. muitas vezes a Sociedade Civil ou a Academia, tem muito mais  
4140 facilidade do que nós pra isso. Então, voltando aqui a minha pergunta, essa  
4141 criação do sistema pode ser tachado, Evangelina?

4142

4143

4144 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –**  
4145 Carlos Bocuhy do PROAM. É nós estamos pensando sobre a necessidade que  
4146 nós vemos, São Paulo já tem o sistema de informação da CETESB, mas seria  
4147 muito interessante que todos os estados tivessem isso pra que população local  
4148 tivesse acesso, e aí tem uma série de utilidades que pode se ter com relação a  
4149 qualidade do ar, essa boa informação que até para auxílio de diagnóstico médico,  
4150 essa coisa toda que a gente já conversou durante a época do grupo de trabalho.  
4151 Então, nós estamos pensando nessas duas possibilidades, tem a questão de ter  
4152 um inventário nacional que seria interessante para saber como é que a coisa anda  
4153 em território nacional, e teria ter, também, digamos, essa preocupação com uma  
4154 situação mais local, talvez até georreferenciada, que nos possibilitasse uma  
4155 eficácia no sentido de impulsionar a política por ali. Eu explico, por exemplo, se  
4156 você tiver uma cidade georreferenciada com qualidade ambiental por regiões,  
4157 você tem naturalmente na hora de escolha de um imóvel, ou qualquer coisa assim,  
4158 você tem a possibilidade de saber quais são as áreas mais poluídas, então, isso  
4159 acaba interferindo na própria dinâmica de uso e ocupação do solo e isso  
4160 impulsiona outros setores da economia no sentido de pressionar politicamente  
4161 por uma política de alento. Nós pensamos nessa possibilidade maior que... Maior,  
4162 digo no local, no sentido de maior uso, como uma ferramenta de gestão, isso não

4163 está contemplado na Resolução. Eu até pensei aqui, será que no manual que será  
4164 elaborado isso poderia ser recomendado de alguma forma? Poderia ser...

4165

4166

4167 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4168 Manual de Método de Referência, não é pra sistema de informação.

4169

4170

4171 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –** Não  
4172 seria muito interessante que uma Resolução sobre padrões de qualidade do ar  
4173 saísse com esse viés de estabelecer localmente umas diretrizes de formação  
4174 mínima à população.

4175

4176

4177 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4178 Ministério do Meio Ambiente está tentando criar por meio de um acordo de  
4179 cooperação com o IBAMA e deve trazer pra essa Câmara Técnica uma proposta  
4180 de Resolução nos próximos meses, criando no Brasil um instrumento internacional  
4181 que é o RETEP, é o PRTR em inglês, registros de emissões e transferência de  
4182 poluentes, ele pretende que essas informações sejam georreferenciadas, nós  
4183 ainda não temos esse formato. Nós estamos tentando construir isso há pelo  
4184 menos nove anos e não é uma tarefa fácil. Mas se eu crio um sistema, eu acho  
4185 que a necessidade de divulgação, de acesso a informação, eu não tenho a menor  
4186 dúvida sobre a necessidade dela, mas eu acho que qualquer Governo Estadual ou  
4187 Federal, não vai ter essa agilidade que a gente consegue, que a gente deseja pra  
4188 por isso em prática, porque normalmente sistemas informatizados, você  
4189 georreferenciar as informações já é cara. Eu conheço o SINIR, Sistema Nacional de  
4190 Informações de Resíduos Sólidos que está aia praça que eu me lembre desde  
4191 dois mil e três, dois mil e dois, dois mil e três esse sistema está praça. E até hoje  
4192 já tem algumas informações ai de bom calibre, mas tem ainda uma restrição muito  
4193 grande às informações que estão sendo colocadas, eu acho que é importante,  
4194 mas eu acho que a gente poderia... O Sistema Nacional poderia se aproveitar os  
4195 incisos desse artigo, mas não na criação de um sistema. Na criação de  
4196 informações mínimas que deveriam ser compatibilizadas e disponibilizadas pelos  
4197 Estados no mínimo pela Internet, alguma coisa desse tipo. O que me preocupa  
4198 nessa proposta dos senhores, é criação do Sistema Nacional. Eu não posso criar.  
4199 Muda isso pra um outro sistema, uma outra forma.

4200

4201

4202 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –** O que  
4203 nós estamos pensando é justamente uma outra forma que a gente possa atingir  
4204 esse objetivo sem cair ai numa perspectiva de impossibilidade normativa. Talvez,  
4205 eu queria entender melhor o que a Senhora se refere com relação a proposta  
4206 futura de um sistema de troca... Como é o nome?

4207

4208

4209 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4210 **RETEP.**

4211

4212

4213 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –** Ele se  
4214 refere exatamente ao o que? Emissões?

4215

4216

4217 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4218 **Emissões e poluentes. Resíduos e emissões para oar, as duas coisas. Mas tem**  
4219 **emissões também. Eu não tenho aqui de cor quais são todos os poluentes, tem a**  
4220 **lista e são mais de cem.**

4221

4222

4223 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –**  
4224 **Durante os trabalhos do CNEA do cadastro nacional da entidades ambientalistas,**  
4225 **foi proposta pelo Secretário de Articulação Institucional, uma série de**  
4226 **modificações no próprio site do MMA, no sentido de abrigar algumas informações**  
4227 **específicas do movimento ambiental, como por exemplo, uma página que**  
4228 **agregasse todos os eventos que tivessem acontecendo no Brasil. Não seria**  
4229 **possível uma adaptação do próprio site do Ministério do Meio Ambiente pra**  
4230 **abrigar um relatório de qualidade ambiental dos Estados?**

4231

4232

4233 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** O  
4234 **relatório de qualidade ambiental hoje não é um documento em tabelas ou**  
4235 **informações sobre o monitoramento conforme o que se pretende aqui com a**  
4236 **qualidade do ar, ele hoje não é assim.**

4237

4238

4239 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –** Teria  
4240 **que ser um programa específico, é isso?**

4241

4242

4243 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**Sim.  
4244 **Com certeza...**

4245

4246

4247 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –** Não  
4248 **poderia ser, se tem um pessoal que alimenta o site, esse material não poderia ser**  
4249 **transcodificado diariamente e postado no site?**

4250

4251

4252 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4253 **O Senhor está falando em relação a que? Eu não estou entendendo.**

4254

4255

4256 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –** É a  
4257 disponibilização de dados, se tem alimentação garantida por parte dos Estados  
4258 com a informação...

4259

4260

4261 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**Esse  
4262 RETEP ao qual eu me refiro, quem vai alimentar são as empresas em relação às  
4263 emissões que elas tem. Não é uma emissão de fontes, não é uma alimentação  
4264 prevista pelos órgãos ambientais.

4265

4266

4267 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –** Mas o  
4268 que eu tô sugerindo aqui é que você já tem espaços de internet que estão bem  
4269 consolidados, bem estruturados como o site do MMA, que eventualmente  
4270 poderiam abrigar isso.

4271

4272

4273 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4274 Desconheço.

4275

4276

4277 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –** É.  
4278 Talvez o programa sim, eu também desconheço um programa que pudesse  
4279 abrigar todos os dados que chegassem, mas eu acho que o instrumento e a  
4280 possibilidade de adaptar o site é uma realidade. Poderia tentar conversar com a  
4281 área técnica.

4282

4283

4284 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não  
4285 é só um site, Bocuhy. Não é só um site, você precisa ter um sistema de receber as  
4286 informações e colocá-las tabuladas, disponibilizadas para o público, não adianta  
4287 colocar um amontoado de informações que você não tem como lidar com elas. O  
4288 Ibama tenta já a uns dois anos a renovação da empresa que faz... Pena que a  
4289 Jacimara saiu, mas João está aí, que faz a parte de informática, um dos  
4290 propósitos é atualizar o Cadastro Técnico Federal, que existe desde dois mil dez,  
4291 mas ele está precisando fazer uma renovação, uma atualizada, uma  
4292 modernização, vamos dizer assim. Então, são dados brutos, uma coisa é você ter  
4293 dados brutos, mas dados brutos não dizem respeito, hoje da maneira como tão  
4294 muitas informações no IBAMA, que são aportadas, você precisaria entrar em cada  
4295 CNPJ pra poder juntar e fazer um relatório único, não tem um sistema único de  
4296 busca. A Jacimara me disse que a empresa ainda não foi contratada, ela falou  
4297 isso ontem, ela me falou isso ontem, desculpe eu te contradizer, mas ontem ela  
4298 me disse que empresa ainda não foi contratada. Não. Ela me disse que ainda não  
4299 foi contratada, tanto que provisoriamente o CTF está todo hospedado aqui no  
4300 Ministério. Como? Eu não sei, mas os dados foram hospedados aqui pra se ter o

4301 mínimo de manutenção. Não sei. O assunto é complexo, ele é importante, mas ele  
4302 também é complexo, eu não sei... Pensem que ao colocar essas informações aí, a  
4303 gente vai ter que ver como se exigir dos Estados as informações quanto ao  
4304 monitoramento da qualidade do ar.

4305

4306

4307 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) – É.** Se  
4308 você tiver uma plataforma do Ministério com a exigência daquilo que deva ser  
4309 fornecido é fácil botar.

4310

4311

4312 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4313 **Médio.**

4314

4315

4316 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) – Se**  
4317 **tiver alguém pra fazer esse trabalho.**

4318

4319

4320 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Eu**  
4321 **estou a sete anos tentando montar o Sistema Nacional de Resíduos Sólidos que é**  
4322 **uma obrigação por lei do Ministério, por lei é uma obrigação, estou a sete anos**  
4323 **tentando montar. Não é tão fácil assim não.**

4324

4325

4326 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) – Sim,**  
4327 **mas nesses casos estamos falando de poucos parâmetros.**

4328

4329

4330 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não**  
4331 **importa, Bocuhy. Não importa.**

4332

4333

4334 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) – Está**  
4335 **se tratando aqui de poucos parâmetros, padrão de qualidade do ar de poucos. A**  
4336 **situação é muito mais complexa quando você trata de outras situações, mas**  
4337 **nesse caso aqui, se tiver uma formula.**

4338

4339

4340 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – O**  
4341 **que o Secretário da SAIC propôs aos Senhores na do CNEA foi colocar eventos**  
4342 **dentro da página do Ministério, eventos é a coisa mais atoa. Você capita esses**  
4343 **eventos, coloca na página e coloca um grande calendário de eventos, ai isso aí**  
4344 **até eu que mal sei fazer trabalhar com Excel, eu consigo colocar, desculpe eu**  
4345 **simplificar, mas o que a gente está falando é uma diversidade de informação de**  
4346 **diversas fontes, que vão ter um relatório. Não adianta nada eu saber que em São**



4347 Paulo ontem na Mooca o índice de material particulado foi tanto, esse dado não  
4348 vai me dizer muito coisa, eu tenho que ter esse dado trabalhado pra poder  
4349 entender.

4350

4351

4352 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) –**  
4353 Então, Doutora. Eu acho que nós temos dois objetivos distintos, um é informar a  
4354 população e outro é o quadro da situação nacional, são duas coisas distintas.

4355

4356

4357 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Bom.**  
4358 Eu aguardo, então na próxima reunião vocês fazem uma proposta de que  
4359 modifique minimamente esse artigo e que traga alguma coisa em relação as  
4360 informações.

4361

4362

4363 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY – SUPLENTE (Sodemap) – Ok.**  
4364 Faremos isso então, eu acho que assim já encaminha.

4365

4366

4367 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4368 Agora esse link, por exemplo, vocês colocam ali, não existe em lugar nenhum do  
4369 texto uma obrigação do IBAMA consolidar a nível nacional os dados que são  
4370 mandados dos Estados, até porque... Isso eu também não sei se seria possível,  
4371 sabe? Alguns comandos estão muito amplos e se misturam. Eu não sei se são  
4372 para o Estado ou para o Município. É bom rever isso pra que a gente, pra que a  
4373 gente não fique com o texto muito confuso. Vamos seguir adiante? Pelo menos  
4374 mais um pouco? Os “XX” é os episódios críticos. Onde é que você tá? Coloca uma  
4375 observação nesse aqui, que a PROAM, FURPA, Ministério Público. A APROMAC,  
4376 né? FURPA não está aqui. A APROMAC e PROAM vão trazer um proposta pra  
4377 esse artigo na próxima reunião. E na próxima reunião, lembro aos senhores, eu  
4378 lembro aos senhores que na próxima reunião nós teremos as seguintes estratégia,  
4379 os assuntos aqui debatidos, e várias vezes um número diferente aí de membros  
4380 da Câmara Técnica, disseram, assim, a não na próxima reunião eu trago a minuta  
4381 de texto, na próxima reunião eu trago uma minuta de texto. Nós temos que  
4382 apresentar, é desejável que pra todos debatam sem nenhuma dúvida que essa.  
4383 Nós vamos dar um prazo, vamos fazer isso até agora, nós vamos conseguir  
4384 marcar ainda uma reunião esse ano ou não? Eu tenho três semanas de férias, a  
4385 partir de segunda-feira, não tirei férias esse ano, então eu tenho três semanas de  
4386 férias, eu vou está de volta dia vinte, eu tenho disponibilidade talvez de marcar  
4387 uma reunião na segunda semana de dezembro, é porque a proposta que o  
4388 Ministério vai fazer e que a gente negocia, ela vai ter que chegar aqui antes da  
4389 convocação da reunião para o documento fazer parte da convocação da reunião.  
4390 Aí eu não tenho condições de discutir com minha equipe essa proposta, porque eu  
4391 vou está de férias, então, eu não consigo fazer uma reunião em novembro,  
4392 correto? Tem que sentar com a minha equipe, com Ibama, com o Ministério da

4393 Saúde. Sentar e ver se a proposta que nós temos, ela pode ser modificada. Nós e  
4394 o IBAMA temos compromisso na primeira semana de dezembro, então assim, eu  
4395 acho que a gente teria disponibilidade na semana do dia onze de dezembro.  
4396 Dezembro, eu estou de férias em novembro, dezembro na semana do dia onze de  
4397 dezembro, na semana anterior nós e o IBAMA temos um seminário com a  
4398 Cooperação com a Suécia, por outros motivos nós não temos como estar aqui, só  
4399 na semana do dia onze. A gente pode deixar pré agendado doze e treze de  
4400 dezembro. Acabei de dizer, na semana do dia quatro nós temos um seminário  
4401 com a Suécia, eu e o IBAMA, eu não tenho condições de estar aqui, é a semana  
4402 toda, é de quatro a sete o seminário que eu tenho com Suécia, eu a Jacimara e a  
4403 equipe técnica do IBAMA. Eu não tenho condições nessa semana, minha agenda  
4404 está bloqueado esses dias ou então só em janeiro.  
4405

4406

4407 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Zilda, treze e  
4408 quatorze ao invés de doze e treze?

4409

4410 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não.

4411

4412 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4413 **(Apromac)** – E onze e doze.

4414

4415 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Onze  
4416 e doze eu posso.

4417

4418 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Eu tenho dificuldade  
4419 de vir onze e doze .

4420

4421 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
4422 Treze e quatorze eu tenho dificuldade.

4423

4424 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Doze  
4425 e treze? Não? Então só em janeiro, meus amigos. Só final de janeiro, última  
4426 semana de janeiro. *(Fala inaudível ao fundo)* Tu tem esperança que a gente vote  
4427 sem nenhum pedido de vistas? Tu está muito otimista, hein, André? Eu duvido que  
4428 a gente não tenha pedido de vistas, então nem tô prevendo que vá pra Câmara  
4429 Técnica de março. Então assim, janeiro, põe lá janeiro na tela.

4430

4431

4438 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Wanderley, CNI.  
4439 Pedido de vistas agora em Câmara Técnica, tem que ser votado, não é mais  
4440 automático como era no regimento anterior, só na plenária que é automático,  
4441 então podemos inclusive...

4442 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – A  
4443 gente vota pedido de vistas aqui, eu sei, mas assim mesmo você acha que não  
4444 vai?

4445  
4446

4447 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Zilda,  
4448 sinceramente, se nós trouxemos para deliberação, realmente concentrarmos na  
4449 votação, eu tenho certeza que a gente...

4450  
4451

4452 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – De  
4453 qualquer sorte, Wanderley. Se a reunião não ocorrer, eu tenho ainda eu tenho três  
4454 semanas de férias agora e no segundo período de oito a dezenove, então, eu só  
4455 posso na semana a partir da semana do dia vinte e dois.

4456  
4457

4458 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Eu acho bom isso,  
4459 essa semana no dia vinte e dois de janeiro.

4460  
4461

4462 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Vinte  
4463 e dois ou vinte e nove de janeiro, pra mim tanto faz.

4464  
4465

4466 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Pra mim também.

4467  
4468

4469 *(Fala inaudível ao fundo).*

4470  
4471

4472 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não.  
4473 Eu não decidi diz nenhum ainda. Vinte e nove de janeiro? Para mim é melhor  
4474 ainda, Alfredo. Porque daí eu volto de férias dia dezenove e não começa o  
4475 CONAMA logo em seguida, sempre que volto de férias tem uma pilha de coisas  
4476 pedentes pra decidir. Trinta e trinta e um de janeiro, beleza?

4477  
4478

4479 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Trinta e trinta e um  
4480 de janeiro, beleza.

4481  
4482

4483 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4484 Vamos deixar pré-agendado então. Bom, se eu marcar a reunião pra trinta e trinta  
4485 um, é desejável que a convocação saia até o dia dezesseis de janeiro, não é isso,  
4486 Vinícius? Então, seria desejável pra que o CONAMA pudesse trabalhar, que nós  
4487 recebamos as propostas de todos até o final de dezembro. Correto? Eu acho que  
4488 é um tempo razoável, quase dois meses pra todos trabalharem nas suas  
4489 propostas de texto e trazerem uma proposta mais redonda. Correto? Podemos  
4490 deixar então trinta e um de dezembro como uma data, porque ai mesmo aqueles  
4491 que tiram o recesso, que não tão aqui, tiram uma semana, o CONAMA pelo  
4492 menos vai receber isso, trabalhar um texto com as inserções pra gente poder  
4493 receber e trabalhar aqui na Câmara Técnica. Correto? Então fica esse comando,  
4494 quero que saia isso no resumo da nossa reunião.

4495

4496

4497 *(Fala inaudível ao fundo)*

4498

4499

4500 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4501 Trinta e um de dezembro. Neste caso trinta e um de dezembro, porque se eu  
4502 disser que é quinze dias antes, quinze dias antes sai a convocação, mas a  
4503 convocação é desejável que os Senhores recebam o texto com as propostas  
4504 dentro, não o que São Paulo mandou, o Ministério mandou, que a indústria  
4505 mandou. Porque aí você vai ficar doido com quatro vias comparando em papel.  
4506 Correto? Então vamos deixar agendado assim. Voltando para o texto, lembro aos  
4507 senhores, tentem trazer proposta redacionais, incluídas dentro deste texto, sempre  
4508 que possível pra que a gente possa evoluir no texto. Certo?

4509

4510

4511 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** André da ABEMA. Eu  
4512 pedi que mandasse esse arquivo que a gente trabalhou hoje em Word, pra que a  
4513 gente possa fazer...

4514

4515

4516 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4517 Deixa eles darem uma limpadinha, porque ai eles vão disponibilizar. Pode mandar  
4518 no outro dia?

4519

4520

4521 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** É porque a nossa própria  
4522 versão da ABEMA a gente já incorporou muita coisa hoje, então... Simplifica o  
4523 trabalho em Word. Porque nos incorporamos muitas questões que foram  
4524 colocadas aqui hoje. Só que como no nosso caso...

4525

4526

4527 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Pros  
4528 membros da Câmara Técnica? Fica mais fácil pros Senhores trabalhar. Correto?

4529 Então vamos voltar no texto, fazer mais uma lida, acho que a gente pode mais  
4530 uma meia hora aí conversar. Pela minha conta aqui, tem uma outra proposta de  
4531 artigo “XX” do PROAM, depois dos episódios críticos. Não, espera um pouquinho.  
4532 Depois dessa do sistema, vem uma proposta de redação que ficam estabelecidos  
4533 os níveis de qualidade do ar que caracterizam episódios críticos de poluição do ar,  
4534 visando a elaboração de um Plano de Emergência. Isso aqui eu também não  
4535 entendi, Evangelina. Você cria os níveis de qualidade do ar, aí no artigo seguinte  
4536 diz que esses níveis de qualidade do ar pra elaboração dos Planos de Emergência  
4537 pra episódios críticos de poluição, e aí cita e coloca no final na concentração de  
4538 poluentes determinadas no artigo onze, ou seja, me explica aí se eu tiver que  
4539 saber quais são os níveis nos artigos seguintes. Põe lá, Henrique. Esse daí  
4540 mesmo que o Henrique pós na tela. Pra mim ficou muito confuso essas duas  
4541 propostas de artigo. *(Fala inaudível ao fundo)* Qual deles? O mais acima na tela?  
4542 Não, o que foi retirado, eu acho que foi os de baixo, não foi esse. Ficam  
4543 estabelecidos os níveis de qualidade do ar, caracteriza os episódios críticos, isso  
4544 aí é definição, né? Eu acho que isso está tão solto, esses dois artigos... *(Fala*  
4545 *inaudível ao fundo)* Não, é o de baixo que foi colocado nas definições, é o que  
4546 está logo a seguir, retirado por estar nas definições. *(Fala inaudível ao fundo)*  
4547 Esse aí pode. O de cima também?

4548

4549

4550 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4551 **(Apromac)** – É que depois tem a definição.

4552

4553

4554 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –:**  
4555 Então tá. E os seus parágrafos também? Que tão logo a seguir, depois dos de  
4556 baixo. Espera aí, deixa ele taxar aí. Aí a gente retirou esse, porque levou pras  
4557 definições, e esses parágrafos aí, o segundo, o terceiro e o quarto?

4558

4559

4560 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4561 **(Apromac)** – Eu tenho a lembrança desse terceiro, do parágrafo terceiro do  
4562 pessoal do Estado tirar, não era iguais a deles? Era? Não era?

4563

4564

4565 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Ai  
4566 você não está dando nível nenhum, está só listando, isso está naquela tabela do  
4567 artigo sexto.

4568

4569

4570 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4571 **(Apromac)** – Lembra que os Estados cortaram? Nem tinha essa frase do  
4572 parágrafo terceiro? Eu acho que pode tirar tudo isso. É porquê... Pode tirar tudo  
4573 isso.

4574

4575

4576 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4577 Vamos lá. A próxima é aqueles dois artigos relativos ao artigo nono. Esses aí  
4578 você...

4579

4580 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4581 **(Apromac) –** A gente vai estudar para a próxima reunião.

4582

4583

4584 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4585 Então coloca a observação aí, que a PROAM e APROMAC vão propor uma nova  
4586 redação, é isso? Pros dois. E aí tem uma solicitação do décimo terceiro que é  
4587 aquele que cita os padrões constantes do nível de emergência, acho que seria  
4588 melhor que vocês colocassem isso numa tabela, à luz da outra que já existe, tá?  
4589 Isso aí também, ele vai fazer uma redação e sobe, isso. Isso aí vai transformar em  
4590 tabela os incisos. Tá? Coloca esse comentário. O décimo terceiro, aí o décimo  
4591 terceiro tu vai colocar que eles vão transformar isso em tabela, tá? Aí tem outro  
4592 décimo terceiro PROAM, APROMAC. Aí isso daqui foi retirado na terceira reunião  
4593 do GT, e aí a gente recebeu aquele ofício do Ministério Público, pedindo que fosse  
4594 votado aqui. Eu peço a compreensão das ONGs de que eu não posso  
4595 regulamentar a lei de crimes ambientais por meio de Resolução do CONAMA,  
4596 somente por meio de outra lei ou um decreto. A regulamentação de lei de crime  
4597 ambientais é só por decreto ou por uma outra lei, por exemplo, a lei de crimes  
4598 ambientais implica em crime ambiental o não cumprimento da logística reversa por  
4599 qualquer um dos seus entes, é uma lei que regulamentou outra lei, eu não posso  
4600 regulamentar a lei de crime ambientais por meio de Resolução do CONAMA. Peço  
4601 a compreensão da ONGs pra poder retirar esse artigo.

4602

4603

4604 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4605 **(Apromac) –** Pode retirar, é que eu já sei, a questão é que Dr. José Leonidas  
4606 explicou que mesmo a Resolução não tendo a sanção, não tendo a proposição da  
4607 sanção, isso está respaldado nessas leis, foi isso que ele quis dizer e não... Ok.

4608

4609

4610 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4611 Obrigada. O Ministério do Meio Ambiente, também, o Ministério do Meio Ambiente  
4612 deverá encaminhar ao CONAMA proposta de resolução estabelecendo...

4613

4614

4615 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4616 **(Apromac) –** Esse não é nosso, né? Esse não é, o artigo 14 não é nosso. Não é.

4617

4618

4619 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** De  
4620 quem é esse artigo 14?

4621

4622

4623

4624

4625

4626

4627

4628

4629

4630

4631

4632

4633

4634

4635

4636

4637

4638

4639

4640

4641

4642

4643

4644

4645

4646

4647

4648

4649

4650

4651

4652

4653

4654

4655

4656

4657

4658

4659

4660

4661

4662

4663

4664

4665

4666

**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Zilda, posso? Wanderley, CNI. Na verdade foi isso mesmo, foi um acordo que nós tivemos dentro do GT agora, de que tão logo essa resolução fosse aprovada, se iniciaria o processo do zero cinco que todos nós entendemos que até deveria ter sido antecipado em relação a zero três, então foi um compromisso nosso.

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tá, deixa eu te falar uma coisa. Eu vou repetir o que falei ontem, a Resolução zero cinco de oitenta e nove, ela cria o PRONAR, eu falei isso ontem, eu não posso mais criar programas por meio de Resolução. Eu vou ter que ter uma proposta de Resolução que modifique alguns artigos e não a totalidade, então, se eu escrever isso eu não vou conseguir cumprir, o Ministério do Meio Ambiente não consegue cumprir com o que está escrito nesse artigo. Só um pouquinho, Cláudio. O Ministério não consegue cumprir com o que está escrito nesse artigo, então, eu não colocaria esse artigo, vocês estão colocando um comando obrigatório para o Ministério pra encaminhar uma proposta de Resolução num prazo de doze meses, essa Câmara Técnica demorou mais de três anos para discutir a revisão da zero três, e se colocar assim estabelecendo um novo programa de qualidade do ar, por meio de uma resolução, eu hoje não posso fazer isso. Eu vou ter que alguma estratégia de mudar alguns artigos da zero cinco e não mudar os que criam o plano e ir mudando as diretrizes, mas não coloque isso dessa forma. Eu não consigo cumprir com o que está escrito ali. Não consigo cumprir. Cláudio Alonso da CETESB.

**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO – SUPLENTE (Cetesb)** – Talvez esteja escrito de uma forma não própria, mas o que a gente quer é limpar, jogar a cinco fora, por que um monte coisa você falou que não dá para cumprir, não pode cumprir. É fazer uma Resolução, chama-se como ela quiser chamar de tal forma que você joga fora o que não pode ser aplicado na cinco e utiliza aquilo que pode ser aplicado e expanda naquilo que deva e explantado. O que a gente que é substituir a cinco, jogando fora o que não presta. Você entendeu a ideia?

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Há um compromisso, Cláudio, do Ministério de promover. Eu entendi, há um compromisso do Ministério de promover a revisão. A revisão de qualquer resolução pode ser feita por qualquer um de nós, então assim, o primeiro ponto é uma Resolução que crie uma obrigação para o Ministério dentro dela, dessa forma eu acho que esse artigo tinha que ser retirado e permanece a obrigação moral do Ministério de promover essa revisão, mas não preciso colocar isso na Resolução. Se tiver escrito dessa forma o Ministério não pode cumprir.

4667

4668

**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO – SUPLENTE (Cetesb)** – Entendemos perfeitamente, o que a gente está tentando fazer, é até tentando ajudar o Ministério nesse aspecto, é jogar fora a cinco no fundo é isso.

4670

4671

4672

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Então ela tem que revista, mas não é só a zero cinco, vai ter que revista a que trata de coprocessamento de resíduos, de todas as outras que falam de qualidade do ar e que citam padrões, tratamento térmico de resíduos, coprocessamento em fôrns de cimento tem padrão também. Tem um monte de coisa para ser vista.

4675

4676

4677

4678

4679

**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO – SUPLENTE (Cetesb)** – Tem padrão de emissão, o que é diferente. Padrão de emissão a gente não está mexendo.

4680

4681

4682

4683

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Sim, mas padrão de qualidade do ar baixando, eu tenho que baixar os outros também. Não? Vai continuar aqueles mesmos?

4684

4685

4686

4687

4688

**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO – SUPLENTE (Cetesb)** – Vai, porque um a coisa é você ter o padrão de qualidade do ar, que é um padrão que você tenta atingir pra salva guardar a saúde da população, utilizando um conjunto de instrumentos. Um deles é até a proibição de instalação de uma empresa em tal lugar, porque ali está muito degradado, esse também é um instrumento, outra coisa é o padrão de emissão, o padrão de emissão é a melhor tecnologia que se consegue pra uma fonte específica, e a gente já usa isso, se esse melhor tecnologia não se adéqua à qualidade do ar daquela região, é isso que o PRONARE e esse revisão, ela não deve ser instalada ali, mas nós não podemos baixar o padrão de emissão, porque o padrão emissão é baseado na melhor tecnologia. Eu posso falar no máximo o seguinte, você pode ou não pode instalar aqui. É isso que essa revisão a gente tenta fazer.

4689

4690

4691

4692

4693

4694

4695

4696

4697

4698

4699

4700

4701

4702

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – está bom. De qualquer forma da maneira como está redigido esse artigo, eu não posso cumprir esse comando. Eu não posso, simplesmente, revogar e revisar a outra e criar um novo programa por Resolução. É isso que estou dizendo, é isso que estou dizendo, entendeu? Não sei. Do jeito que como está escrito eu não posso colocar.

4703

4704

4705

4706

4707

4708

4709

4710

**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Posso sugerir então? Wanderley do CNI. Então, simplesmente colocaria a proposta de revisão, encaminhar ao CONAMA proposta de revisão da resolução zero cinco barra

4711

4712



4713 oitenta e nove, e ai pegar tem que pegar lá o que dispõe sobre tal coisa no prazo  
4714 que o Ministério acha que é plausível de ser feito.

4715

4716

4717 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Pode  
4718 ser doze meses, eu não sei, pode ser, pode ser doze meses.

4719

4720

4721 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Ai é com vocês. Ai  
4722 é a revisão da Resolução, não é nem a questão do plano.

4723

4724

4725 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** A  
4726 maneira como está escrito isso

4727

4728

4729 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** É a maneira, a  
4730 forma, *(Fala inaudível ao fundo)* Podemos tentar, a gente já está terminando  
4731 mesmo.

4732

4733

4734 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4735 Ministério do Meio Ambiente.

4736

4737

4738 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Zilda, a questão  
4739 como questão maior, eu, por exemplo, como Conselheiro eu não posso como  
4740 indústria propor um mudança num programa que é de cunho eminentemente do  
4741 Estado.

4742

4743

4744 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**Não.  
4745 Tudo bem, mas pode colocar. O que tu tinha sugerido? O Ministério do Meio  
4746 Ambiente...

4747

4748

4749 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Proposta de  
4750 revisão da resolução zero cinco.

4751

4752

4753 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** A  
4754 proposta de revisão da resolução CONAMA zero cinco de oitenta e nove.

4755

4756

4757 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Ai nem precisa  
4758 escrever mais.

4759

4760

4761 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Num  
4762 prazo de até doze meses após a publicação da Resolução.

4763

4764 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** E ai se define isso  
4765 e vocês vão poder determinar o que vocês querem e a gente vai debater aqui no  
4766 CONAMA.

4767

4768

4769 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4770 Beleza. Ai cola o resto lá. Ele vai colocar, zero de oitenta e nove, não sei, (*Fala*  
4771 *inaudível ao fundo*) eu acho que era só zero cinco de oitenta e nove, tá? Aí essa  
4772 Resolução entra em vigor na data da publicação, ficando revogada a Resolução  
4773 CONAMA zero três de noventa. Eu vou pedir um favor aos meus colegas do  
4774 DCONAMA, que a gente faça, nós temos um texto sujo hoje e temos, nós vamos  
4775 deixar um texto sujo e um texto limpo. (*Fala inaudível ao fundo*) O quê? Ainda tem  
4776 o comitê, criar um comitê de acompanhamento? Se eu tô colocando um relatório a  
4777 cada três anos, eu vou criar comitê de acompanhamento para acompanhar o que?  
4778 A cada três anos acompanhar a Resolução? Eu estou jogando tudo para  
4779 o CONAMA, não tem a menor necessidade de ter um comitê de acompanhamento.  
4780 O CONAMA é o fórum decisório dessa Câmara Técnica que debate esse assunto.

4781

4782

4783 (*Fala inaudível ao fundo*)

4784

4785

4786 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4787 **(Apromac) –** Evangelina da APROMAC. Na verdade o relatório a cada três anos  
4788 não... Na verdade isso é em relação ao programa de qualidade do ar.

4789

4790

4791 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** O  
4792 programa não está sendo debatido nessa Resolução.

4793

4794

4795 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4796 **(Apromac) –** Eu sei, mas você não está propondo ali que seja entregue em doze  
4797 meses?

4798

4799

4800 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** A  
4801 revisão da Resolução.

4802

4803

4804 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4805 **(Apromac)** – Mas isso é o programa nacional... PRONAR não é programa  
4806 nacional?

4807

4808

4809 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – O  
4810 PRONAR é um programa, eu sei. Mas eu estou tratando do PRONAR nesta  
4811 Resolução. Eu não vou criar uma comissão de acompanhamento da zero cinco, ai  
4812 eu tenho que mudar a zero cinco, não essa daí.

4813

4814

4815 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
4816 **(Apromac)** – Então deixa só revisão em cima. Pode tirar isso ai.

4817

4818

4819 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Pode  
4820 tirar, está bom então. Bom, voltando aqui. (*Fala inaudível ao fundo*) Não pode, por  
4821 isso a gente não na dezoito? Dezoito? Qual a do PROCONV, a primeira é a  
4822 dezoito? Dezesesseis? Por isso que a gente não mexe nela até hoje pra preservar.  
4823 Se você for ler a zero cinco e mesmo a zero três, ela tem uma maneira de redigir  
4824 completamente diferente do que a gente faz hoje, tá? Então, você tem o programa  
4825 de poluição sonora, criado por Resolução, programa de silêncio, programa de  
4826 qualidade do ar, quer dizer, havia um entendimento jurídico à essa época, de que  
4827 isso era possível, hoje não é, por que? Tem uma explicação breve e simples,  
4828 implicam em investimento do Governo para implementar uma política e eu não crio  
4829 obrigações financeiras para qualquer ente do Governo, por meio de Resolução do  
4830 CONAMA, essa é o foco, tirando o aspecto importante, ideológico e tal, mas este é  
4831 o foco. Bom, vamos lá. Eu tava falando aqui o seguinte, o CONAMA (*Fala*  
4832 *inaudível ao fundo*) isso, eu só queria fazer um comentário que durante um certo  
4833 período, assim como tudo evolui, durante um certo período foi comum nesse  
4834 conselho se criar comitês de acompanhamento, eu compartilho uma opinião, que  
4835 essa opinião é compartilhada por alguns órgãos ambientais, de que o local para se  
4836 fazer acompanhamento de resoluções é o CONAMA, é o CONAMA, e não criar  
4837 um grupo específico para acompanhar a execução de algumas políticas. Quer  
4838 dizer, é o CONAMA com relatórios permanentes daqueles entes que fazem parte  
4839 desta Câmara que traz aqui as dificuldades por meios de informes, relatórios e  
4840 promove o debate nessa Câmara Técnica. É muito difícil, assim, eu já coordenei  
4841 um desses grupos de trabalho, hoje o meu departamento coordena outro, nós  
4842 coordenamos dois comitês de acompanhamento, cada uma das minhas  
4843 coordenações acompanha um hoje, e é muito difícil, porque muitas vezes você  
4844 tem uma demanda por assuntos de fiscalização e você vai discutir estratégias de  
4845 fiscalização e a indústria está aqui do lado, ela vai ser fiscalizada e ela está aqui  
4846 junto. Eu acho, assim, tem algumas coisas que não são pertinentes, porque não  
4847 são pertinentes e se é para trazer o assunto geral das dificuldades e ou das  
4848 facilidades que aquela Resolução tem, a gente pode discutir nessa Câmara  
4849 Técnica. Então assim, eu acho que acompanhar a Resolução, quem tem que

4850 acompanhar são os órgãos do SISNAMA e os órgãos de apoio pertinentes que é o  
4851 caso do CONAMA, mas não criar uma instância com técnicos das áreas para  
4852 acompanhar a execução de uma Resolução. Eu tô dando uma opinião que é  
4853 compartilhada pela minha equipe também, parte dela, a Letícia até concorda com  
4854 algumas coisas, a Sabrina e eu não concordamos com outras, então, eu tenho  
4855 muita dificuldade. Quando eu assumi o GMP que é um grupo de monitoramento  
4856 da resolução três meia dois, que eu vim para o Ministério em dois mil e oito, havia  
4857 expectativa que eu, gerente de resíduos perigosos do Ministério, fosse mandar um  
4858 ofício para o IBAMA e para o presidente INP demandando uma ação fiscalizatória  
4859 em municípios do interior de São Paulo, eu digo, que planeta é esse? Como é que  
4860 eu, gerente do Ministério, não eu tenho mandar isso para a Ministério, tenho que  
4861 uma Nota, tenho que pedir, mas você manda você preside o GMP. Eu digo não, o  
4862 GMP não é entidade consultiva e deliberativa à parte do CONAMA, então, a gente  
4863 tem que ter muito cuidado na hora de criar esse tipo de instância intermediária, eu  
4864 acho que muitas vezes ela atrapalha e não ajuda. Mas, nos temos ainda no anexo  
4865 o conteúdo mínimo, nós lemos ele rapidamente ontem, ele pode ser melhorado se  
4866 os senhores assim tiveram sugestão, mas conforme o título já diz, é um conteúdo  
4867 mínimo do relatório estadual de monitoramento da qualidade do ar. Então eu  
4868 estava dizendo, Vinícius. Eu vou pedir ao CONAMA, o CONAMA sempre faz uma  
4869 versão suja e uma limpa, você vai mandar em Word para todo mundo a versão  
4870 limpa, se eles tiveram dúvida sobre o texto, quem propôs e como é que está, claro  
4871 que a tua limpa proposta distintas, mas só limpar aquilo que nós conseguimos tirar  
4872 hoje, os taxados hoje e ontem, os taxados, as redações, os conceitos, isso  
4873 mesmo, Vinícius. E tirar os taxados basicamente e deixar as proposta duplas no  
4874 texto, aí ele passa para vocês em Word a versão limpa, claro que com as  
4875 duplicidades de entrada, mas uma versão limpa. Peço aos Conselheiros para  
4876 facilitar a vida de todos ou mandem proposta de artigos, se forem inserção de  
4877 duas, aí Vinícius me corrige se tiver errada, que mandem inserções no texto,  
4878 porque de repente, por exemplo, eu recebi a proposta da ABEMA, mas eu tive  
4879 dificuldade de casar ela com a texto que nós estava debatendo. Vocês fizeram um  
4880 novo texto, aí eu tive que ler um e ler o outro. Entendeu?

4881

4882

4883 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Vamos enviar com  
4884 controle de alterações.

4885

4886

4887 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Pois  
4888 é, aí fico muito mais fácil para ler, agora, se eu me propuser a fazer um novo artigo  
4889 praquele mesmo assunto, que deixe isso, nova redação para a artigo tal. Vinícius,  
4890 tu também vai ajustar sequencialmente o número de artigos e tirar os XX para ficar  
4891 mais fácil o comando de chamar para dar sequência. está bom?

4892

4893

4894 **O SR. VINÍCIUS** – Eu só fiquei numa dúvida nesse tachado aqui da PROAM. Foi  
4895 retirado não é, Bocuhy?

4896

4897

4898 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Vai  
4899 ser padrão, foi o que e entendi. Não foi, Evangelina? está bom, então, ontem foi  
4900 tomada essa decisão. Alguma pergunta a mais? Alfredo Rocca.

4901 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Você consegue  
4902 mandar essa coisa limpa antes da gente mandar essa nosso proposta, até o fim  
4903 de dezembro? Daí a gente trabalha em cima desse limpa.

4904

4905

4906 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
4907 Vinícius, quando você acha que consegue fazer essa... Eu não sei a agenda  
4908 deles, mas essa coisa de limpar e disponibilizar. Uma semana?

4909

4910

4911 **O SR. VINÍCIUS** – Pra essa semana mesmo

4912

4913

4914 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** – Ai já vai para osite?

4915

4916

4917 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Vai,  
4918 mas em Word ele vai mandar pra todos, tá? Pra ficar mais fácil trabalhar. Correto?

4919

4920

4921 **O SR. VINÍCIUS** – E como relator do GT, Zilda, entra a sua apresentação de  
4922 ontem.

4923

4924

4925 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Pode  
4926 colocar a apresentação da ABEMA também.

4927

4928

4929 **O SR. VINÍCIUS** – A apresentação da ABEMA também? Então pode colocar.

4930

4931

4932 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Só  
4933 um minutinho, só uma pergunta, Cláudio. André, você disponibilizou para  
4934 oDCONAMA a proposta da ABEMA ou você prefere a próxima e...

4935

4936

4937 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Olha, a proposta está  
4938 pronta, mas como eu vejo que a gente tem tempo, e a gente vai ter a oportunidade  
4939 de submeter como os outros setores, a gente apresenta tudo junto. Mas está aqui,  
4940 eu posso até enviar por e-mail pra conhecimento de vocês, mas a gente apresenta  
4941 tudo junto

4942

4943

4944 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** está  
4945 bom. Algum pergunta mais?

4946

4947 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO – SUPLENTE (Cetesb) –** Eu só queria um  
4948 esclarecimento; como praxe do CONAMA... Cláudio Alonso, CETESB, é  
4949 disponibilizado, são disponibilizados os documentos da reunião, então, eu acho  
4950 que seria um praxe muito interessante isso aí, os Conselheiros recebem em Word  
4951 pra poder trabalhar, por e-mail não seja oficial, no site em PDF fechado a suja.

4952

4953

4954 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
4955 Sempre PDF no site.

4956

4957

4958 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO – SUPLENTE (Cetesb) –** Como só se falou  
4959 no Word.

4960

4961

4962 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não,  
4963 não. No site sempre em PDF, por isso o pessoal pediu em Word, mais fácil de  
4964 trabalhar, mas no site é sempre em PDF. Alguma pergunta a mais? Alguma  
4965 colocação? Bom gente, então, na próxima reunião de janeiro, a nossa expectativa  
4966 é iniciar pela votação do texto que for apresentado. Espero que todos nós  
4967 consigamos enviar as nossas propostas a tempo pra que a reunião seja mais fácil  
4968 de trabalhar, mas lembro aos membros dessa Câmara Técnica que são possíveis  
4969 e permissíveis propostas de emenda na hora, no momento, correto? É só uma  
4970 lembrança. Muito obrigado. Bom retorno àqueles que voltam pros seus Estados de  
4971 origem e um bom final de dia pros colegas aqui de Brasília. Obrigada.